

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TIAGO ARCANJO ORBEN

**A REVOLTA DOS COLONOS DE 1957, INTERPRETAÇÕES,
APROPRIAÇÕES E MEMÓRIAS**

Porto Alegre

2014

TIAGO ARCANJO ORBEN

**A REVOLTA DOS COLONOS DE 1957, INTERPRETAÇÕES,
APROPRIAÇÕES E MEMÓRIAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

064r	Orben, Tiago Arcanjo A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias / Tiago Arcanjo Orben. - Porto Alegre, 2014. 150 p.
	Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz
	Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.
	1. Paraná - História. 2. História oral - Paraná. 3. Memória. 4. Historiografia - Paraná. I. Gertz, René Ernaini. II. Título.
	CDD 22. ed. 981.62

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

TIAGO ARCANJO ORBEN

**A REVOLTA DOS COLONOS DE 1957, INTERPRETAÇÕES,
APROPRIAÇÕES E MEMÓRIAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.

Aprovada pela Banca Examinadora em, 27 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profº. Dr. René Ernaini Gertz – PUC/RS

Profº. Dr. Robson Laverdi – UEPG

Profº. Dr. Leandro Pereira Gonçalves – PUC/RS

PORTO ALEGRE

2014

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a algumas pessoas que colaboraram, não somente em meu Mestrado, mas em toda a minha caminhada acadêmica.

Aos meus pais pelo incansável apoio e compreensão, de modo especial a toda a minha família que sempre estiveram ao meu lado dando o apoio necessário. A vocês Arcanjo e Lidia, Douglas, Sandro e Simone, nona Tereza, o realizar deste trabalho é de vocês também.

A você Daniele Brocardo, pelo seu carinho, apoio, troca de opiniões e compreensão, não me deixando abater em momentos difíceis e acima de tudo incentivando. Pelo apoio e amor incondicional mesmo distante, seu carinho e amor transformam minha vida e parte disso está exposto neste trabalho. Agradeço também de um modo especial toda a sua família.

Ao apoio financeiro da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por tornar possível a realização deste trabalho.

Ao professor Dr. René E. Gertz, pela cuidadosa orientação, sua atenção, disponibilidade e ensinamentos fizeram este trabalho acontecer.

Ao Professor Leandro Pereira Gonçalves por aceitar participar da arguição deste trabalho e pelas pontuais contribuições expostas na banca.

A todos os professores e funcionários do PPGH-PUC/RS que de uma forma ou de outra contribuíram em minha formação. Em especial aos professores, Luciano Aronne de Abreu, Cássio Alan Abreu Albernaz e Núncia Santoro *in memoriam*, e a atenção e disponibilidade das secretárias Carla Helena Carvalho Pereira e Henriët Ilges Shinohara.

Agradeço os entrevistados Osvaldo Ferreira da Silva, Inês Moraes Guandalin, Tereza Tartas, Antonio Thomé, João Miolla, Olivino Garbosa, Edmundo Santoro e Antonio Perardt, que ao narrar suas experiências depositaram sua confiança neste trabalho.

Ao Prof. Dr. Robson Laverdi, pela amizade mesmo distante, este trabalho é mais um fruto de sua brilhante orientação na graduação. Ao professor Dr. Paulo José Kolling, pelos incentivos no projeto de Mestrado.

Aos companheiros de jornada na Pós-Graduação e em Porto Alegre, pela troca de experiências, opiniões e amizade, em especial aos colegas; Eduardo Knack, Eduardo Rouston Junior, Mariana Couto Gonçalves, Micaele Scheer, Rafael Klein e Yuri Felix.

Por fim agradeço a Deus por todas as coisas boas que tem colocado em minha vida, fazendo-me guiar sempre para o melhor caminho.

Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos, ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas. (PORTELLI, 1997, p. 31).

RESUMO

O presente trabalho apresenta distintas percepções em relação à Revolta dos Colonos de 1957, ocorrida no Sudoeste do Paraná. O levante social de 1957 envolveu diferentes interesses, no campo social, político e econômico, tais aspectos inserem-se em um contexto específico de disputas pela terra na região. O levante é reconhecidamente um movimento popular, em que colonos, percebidos enquanto posseiros, ocupam as principais cidades da região e obrigam a retirada das companhias colonizadoras, conquistando suas propriedades. Assim, um dos objetivos do trabalho é perceber a participação de remanescentes “farrapos” ou “maragatos” na Revolta. Observando esta participação a partir de dois vieses: Primeiro analisando como algumas historiografias localizam estes “remanescentes” no contexto em questão ou mesmo no que antecede isso, com atenção para a conjuntura que insere estes sujeitos enquanto referência para o conflito de 1957. O segundo viés, analisa como a memória regional demarca a questão no âmbito público, ou seja, de que forma estes personagens ganham destaque e se tornam ícones e símbolos de uma luta. Deste modo, a análise preocupa-se com uma questão que é vista por boa parte da historiografia que pesquisa a Revolta, como dada. Assim, se desconhece trabalhos que questione a participação destes elementos no ocorrido, criando um senso comum na região, de que “de fato a Revolta teve importante contribuição de remanescentes ‘farrapos’ ou ‘maragatos’”, sem questionar quem são esses nomes e qual a relação deles com os movimentos ocorridos no Rio Grande do Sul. Desta forma, a reflexão visa contextualizar uma questão para discussão. Ao mesmo tempo, outro objetivo é refletir narrativas de personagens que participaram ou vivenciaram a Revolta dos Colonos. A pesquisa utiliza-se da história oral, refletindo experiências de sujeitos que viveram o período ou presenciaram o conflito social, assim, visa compreender suas trajetórias de vida, seus modos de viver e lutas na terra. Nas entrevistas, dentre os inúmeros aspectos apresentados, ressalta-se as dificuldades sociais e econômicas em um contexto de instabilidade política. Deste modo, pretendo apresentar as experiências sociais no sentido qualitativo da fonte oral, demonstrando como no levante as experiências de pessoas simples, sem vínculo com partidos políticos ou sem ser uma liderança urbana, também foram significativas para o desfecho da Revolta. Ao pensar como esses personagens observam os principais acontecimentos, destaco como isso difere de memórias ditas oficiais.

Palavras-chave: Sudoeste do Paraná; História oral; Historiografia; Memória.

ABSTRACT

This paper presents different perceptions regarding the 1957 Colonists Revolt, which took place in Paraná state southwest region. The 1957 social upheaval involved different interests concerning the social, political and economic areas, such aspects fall in a specific context of land disputes in the region. The uprising is known to be a popular movement, in which colonists, regarded as squatters, occupy the major cities in that area and force the withdrawal of colonizing companies, conquering their properties. Therefore, one of our goals, in this paper, is to analyze the participation of remaining "farrapos" or "maragatos" inside the revolt. This participation is presented from two specific matters: first, analyzing how some historiographies locate these "remnants" in this context or even regarding what precedes it, with attention to the situation that inserts these people as a reference to the 1957 conflict. After that it examines how regional memory demarcates the issue in the public area, i.e., how these characters are highlighted and become icons and symbols of struggle. Thus, the analysis regards an issue that is seen by much of the historiography that studies the uprising, as it is given. Papers that question the participation of these elements are unknown, and it creates an idea, which carries forward the following thought, "the revolt had an important contribution of remaining 'farrapos' or 'maragatos'", this idea does not question who they are and what is their relationship with movements that took place in Rio Grande do Sul. Therefore, this reflection aims to contextualize an idea for discussion. At the same time, another goal is to reflect on the narratives of characters that participated in or experienced the Revolt of the Colonists. The research uses oral history, that brings forth the experiences of individuals who lived through the period or witnessed it, also, it aims to understand their life histories, their struggles and ways of living. In interviews, among numerous presented aspects, we emphasize the social and economic difficulties in a context of political instability. I intend to present social experiences in the qualitative sense of the oral source, by demonstrating how to lift the experiences of ordinary people, with no ties to political parties or without an urban party leadership, which were also significant for the outcome of the revolt. When thinking about how these characters watched the main events, we also emphasize how it is different from the official said memories.

Keywords: Paraná state southwest; Oral history; historiography; Memory

Lista de Figuras

Mapa 1: Mapa divisão recente da região sudoeste do Paraná. Marcos Leandro Mondardo, 2006.....28.

Mapa 2: Mapa do Paraná com destaque para área em litígio que resultou na Revolta em 1957. Acervo Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.....32.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – O LEVANTE DE 1957 NO SUDOESTE DO PARANÁ	22
1.1- Interpretações sobre a Revolta de 1957: historiografia	22
1.2- Disputas jurídicas e concessões fundiárias	26
1.3- As primeiras populações	33
1.4- As correntes migratórias na reocupação do sudoeste paranaense	37
1.5- O agravamento no litígio da terra e a CITLA	43
1.6- Os colonos e as ações da CITLA.....	47
1.6.1- Companhias, jagunços e o contexto para o levante dos colonos.....	48
1.7- A ação final dos colonos em Pato Branco, Francisco Beltrão e fronteira	56
1.8- Considerações em relação à Revolta de Colonos ou Posseiros	61
CAPÍTULO II – O “FARRAPO” NA REVOLTA DOS COLONOS DE 1957	66
2.1- O “farrapo” nas comemorações.....	67
2.2- Análise historiográfica	83
2.3- “Farrapos”: identidade, separatismo e radicalização.....	96
CAPÍTULO III – OUTRAS MEMÓRIAS: A REVOLTA DE 1957 EM VERÊ/PR	105
3.1- O uso da fonte oral como metodologia na história: aspectos teóricos	106
3.2- Vivências felizes em um “período difícil”: memórias do levante de 1957 no município de Verê/PR	114
3.3- Outras memórias: trajetórias de vida e luta pela terra	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
FONTES	144
BIBLIOGRAFIA	146

INTRODUÇÃO

O principal objetivo da pesquisa que desenvolvi durante o Mestrado inicialmente era, “apresentar o levante social de 1957 a partir de diferentes vivências”, esse era aporte fundamental de meu projeto. Porém, como todo trabalho sempre sucinta reformulações e aspectos que somente aparecem quando são postos em cena, este trabalho expõe algumas características que não estavam previstas no projeto de Mestrado. Assim, visa apresentar em três capítulos, tanto, a Revolta de 1957 no sudoeste do estado do Paraná, como, alguns agentes deste movimento a partir de diferentes apropriações e interpretações. Em oposição a isso, dou destaque às memórias dos remanescentes do conflito, privilegiando os sujeitos da Revolta e a importância da conquista da terra em suas vidas.

No primeiro capítulo apresento a Revolta dos Colonos de 1957. Em um primeiro item destaco algumas historiografias sobre a Revolta, com ênfase para as consideradas “clássicas” e também aquelas que ganharam destaque no meio acadêmico recentemente, deve-se considerar ainda, que as interpretações apresentadas são apenas uma parte do que vem sendo produzido sobre a Revolta. Dedico também um item para as primeiras populações que viviam no que futuramente viria a ser o sudoeste do Paraná, essas populações são caracterizadas no texto como indígenas – principalmente Guaranis – e também sujeitos identificados como caboclos.

Para compreender a contextualização jurídica das terras que foram estabelecidas como região sudoeste do Paraná indiquei algumas páginas, com um recorte apontando os aspectos jurídicos na concessão de lotes fundiários ao interesse privado, o que futuramente resultaria no levante dos colonos. Neste sentido, foi dedicado um subitem para a “reocupação da região”, com destaque para a forma como os colonos foram incentivados a migrar, seja, de forma espontânea ou mesmo através de programas políticos governamentais. Como consequência da migração de colonos e também dos aspectos jurídicos, são apresentados em quatro pontos aspectos envolvendo colonos no litígio da terra, desde o agravamento da questão até o levante de outubro de 1957. Assim como, a regularização da terra na década de 1960.

Ganha ênfase nestes itens as articulações políticas que envolveram a questão agrária, bem como, as memórias de sujeitos que participaram do movimento, com destaque para as diferentes vivências na conquista da terra. Assim, o objetivo foi

explicar os principais aspectos que envolveram a questão agrária na região, com atenção para as cidades em que os acontecimentos foram mais significativos. Ganha evidência alguns eventos ocorridos no município de Verê, haja visto, que as memórias apresentadas são de sujeitos que viveram o conflito neste local.

Neste sentido, antes de encerrar o capítulo achei necessário posicionar-me em relação à discussão envolvendo a atribuição da Revolta como de Colonos ou Posseiros. Assim, em algumas páginas discorri sobre as diferentes interpretações e justificativas apresentadas em relação a essa questão, bem como, apontei qual o motivo me fez encarar o movimento como de colonos. Um dos aspectos que influenciou nessa definição foram às memórias apresentadas no trabalho, que são somente de colonos ou ex-colonos, ou seja, em meu trabalho o levante apresenta-se somente através dos colonos.

No segundo capítulo: *O “farrapo” na Revolta dos Colonos de 1957*, procuro trabalhar quem são esses sujeitos identificados como “farrapos” em diferentes momentos e em diferentes interpretações. Em um primeiro aporte, observo esses sujeitos a partir de caracterizações recentes ou mais propriamente de apropriações constituídas em essência a partir de 2007, quando ocorrem comemorações alusivas ao cinquentenário da Revolta. Neste sentido, exponho inúmeros materiais comemorativos e tento perceber de que forma sujeitos identificados como “farrapos” são apresentados nesses materiais.

Outra perspectiva, que por vezes também pode ser vista como uma oposição ao que é apresentado aos “farrapos”, é em relação à historiografia que trabalha com o levante ou mesmo que faz menção a esses sujeitos no Paraná. Assim, o objetivo foi ao mesmo tempo, observar algumas interpretações na historiografia e também analisar como alguns autores indicam a possível presença de “farrapos” ou “maragatos” em 1957 no sudoeste do estado do Paraná. Por fim, apresento um item em que procuro analisar essa questão a partir do conceito de identidade, ao mesmo tempo, questionando aspectos relacionados ao separatismo e a radicalização do movimento, junto à identificação atribuída aos elementos conhecidos ora por “farrapo”, ora por “maragato”.

Desta forma, o objetivo do capítulo foi ao mesmo tempo apresentar diferentes interpretações acerca desses sujeitos e entender porque tais atribuições são indicadas a eles. Isso em consideração a especificidade de cada perspectiva em observar esses “farrapos”, ou seja, cada um dos sujeitos ou grupo que reivindica ou mesmo indica a

participação desses elementos, faz em vista a formalizar seu discurso acerca da presença de “farrapos” ou “maragatos” no levante de 1957 no sudoeste do estado do Paraná.

Esses aspectos apresentados no segundo capítulo contrastam com o privilegiar das memórias de remanescentes do levante no terceiro capítulo: *Outras memórias: A Revolta de 1957 em Verê/PR*. Indico isso, porque optei por trabalhar somente com memórias de pessoas que participaram ou apenas vivenciaram aquele período de conflito. Assim, a discussão procura privilegiar os sujeitos da Revolta, pessoas simples, sem vínculos com partidos políticos, que não participaram de manifestações comemorativas, mas que possuem muitas memórias a apresentar em suas trajetórias de vida. Além disso, essas memórias são diferentes da Revolta vista por meio de “farrapos”, assim como, a memória comemorativa que além de exaltar de diferentes formas inúmeros sujeitos, excluem e minimizam a presença dos colonos, que aqui são entendidos e apresentados como protagonistas de suas conquistas.

Além disso, no desenvolver do capítulo apresentei um item em que procuro trazer aspectos teóricos do uso da fonte oral enquanto metodologia na pesquisa histórica. Essas questões são apresentadas em consideração ao conceito de memória, para tanto, contextualizo este conceito a partir de referenciais como Henri Bergson, Maurice Halbwachs e Michael Pollak, a partir dos quais também privilegio aspectos referentes ao esquecimento e os silêncios que a metodologia oral sucinta.

Desta forma, as memórias são privilegiadas a partir de dois itens. No primeiro: “Vivências felizes em um ‘período difícil’: memórias do levante de 1957 no município de Verê/PR” apresento as experiências de Osvaldo Ferreira da Silva e Inês Moraes Guandalin, em que indico uma análise a partir das experiências sociais tanto relacionadas à conquista da terra, enquanto um momento difícil de instabilidade política e social. Bem como, de vivências felizes em comunidade, nas quais, prevalecem os valores de amizade e parentesco no superar das dificuldades e momentos de lazer. Assim, neste item o recorte estabelecido procura trabalhar como o mesmo período pode ser rememorado com experiências felizes e de dificuldades sociais e políticas, ou seja, a partir da metodologia oral procurei explorar diferentes perspectivas na conquista da terra, privilegiando a experiência de cada sujeito.

Em relação ao outro item: “Outras memórias: trajetórias de vida e luta pela terra”, a intenção foi apresentar outras experiências a partir de trajetórias de vida na conquista da terra. Neste sentido, são apresentadas as experiências de Tereza Tartas, Antonio Thomé, João Miolla, Olivino Garbosa e Edmundo Santoro, com o objetivo de

expor diferentes vivências na conquista da terra, apontando para o impacto da Revolta na vida dos entrevistados, assim, refletindo de que forma diferentes sujeitos apresentam em suas trajetórias de vida a instabilidade política e social vivida em 1957. Cabe destacar também que todos os entrevistados são moradores do município de Verê, que em 1957 era distrito de Pato Branco, assim, optei por trabalhar com memórias somente de Verê em vista a abrangência do movimento em 1957, pois o litígio da terra envolveu grande parte da região sudoeste do Paraná.

Desta forma, não conseguiria trabalhar, de forma satisfatória, com memórias de remanescentes do conflito em todas as cidades da região, ao mesmo tempo, tenho consciência que não produzi um trabalho que contemple todas as experiências de moradores de Verê na Revolta de 1957. Foi preciso estabelecer um recorte e dentro deste recorte minimamente privilegiar sujeitos e assim gradativamente apresentar as experiências de cada um.

As entrevistas apresentadas são parte de um total de 16 entrevistas, das quais, 11 são do Projeto, *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Essas entrevistas foram produzidas no ano de 2011 quando o projeto foi desenvolvido, portanto, além da minha presença também contava com o professor Dr. Paulo José Kolling e da acadêmica Francieli Pinheiro. As outras 05 entrevistas foram produzidas no ano de 2013, com o objetivo específico da dissertação, cabe ressaltar que apenas quatro das entrevistas do projeto *Memórias da terra*, foram utilizadas diretamente neste trabalho, o restante apenas serviu como base para a elaboração deste projeto.

Neste sentido, em vários momentos, principalmente no capítulo III, os depoimentos orais entrelaçam-se com os eventos envolvendo o litígio da terra. Assim, ao privilegiar a fonte oral é possível observar o levante de diferentes perspectivas, que compreendem os acontecimentos também na visão do colono, o qual elabora seu discurso a partir do que viveu e conseqüentemente a realidade do levante se entrelaça as suas vivências.

Assim, compreendo como Revolta: todos os acontecimentos que envolveram o litígio da terra na região sudoeste do Paraná. Ou seja, a Revolta não é apenas a tomada dos centros urbanos e a expulsão das companhias em outubro de 1957, mas sim, uma série de acontecimentos que são resultado da organização dos colonos. Neste sentido, considero como Revolta, vários episódios ocorridos nas diferentes cidades da região, inclusive Verê, a qual é objeto central de análise deste trabalho.

Destaco também que este trabalho é fruto de minha motivação pessoal em pesquisar sobre o assunto, como filho de agricultores e natural de Verê, tinha desde muito jovem as experiências da Revolta de 1957 no cotidiano da família e das vivências em comunidade. Assim, em 2011 elaborei um primeiro trabalho sobre o levante de 1957: *As comemorações da Revolta dos Colonos/Posseiros no seu cinquentenário* (Francisco Beltrão/PR, 2007), mais precisamente, sobre a apropriação deste levante a partir das comemorações do cinquentenário da Revolta em 2007. Neste sentido, essa primeira produção serviu como base para uma pesquisa mais efetiva em relação ao levante e também para apresentar novas possibilidades de pesquisa envolvendo este tema. Tais considerações enfatizam a proximidade que tenho com o objeto de pesquisa, o que foi um importante incentivo para continuar desenvolvendo o projeto.

Em relação aos aspectos teóricos, cabe elencar aqui pontos que foram considerados – principalmente nos capítulos II e III – como importantes no trabalho com as fontes selecionadas na pesquisa. Desta forma, no segundo capítulo suscitei considerações em relação ao conceito de identidade em relação às identificações atribuídas aos elementos conhecidos como “farrapos” e “maragatos”.

Neste sentido, considero como é reelaborado o passado da Revolta, isso, a partir das comemorações que se intensificaram em 2007. Assim, o que guia minhas considerações no segundo capítulo, é ao mesmo tempo, a base para a utilização dos depoimentos orais no terceiro capítulo. Deste modo, analiso como nas efemérides a Revolta dos Colonos foi resignificada e ganhou novos sentidos, o que ao mesmo tempo, não privilegia a participação dos colonos no levante, que é um dos objetivos deste trabalho.

Vale destacar a existência de uma discussão na sociedade contemporânea que enfatiza a necessidade de comemorar ou de rememorar os acontecimentos. Assim, em comparação ao exemplo de minha pesquisa, destaco o esforço de práticas para resignificar e construir uma nova história para a região. Stuart Hall em sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, trabalha com o tema da identidade nacional na organização da sociedade atual. Para isso aponta para a cultura nacional:

Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional.¹

¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª. Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 59.

O fragmento de Hall visualiza como culturas nacionais se constituem enquanto identidades, como representações sociais. Neste sentido, permite considerar o sudoeste do Paraná e a busca de uma identidade para a região, que teria sua base na Revolta de 1957. Assim como, permite conceber como a Revolta, por ser um movimento visto com “bons olhos” na região e também nacionalmente, assume posições em várias camadas da sociedade. Portanto, as comemorações encontram a oportunidade de destacar a região no contexto nacional, com referência a Revolta como constituinte dessa identidade no plano institucional.

Além disso, cabe considerar as diferenças existentes entre sujeitos no sudoeste do Paraná, as quais perdem sentido, pois “uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural”. O que neste trabalho pode ser entendido como o constituir uma identidade para a região, a partir da presença de sujeitos reconhecidos como “farrapos” ou “maragatos”, que tornou possível uma radicalização da Revolta de 1957 por parte dos colonos. Esta mesma identidade nacional, ora unificada enquanto representante de uma “mesma família nacional”, também se apresentaria nas comemorações enquanto apropriação da luta dos colonos, pois ao mesmo tempo em que exalta a vitória dos colonos, apropria-se desta luta para a promoção política e social.²

Ao pensar outros aspectos em relação ao conceito de identidade, a partir de sujeitos identificados enquanto “farrapos” ou “maragatos”, destaco outro trabalho de Stuart Hall: “Quem precisa da identidade?” Hall propõe considerações a partir das inúmeras discussões contemporâneas em relação a este conceito, para tanto, incita duas questões para guiar sua argumentação, nas quais questiona: “Onde está, pois a necessidade de mais uma discussão sobre identidade? Quem precisa dela?” Neste sentido, destaca a ideia de identificação para refletir este conceito, considerando que as identidades constituídas através dos recursos da “linguagem, história e cultura”, ajudam na elaboração “não daquilo que somos”, mas sim, “no qual nos tornamos”.³ Assim, esclarece outros aspectos:

É precisamente porque as identidades são constituídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação de diferença e da exclusão do que o signo

² Id. *Ibid.*, p. 59.

³ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000. p. 109.

de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna.⁴

Neste sentido, procuro pensar as questões envolvendo o conceito de identidade junto às atribuições apresentadas no segundo capítulo. Ao refletir a elaboração e as denominações atribuídas a “farrapos” ou “maragatos”, apresento como as mesmas aparecem em diferentes materiais comemorativos ou mesmo em historiografias. Em oposição a isso, estabeleço enquanto contraponto algumas memórias de remanescentes do levante. Esse recorte permite compreender alguns aspectos que Hall indica em relação ao conceito de identidade, já que as denominações atribuídas a sujeitos ora vistas como “farrapos”, ora como “maragatos”, suscitam em “locais históricos e instituições específicos”, com o objetivo de privilegiar “práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas”.⁵

Assim, o intuito de apresentar como essas denominações ganham publicidade de diferentes formas, vem ao encontro às discussões de identidade aqui propostas. Haja visto, que as diferentes interpretações em relação aos mesmos sujeitos são elaboradas “no interior do jogo de modalidades específicas de poder”, as quais são, seja na historiografia ou mesmo em efemérides comemorativas “mais o produto da marcação de diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma ‘identidade’ em seu significado tradicional”.⁶ Tais considerações, expõem que o definir sujeitos como “farrapos” ou “maragatos” obtece as especificidades de cada grupo que reivindica essa denominação em seu contexto, ao mesmo tempo, essas denominações só fazem sentido para tais grupos em relação a diferença que o conceito de identidade provoca em sua elaboração.

Vejo estas questões enquanto essenciais para a compreensão de minha discussão em relação a este conceito no segundo capítulo. Destarte, os aspectos apresentados acima, são apenas uma breve explanação do que é desenvolvido na sequência do texto.

Com isso, dou destaque ao conceito de memória, o qual será considerado no terceiro capítulo, no momento em que os depoimentos orais apresentam-se enquanto principal referência do trabalho. Assim, procuro pensar como a história oral junto à memória apresenta possibilidades de reflexões na análise das fontes orais. Neste

⁴ Id. Ibid., p. 109.

⁵ Id. Ibid., p. 109.

⁶ Id. Ibid., p. 109.

sentido, aponto algumas informações com relação às principais discussões teóricas e metodológicas.

Alessandro Portelli em seu texto “A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, elabora uma análise em que procura pensar a produção de relatos orais junto à memória:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis.⁷

Portelli é pontual ao destacar que a história oral não nos oferece apenas experiências comuns, apontando para tanto o grande campo de possibilidades compartilhadas, “reais ou imaginárias”. A partir deste pressuposto procura explicar os exemplos que cita em seu texto seja no caso de Frederick Douglass ou no caso dos operários de Tórni. Indicando assim, o trabalho da mente na produção do relato oral, ao apresentar diferentes destinos possíveis pautados em “esquemas possíveis e rigorosos”.

Assim, ao pensar o contexto de produção do relato oral e os movimentos da memória. Destaco que as experiências não são experiências comuns, mas sim, experiências refeitas no presente, ou seja, a produção de um relato a partir de questões do presente.

Isso ganha força em relação aos significativos movimentos comemorativos, que não fazem apenas os sujeitos da Revolta reelaborar o passado através da memória, mas sim, eles a processam no presente a partir das questões recolocadas em pauta no presente. Assim como Portelli aponta, as experiências das pessoas apresentam diferentes caminhos, em relação, ao presente e a produção da memória.

A partir das questões já apresentadas e ao mesmo tempo pensando em uma análise atenta das fontes, apresento com destaque os significados da memória nos dias de hoje, considerando as efemérides comemorativas e analisando como se produzem sentidos que se diferenciam dos da memória propostos pela história. Em reflexão próxima a essa questão, Pierre Nora trabalha com o tema “Entre memória e História a problemática dos lugares”, no qual, toma como base os locais da memória no hoje: “[...] é o modo mesmo da percepção histórica que, com a ajuda da mídia, dilatou-se

⁷ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 1 n. 2, dezembro de 1996.

prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade”.⁸

Destaco a reflexão de Nora ao apontar a “película efêmera da atualidade”, que para o autor substitui “uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade”. É basicamente neste sentido que procuro pensar, refletindo o momento efêmero de intensificação de comemorações e rememorações, o qual não destaca ou valoriza as memórias das figuras comemoradas, substituindo a chamada memória voltada para a própria intimidade das pessoas, por uma chamada memória oficial, do que se deve comemorar e como se deve comemorar, em que os comemorados não são lembrados.

Alessandro Portelli em: “As fronteiras da memória: o massacre das fossas Ardeatinas”, ao realçar questões necessárias à discussão no trabalho com história oral, considera que: “se estabelece entre o que consideramos um fato e o que ocorre na memória, incluindo nisso acontecimentos imaginários e falsas recordações”.⁹

Portelli lida com a história oral e suas implicações e trabalha com os movimentos da memória, enfatizando o que “ocorre na memória” no momento em que se elabora o relato oral. Destacando que devemos levar em consideração os possíveis “acontecimentos imaginários e as falsas recordações”,¹⁰ como produções da memória em constante reformulação e sujeita a novas interpretações com relação aos fatos ocorridos.

Assim, deve se considerar que o tema trabalhado tem como potencial incentivo as efemérides comemorativas, que faz a memória dos personagens que viveram o conflito, atribuírem novos sentidos as suas memórias a partir do que já vivenciaram.

Os sujeitos que viveram o conflito ou participaram do levante têm em suas memórias as constantes reinterpretações do presente, o que faz a mesma seguir novos caminhos, de acordo com o que já viveu e com o que as comemorações atribuem ao levante. O trabalho com fontes orais precisa estar atento a esses movimentos da memória do entrevistado.

Ao pensar a produção do relato oral junto aos movimentos da memória, Michael Pollak traz questões a serem refletidas com relação à memória, ao destacar: “Assim, as dificuldades e bloqueios que eventualmente, surgiram ao longo de uma entrevista só

⁸ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 10, 1993.

⁹ PORTELLI, Alessandro. As fronteiras da memória: o massacre das fossas Ardeatinas. *História, mito, rituais e símbolos. História e Perspectiva*. Uberlândia, N. 25/26, jul./dez.2001 jan./jun.2002.

¹⁰ Id. *Ibid.*, s/p.

raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado”.¹¹

Pollak ao apontar as “dificuldades e bloqueios” que por ventura possam surgir em uma entrevista enfatiza que isso raramente resulta de “brancos da memória ou esquecimentos”,¹² mas, da própria reflexão do indivíduo em falar ou discutir seu passado. Essa foi uma dificuldade que encontrei, pois os sujeitos que participaram ou vivenciaram a Revolta, constituíram seus depoimentos a partir do presente, de questões e reflexões feitas a partir do que o presente lhe possibilita transmitir. Sua reflexão não foi unicamente a partir do que vivenciou, mas sim, uma seleção de fatos e personagens de acordo com o que sua memória influenciada pelas comemorações permitiu elaborar.

Este trabalho é, portanto, fruto de uma pesquisa que tinha como objetivo inicial privilegiar memórias de sujeitos que participaram ou apenas vivenciaram a Revolta de 1957 no sudoeste do estado do Paraná. Neste sentido, vejo que este aspecto foi considerado no terceiro capítulo, quando as memórias são apresentadas, em oposição às memórias ditas oficiais. As quais são em parte elencadas no segundo capítulo, quando suscitam aspectos relacionados à identidade e ao separatismo, no momento em que questiono o movimento como atribuído para sujeitos identificados como “farrapos” ou “maragatos”.

Com isso, observei no segundo e terceiro capítulo diferentes perspectivas em relação ao levante de 1957, nas quais, procurei entender tanto as apropriações da luta dos colonos, como, o próprio protagonismo destes sujeitos, no momento em que apresentam suas memórias e qualificam a luta social como parte de suas trajetórias de vida.

¹¹ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

¹² Id. *Ibid.*, p. 13.

CAPÍTULO I – O LEVANTE DE 1957 NO SUDOESTE DO PARANÁ

O levante social de 1957 no sudoeste do estado do Paraná envolveu diferentes interesses, no campo social, político e econômico, que se inserem em um contexto específico de disputas pela terra na região.¹³ O território que compreende o sudoeste também esteve em disputas no campo jurídico em contexto internacional e nacional, em fins do século XIX e início do XX.

Na década de 1950, os colonos que migravam do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de outras regiões do Paraná encontram um contexto peculiar. Na condição de posseiros, são levados a uma organização social que, posteriormente, seria conhecida por diferentes interpretações. Dentre essas definições, destacam-se: Revolta dos posseiros; Levante de 1957; Luta social de 1957 e Revolta dos colonos. Esta última é aquela que considero como definição mais adequada para os acontecimentos envolvendo os colonos.¹⁴

Neste sentido, apesar de não ser meu objetivo central analisar os desdobramentos do levante, acredito que seja necessário localizar os antecedentes e também o contexto do conflito, já que nos próximos capítulos trabalharei com diferentes percepções em relação ao acontecido em 1957. Essas interpretações dizem respeito tanto à historiografia, quanto, às memórias de remanescentes do levante e à percepção destes sujeitos com referência à atualidade e à importância da conquista da terra para suas vivências.

1.1- Interpretações sobre a Revolta de 1957: historiografia

Considerando o levante e as diferentes interpretações elaboradas a seu respeito, apresento algumas daquelas que qualifico como mais significativas para trabalhar com o tema. Hermógenes Lazier, em *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*, elabora uma análise sobre a posse da terra no sudoeste paranaense considerando a questão agrária, para tanto destaca os principais acontecimentos que

¹³ Utilizo o conceito de região entendendo a diversidade desta definição. Neste trabalho ela é entendida enquanto “unidade administrativa”, ou seja, quando me utilizo da expressão “região” estou atribuindo tal definição ao sudoeste do Paraná. Isso significa a fração de terra que em termos geográficos e políticos corresponde essa região. VANDERLINDE, Tarcísio. Região. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 392.

¹⁴ As justificativas para minha caracterização da revolta como um levante de colonos serão apresentadas no item 1.8 deste capítulo.

fizeram com que o evento ficasse conhecido enquanto uma Revolta camponesa. Essa atribuição se deve a sua militância política e engajamento na valorização dos movimentos sociais, Lazier teve uma rica experiência associada à esquerda no Brasil e parte desta experiência expõe em sua análise sobre a posse da terra no Sudoeste do Paraná.¹⁵

Outro autor que trabalha com perspectiva similar a de Lazier é Ruy Christovam Wachowicz, que analisa a ocupação e colonização da região. A partir disto, guia suas reflexões em torno dos principais desdobramentos com relação à Revolta de 1957. Seu trabalho, *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*, tem como fonte primária relatos orais, o que torna seu texto por vezes confuso, pois em certos momentos mistura suas fontes com suas considerações. De qualquer maneira, para o contexto em que escreve – meados da década de 80 – é uma importante historiografia relacionada ao assunto. Por isso, apesar de suas limitações, é considerado um clássico, principalmente em consideração ao seu rico acervo de fontes orais. Porém, deve se considerar que Wachowicz escreve a partir de um projeto amplo de “escrever a história” das diferentes regiões do Paraná e que nem sempre as fontes orais utilizadas tem sua participação na produção.¹⁶

Quem também expressa sua opinião sobre o levante é Rubens da Silva Martins, que, em, *Entre jagunços e posseiros*, defende sua posição no levante, por meio de relatórios, telegramas e ofícios. Não há dúvida de que Martins é um homem do meio público, ele foi o primeiro prefeito de Francisco Beltrão, e participou ativamente nos desdobramentos de 1957, por esse motivo, seu livro se torna uma espécie de relato autobiográfico como justificativa para suas ações em 1957, momento em que era delegado de polícia no município de Francisco Beltrão. Seu texto é muito extenso, e sua principal tese é que o conflito remonta antecedentes essencialmente políticos, classificando os colonos como manipulados pelas lideranças políticas opositoras, e destacando o levante como resultado da conjuntura política que se apresentava no período.¹⁷

Um importante estudo da década de 80 com relação ao assunto é o texto de Iria Zanoni Gomes, de 1986, *1957: A Revolta dos Posseiros*, que tem como foco os

¹⁵ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998.

¹⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

¹⁷ MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e Posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.

acontecimentos de Francisco Beltrão. A autora destaca a luta e vitória dos posseiros do sudoeste junto à consolidação da pequena propriedade para a região. Suas fontes são essencialmente de imprensa e orais, trabalhando basicamente com a organização dos posseiros e seu aprendizado na luta pela terra. Deve se considerar aqui a proximidade da autora com seu objeto de estudo, haja visto, que a família de Gomes vivenciou o conflito de 1957 no município de Francisco Beltrão.¹⁸

Importa também lembrar o breve artigo de Cecília Maria Westphalen, “Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno”. Elaborado em 1968 e publicado pelo *Boletim da Universidade Federal do Paraná - UFPR*, apesar de ser apenas um pequeno ensaio, pode ser considerado o primeiro artigo que cita os acontecimentos de 1957 no sudoeste do Paraná.¹⁹

Outro trabalho sobre a região, não tão diretamente sobre a luta dos colonos de 1957, foi produzido por Ricardo Abramovay, *Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense*. É uma dissertação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo – USP, no ano de 1981, apresenta o sudoeste paranaense através da vida camponesa e recorda a fundamental vitória dos colonos no levante de 1957.²⁰

Também da década de 80, mas pela Universidade Federal do Paraná, temos o trabalho de Maria Cristina Colnaghi, *Colono e poder: a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Dissertação defendida no ano de 1984, concentra-se nos aspectos políticos e econômicos do levante, considera o embate entre PSD e PTB como fatores importantes para o desfecho de outubro de 57. Também recorda as oposições políticas em nível nacional e a inércia do Estado em relação à situação em que se encontrava a região.²¹

Na última década, ganhou destaque um trabalho de Silvia Maria Amâncio, *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. De forma mais ampla, a autora trabalha essencialmente com os documentos do DOPS/PR, que remetem aos anos que antecedem o conflito e durante o mesmo. Partindo inicialmente para a análise de fontes, com

¹⁸ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

¹⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná-UFPR*. Curitiba: Departamento de História, n.7, 1968.

²⁰ ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: O Sudoeste paranaense*. São Paulo: Dissertação – Mestrado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo-USP, 1981.

²¹ COLNAGHI, Maria Cristina. *Colono e poder: A luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná-UFPR, 1984.

destaque aos referidos documentos, a autora entrelaça essa análise à questão política do período e às questões políticas atuais, junto às celebrações comemorativas do levante.²²

Outra autora com produções recentes sobre o tema, com uma dissertação e artigos com relação ao assunto, é Éverly Pegoraro, com destaque para seu principal trabalho que é fruto de sua dissertação de mestrado, *Dizeres em Confronto: a Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. Apresenta como fonte primária a imprensa paranaense, e sua perspectiva de análise esta justificada por sua formação em jornalismo. Apesar de ter realizado mestrado em História Social, Pegoraro consegue desenvolver uma rica análise dialogando no campo da história e do jornalismo, observando como os meios de comunicação da época, imprensa jornalística e radiofônica, destacavam o levante a partir de suas posições político partidárias.²³

Outro trabalho que ganhou publicidade sobre o tema é de Sitillo Voltolini, *Retorno 2 – Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. Voltolini elaborou um trabalho memorialístico, focado nos acontecimentos do município de Pato Branco. Para tanto, entrelaça fontes orais e trechos de reportagens, muito similar a aquilo que Wachowicz por vezes faz em seu trabalho. Não considero este trabalho uma referência historiográfica sobre a região, mas, sim, uma produção de cunho memorialístico.²⁴

Obviamente, essas não são todas as produções que existem sobre a região. Apresentei, aqui, algumas que considero relevantes e outras que ganharam destaque por atenderem interesses de uma história vista como oficial. Mas, deve-se se considerar a crescente produção de trabalhos acadêmicos sobre o tema, seja em artigos ou mesmo em dissertações, significa que, o levante de 1957, ou mesmo o sudoeste paranaense, vem sendo muito explorado no meio acadêmico, o que obviamente só tem a contribuir para a historiografia paranaense e para seus pesquisadores.

Apresentados esses trabalhos, destaco que a intenção de meu trabalho, ou aquilo em que ele se diferencia, é que, através da história oral, procuro pensar experiências sociais, destacando-as enquanto trajetórias de vida de lutas e resistências na e pela terra. Procuro examinar como sujeitos que participaram da Revolta se vêem hoje, como percebem o conflito social nas suas vidas, de que forma compreendem a questão

²² AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Maringá/PR: Dissertação – Mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2009.

²³ PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008.

²⁴ VOLTOLINI, Sitillo. *Retorno 2. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

colonos ou posseiros. De forma geral, deixo os sujeitos falarem. Fazer com que suas experiências tenham compreensão social e, eventualmente se diferenciem dos sentidos propostos pelas comemorações na efeméride, ao relacionar o conflito social de 1957 com a situação de 2007.

Ao mesmo tempo, no momento em que procuro pensar historiografias e materiais comemorativos – principalmente referentes às comemorações do cinquentenário da Revolta de 2007 –, reflito sobre as diferentes apropriações acima da luta dos colonos, e o quanto se privilegia a promoção política e ícones do movimento em oposição aos colonos, que neste trabalho são entendidos como protagonistas do levante.

Assim, pretendo diferenciar meu trabalho apresentando como a memória da Revolta apresenta-se em comemorações e em algumas obras historiográficas, em contrapartida, ressalto as memórias de quem viveu ou participou dos acontecimentos, envolvendo o litígio da terra em 1957, apresentando o protagonismo de pessoas simples, sem vínculo com partidos políticos, e que tinham como objetivo comum a conquista da terra.

1.2- Disputas jurídicas e concessões fundiárias

A fração de terra que corresponde hoje o sudoeste do Paraná esteve em fins do século XIX em meio a uma disputa jurídica internacional, entre o Brasil e a República Argentina. A decisão final sobre essa questão somente aconteceu depois que o então presidente dos EUA, Grover Stephen Cleveland, no ano de 1895, juiz escolhido pelos países para a questão, deu ganho de causa ao Brasil. As linhas fronteiriças que foram disputadas pelo Brasil e pela Argentina ficaram conhecidas como “questão das Missões ou de Palmas”. Hermógenes Lazier esclarece o contexto que conduziu à decisão tomada pelo presidente estadunidense, e o então ganho de causa dado ao Brasil:

Durante muitos anos a Argentina e o Brasil disputaram a rica região do Sudoeste do Paraná. Ao ser definida a linha divisória entre os dois países, a Argentina reivindicou que a fronteira fosse pelos rios Chapecó e Chopim (portanto o Sudoeste do Paraná pertencia à Argentina). O Brasil defendia que a fronteira Ocidental seguisse os rios Santo Antonio e Peperi-guaçu. Não houve, contudo, acerto entre os dois países no tocante à linha divisória.²⁵

²⁵ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 21.

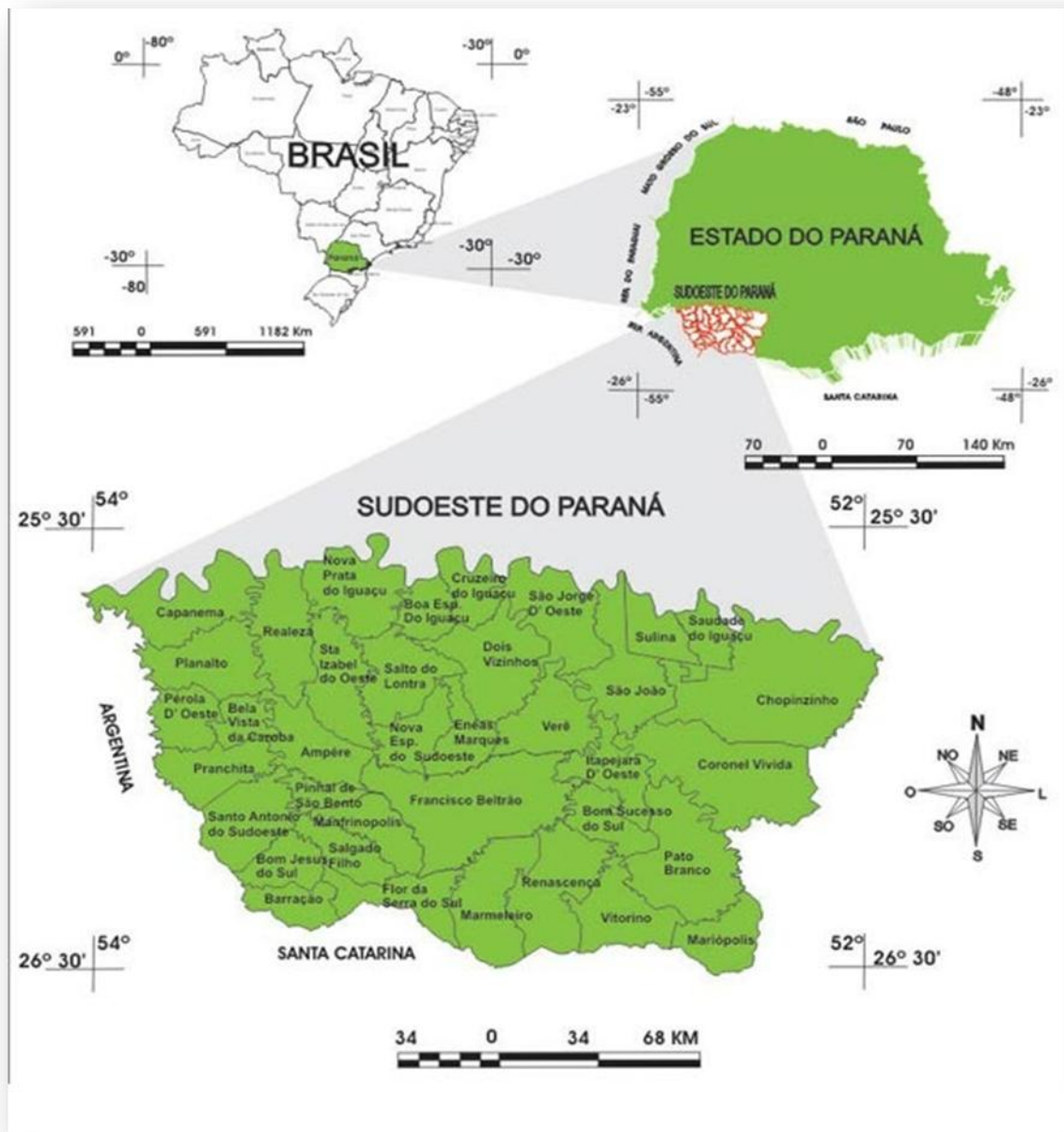
Com a ação do então presidente do Brasil, Floriano Peixoto, junto ao Barão do Rio Branco, “com mapas e documentos infundáveis”,²⁶ a decisão tomada estabeleceu as fronteiras atuais entre os dois países, com os rio Iguazu e Uruguai e seus afluentes Santo Antonio e Peperi-guaçu como fronteiras fixas. Com isso aquilo que é hoje o sudoeste do Paraná passou a pertencer definitivamente ao Brasil. A divisão recente da região Sudoeste do Paraná pode ser observada a seguir. (ver mapa 1, p. 28, atual região sudoeste do Paraná).

Depois de resolvidas as fronteiras em contexto internacional, existiam ainda pendências internas. Inicialmente, a questão fronteira desenvolvia-se entre a província de São Paulo e de Santa Catarina, porém após 1853, com a criação da Província do Paraná, as pendências voltaram-se entre o Paraná e Santa Catarina:

Depois da Guerra do Contestado, os dois Estados assinaram o acordo de fronteira no dia 20 de outubro de 1916. Afonso Camargo assinou pelo Paraná e Felipe Schmidt firmou por Santa Catarina. O referido acordo foi confirmado pelo Presidente da República, Wenceslau Braz, sendo que a maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina.²⁷

²⁶ Id. Ibid., p. 23.

²⁷ Id. Ibid., p. 23.



Mapa 1: Mapa divisão recente da região sudoeste do Paraná. Marcos Leandro Mondardo, 2006.

Com essa decisão, ficou estabelecida a faixa que corresponde hoje ao sudoeste do Paraná, assim como estabeleceram-se as fronteiras atuais entre os dois estados, sendo que boa parte das terras reivindicadas pelo Paraná ficaram com Santa Catarina, aquilo que é hoje o oeste catarinense. Por outro lado, se no campo jurídico, as demarcações das fronteiras geográficas estavam resolvidas, o litígio da posse da terra estava cada vez mais distante de uma resolução definitiva.

Nas décadas de 1940, 50 e 60 ocorreram diversos conflitos sociais no Brasil envolvendo camponeses. Neste contexto, o sudoeste do Paraná aparece como um

movimento impar, em que os colonos conquistam suas propriedades sem vínculo com ligas camponesas ou outras organizações deste cunho.

José de Souza Martins, em seu trabalho, *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, detalha o contexto de lutas camponesas no Brasil do século XX. Para tanto, assinala que tais lutas começam a surgir em um contexto de pós-escravidão, momento em que se apresentam novas dinâmicas e concepções em relação à terra: “O fim do trabalho escravo, a revelação de um novo instrumento de dominação, revelou também a contradição que separa os exploradores dos explorados. Sendo a terra a mediação desse antagonismo, em torno dela passa a girar o confronto e o conflito de fazendeiros e camponeses”.²⁸

Tais considerações demarcam que com o fim do trabalho escravo se revela um novo “instrumento de dominação”. Se na escravidão o fundamento da dominação era o cativo, em que a terra era apenas um instrumento desta dominação, após a abolição, “a terra passa a ser a mediação desse antagonismo”, o que passa a fundamentar o confronto entre fazendeiros e camponeses.

Martins assinala aquilo que favorece este contexto no pós-abolição, indicando que, “as questões de terras só podiam surgir a partir do momento em que passaram a ter valor ou, ao menos, a partir do momento em que a terra passou a fazer parte da fazenda, passou a ser a parcela principal da fazenda, o que antes cabia o escravo”.²⁹ Ou seja, a terra entra em disputa a partir do momento em que adquire valor, ou nas palavras de Martins, quando “passou a fazer parte da fazenda”, a qual antes tinha como principal meio de exploração o escravo, que então é substituído.

É neste contexto que a terra ganha significativo valor, e aparece enquanto principal meio de exploração. Isso favorece as contradições sociais a partir de políticas de Estado em contextos particulares de expansão da fronteira agrária brasileira. Fato que possibilita o aparecimento de lutas camponesas em meados do século XX.

Com exceção de Canudos e Contestado, os conflitos camponeses no Brasil surgem de forma significativa a partir da década de 40, conforme esclarece Martins:

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do messianismo e do banditismo e com outras formas de luta e

²⁸ MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5ª Edição: Editora Vozes: 1995. p. 63.

²⁹ Id. Ibid., p. 65.

de resistência. Entre o final dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país.³⁰

Martins é enfático ao caracterizar o período de 40 até o golpe civil militar de 1964 como um contexto em que surgiram vários movimentos camponeses em diferentes regiões do Brasil. Destaco que de todos os movimentos que surgiram neste período poucos não tiveram ligação com alguma “liga camponesa ou sindicato”. Um desses casos de exceção é justamente a Revolta de 1957, o qual, talvez justamente por ser um movimento independente – com poucas lideranças – obteve sucesso total, conquista que, alguns movimentos liderados por sindicatos ou ligas camponesas não tiveram.

A vitória dos colonos ocorreu justamente pelo fato de o movimento, quando organizado, se ter desenvolvido rapidamente, mesmo com oposição política em contexto estadual e nacional. A organização, mobilização rápida e efetiva, forçou a ação e intervenção do governo federal, sem muitas negociações, o que poderia não ter ocorrido, caso sindicatos ou alguma liga camponesa tivesse participado do movimento.

Recordo como Martins percebe a Revolta de 1957 em meio a outros movimentos deste período:

Toda a sorte de violências foi cometida contra os camponeses da região, arrancados violentamente das terras, que estavam sendo vendidas por companhias colonizadoras, ligadas ao governador, a outras pessoas. Com frequência essas terras eram negociadas e tituladas em favor de amigos e parentes do próprio governador, que imediatamente hipotecavam os títulos no Banco do Estado, obtendo grossos capitais em cima de terras que não lhes pertenciam de fato.³¹

Martins relembra que toda ação praticada pelas companhias colonizadoras contra os colonos teve o suporte do Governo do Estado, através do governador Moysés Lupion, do PSD, e do governo federal, com Juscelino Kubitschek, também do mesmo partido. O autor ainda enfatiza que as terras também favoreciam amigos do governador, que acumulavam capitais acima daquilo que não lhes pertencia. Além destas questões, Martins também recorda os principais levantes nos municípios de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, apontando que a questão somente foi resolvida após 1960, quando Jânio Quadros, e posteriormente João Goulart cria a GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

Interessa observar que Martins abre espaço para essa luta camponesa em seu trabalho e a considera em essência pelo que foi, como se desenvolveu. Apesar de

³⁰ Id. Ibid., p. 67.

³¹ Id. Ibid., p. 74.

apresentar inúmeras lutas no campo similares a esta, com participação de sindicatos e ligas camponesas, o autor considera o levante de 1957 por sua especificidade, sem atuação de tais grupos no movimento.

As bases do litígio da terra na região sudoeste do Paraná remontam ao Brasil imperial, e, conforme esclarece Iria Zanoní Gomes, “tem como ponto de referência a política de concessões de grandes lotes de terras adotada pelo governo brasileiro como complementação de pagamento aos trabalhos realizados por empresas construtoras de ferrovias”.³² Neste sentido, D. Pedro II, em 1889, “concede ao engenheiro João Teixeira Soares” uma faixa de terras devolutas, pela “construção da estrada de ferro Itararé-Uruguay e dois ramais”.³³

Após esse episódio, com a República, a situação manteve-se no mesmo patamar, até pelo menos 1891, quando “essas concessões foram transferidas para a Companhia União Industrial e, em 6 de maio de 1893, pelo decreto 1.386, para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande”³⁴ (CEFSPRG), que pertencia ao grupo Brazil Railway Company.³⁵ Somente a partir deste momento é que o litígio da terra envolve o Estado do Paraná. Neste sentido, de acordo com Lazier:

O Governo do Estado do Paraná assinou contratos com a CEFSPRG para a construção de estradas de ferro e já começou a titular terras à referida companhia. Em 17 de julho de 1913 o Presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, titulou a gleba Chopim com a área de 715.080.142m². Mais tarde, em 1 de outubro de 1920, o Presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, titulou para a mesma companhia a gleba Missões, com área de 4.257.100.000m². O território das glebas Missões e Chopim representa quase todo o atual Sudoeste do Paraná.³⁶

Tais aspectos demonstram a complexidade do litígio da terra na região e o grave problema de titulação de terras públicas ao interesse privado. As glebas Missões e parte da gleba Chopim tituladas ao interesse privado correspondiam a quase todo território do “atual sudoeste do Paraná”, (conforme pode-se observar no mapa 2, p. 32.). Dado o período em que esta titulação acontece, naquele momento a população que vivia na região não era expressiva, basicamente composta de indígenas e caboclos. Somente a

³² GOMES, Iria Zanoní. *Apud* RÊGO, Ruben Murilo Leão. *Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. São Paulo, 1979. p. 29 Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

³³ Id. *Ibid.*, p. 29.

³⁴ Id. *Ibid.*, p. 30.

³⁵ De acordo com Hermógenes Lazier, “a empresa *Brazil Railway Company* atuava no Brasil. Era um *trust* com ramificações nos quatro cantos do país. Possuía 14 empresas, sendo uma delas a CEFSPRG”. LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 26.

³⁶ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 25.

partir da década de 1940 é que a situação se agrava, com a massiva migração de colonos para a região.



Mapa 2: Mapa do Paraná com destaque para área em litígio que resultou na Revolta em 1957. Acervo Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

Porém, após novos capítulos envolvendo companhias de estrada de ferro e o Governo Federal,³⁷ o litígio da terra na região tem um novo e significativo episódio a partir da década de 1930. O general Mário Tourinho assumia o governo do Paraná como interventor, quando, “começou a estudar as concessões de terras feitas à CEFSPRG e constatou irregularidades, inclusive o não cumprimento do contrato por parte da referida companhia”.³⁸ Neste sentido, com o decreto número 300, anulou concessões, dentre as quais “estavam as das glebas Missões e Chopim. Com essa medida o território do Sudoeste do Paraná voltou ao domínio do poder público”.³⁹

Com tais aspectos, após 1930 o cenário se inverte, com a prévia retirada do interesse privado da questão em contexto estadual, o litígio da terra, a partir de então, volta-se ao governo do Paraná e ao governo Federal. Isso acontece porque em 1940 ocorre a incorporação ao “patrimônio da União da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande”, que pertencia à Brazil Railway Company, por meio dos Decretos-Leis 2.073 e 2.436. Com essas incorporações, as glebas em questão, que pertenciam à Companhia, passam ao domínio público federal, ao mesmo tempo em que também eram de domínio público estadual.⁴⁰

³⁷ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 30, 31.

³⁸ LAZIER, op. cit., p. 26.

³⁹ Id. Ibid., p. 26.

⁴⁰ GOMES, op. cit. p. 32.

Assim, a questão agrária do sudoeste paranaense, a partir de então, ganha um novo complicador, além do impasse entre a União e o estado do Paraná. Tais aspectos serão considerados a partir do item 1.5.

1.3- As primeiras populações

Apresento aquilo que considero como as primeiras populações, a partir de uma caracterização elaborada por Iria Zanoni Gomes. Para Gomes, parte dos primeiros ocupantes da região que hoje é o sudoeste paranaense desenvolvia atividades características pelo modelo de “agricultura extensiva”, em essência a partir de uma “economia cabocla, com a exploração de erva-mate, madeira e criação de porcos”. Esta fase seria a anterior à década de 1940, também caracterizada por uma agricultura de subsistência sem a presença, em expressão, do migrante rio-grandense e catarinense.⁴¹

Além da presença cabocla, também se deve considerar a expressiva população indígena, com aldeamentos em diferentes localidades na região. Essa presença é desconsiderada por algumas historiografias que tratam sobre a região, na qual se admite a presença destas populações somente quando vista a partir da relação com o não indígena. Exemplo disto encontra-se no trabalho de Ruy Christovam Wachowicz, que utiliza as noções de “colaboracionista ou refratário”. Segundo Wachowicz, no início do século XIX “eram aproximadamente 500 índios” que faziam parte “de duas tribos: Camés e Votorões”.⁴² Ambas localizadas nos campos de Guarapuava e Palmas.

Porém, acredito que a presença de tais populações deve ser considerada também por sua cultura, por valores e por sua relação de respeito com o ambiente onde viviam. Neste sentido, destaco as considerações que Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro apresenta, ao refletir como se constituem discursos sobre a inexistência de índios no oeste do Paraná. A autora trabalha com as noções da atualidade a partir de dois grupos étnicos naquela região, sendo o primeiro da “chamada sociedade nacional”, que ignora a

⁴¹ Id. Ibid., p. 15.

⁴² WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 10. Segundo este autor, a denominação “colaboracionista ou refratário”, referia-se aos indígenas que colaboravam ou não, com os fazendeiros dos campos de Palmas e Guarapuava, sendo que, dentre os colaboracionistas destaca-se o cacique *Viri* nos campos de Palmas, que teria facilitado à reocupação das terras na região.

presença e participação de grupos indígenas “na história” daquela região, e o segundo, que foi sistematicamente esquecido, composto de populações Guarani.⁴³

Ribeiro analisa a constituição deste discurso de inexistência de tais populações, refletindo a “colonização da região nas décadas de 1950 e 60”, e a construção da Usina hidrelétrica Itaipu, entre os anos 70 e 80. Ponderando a “incorporação do Oeste paranaense” à sociedade capitalista e ao “progresso nacional”, sendo que para isso se desconsidera a presença das populações indígenas, as quais Ribeiro analisa.⁴⁴

Com isso, importa destacar sua análise sobre as relações que se estabelecem entre estes dois grupos étnicos a partir de então:

O modelo de organização espacial implantado, ao mesmo tempo em que se relacionava a formas anteriores de ocupação da população eleita para povoar a região, terá repercussões significativas nas características sociais, culturais e econômicas assumidas pela região até o presente. Em contrapartida, a sociedade Guarani que concebia esta área como seu território, organizava-se espacialmente de acordo com pautas culturais específicas, o que necessariamente sofrerá adaptações e “re-elaborações” com a chegada do colonizador.⁴⁵

Utilizo as reflexões de Ribeiro para tecer considerações sobre a presença de populações indígenas no sudoeste do Paraná. Vejo a relação sudoeste e oeste paranaense de hoje, inexistente para as populações indígenas, ao mesmo tempo em que tais demarcações, nas décadas de reocupação sulista, não eram tão fixas como hoje, sendo facilmente incorporado o oeste paranaense como todo o território das atuais regiões oeste e sudoeste. De qualquer forma, naquilo que é hoje o sudoeste também são encontradas referências a toldos de Guaranis,⁴⁶ porém tal presença é minimizada ou ocultada, ao se apresentar a “colonização da região”. Assim, como apresenta Ribeiro, o “novo modelo de organização” da sociedade apresentado pelo migrante sulista, trouxe “repercussões significativas” nas características sociais, culturais e econômicas das populações que ali viviam até o momento.

As populações Guarani que concebiam “aquele território como seu” tinham sua própria forma de organização cultural, ou seja, valores que sofreram profundas alterações com a chegada do migrante sulista. Desta forma, considero importante

⁴³ RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. Um passe de mágica: Breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no Oeste paranaense. *Tempo da Ciência: Revista de Ciências Sociais e Humanas*. CCHS/Toledo-PR, v. 8, n. 15, p. 59-68, jan/jun. 2001. p. 59.

⁴⁴ Id. Ibid., p. 60, 61.

⁴⁵ Id. Ibid., p. 63.

⁴⁶ LANGER, Protasio Paulo. Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950. Os indígenas na memória dos colonos. *Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI/Campo Grande*, ano 9, n. 17, jul./dez. 2009.

apresentar, mesmo que de forma breve, a presença e relevância de tais populações na região, apontando com ênfase para os valores sociais e culturais dos mesmos, os quais, na atualidade, são descartados, em vista às novas dinâmicas da sociedade constituída naquela região após as décadas de 40 e 50.

Outros sujeitos que enfrentaram um processo similar ao dos indígenas são os já identificados aqui enquanto caboclos. Na visão de Lazier, caboclos são aqueles considerados como elementos de “origem luso-brasileira, pobres, que se dedicavam à extração de erva-mate e à criação de porcos”. Além destas atividades, também produziam algumas culturas de subsistência, “como caça e pesca”. Lazier destaca que a estes elementos também se somavam moradores dispersos e “fugitivos da justiça”.⁴⁷

Já Wachowicz percebe estes sujeitos de outra forma, e caracteriza a presença dos mesmos em oposição aos fazendeiros dos campos de Palmas e Guarapuava:

No início do século XX, o Sudoeste paranaense, de Mariópolis até a fronteira argentina, continuava a ser um imenso vazio demográfico. Sua população atingia apenas 3.000 habitantes. Os fazendeiros de Palmas, únicos capitalistas da região, nunca se interessaram em investir na colonização de terras que não fossem campos de criação.⁴⁸

Wachowicz percebe a presença de caboclos, quando associada aos “fazendeiros capitalistas”. Neste sentido, os caracteriza como “peões”, e chama atenção para a agricultura de subsistência praticada por esses sujeitos. Além destes elementos, atribui para a região, no período de 1900 a 1920, uma população de 3.000 a 6.000 habitantes, dos quais, além dos peões, também destaca os “foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes”, além de posseiros remanescentes do Contestado, argentinos e paraguaios que penetravam na região “em busca de erva mate”.⁴⁹

Porém, Wachowicz também caracteriza o elemento caboclo na região, apontando com ênfase seu modo de vida:

Os caboclos que haviam penetrado nas regiões de mata como posseiros preocupavam-se em colher alguma quantidade de mate nos ervais nativos, a qual lhes fornecia algum dinheiro para adquirirem os produtos indispensáveis como armas, sal e algum vestiário. O feijão e o milho por eles plantados eram estritamente para as suas necessidades pessoais.⁵⁰

⁴⁷ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 31, 32.

⁴⁸ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Litéro-Técnica, 1985. p. 65.

⁴⁹ Id. *Ibid.*, p. 68, 69.

⁵⁰ Id. *Ibid.*, p. 67.

Tais características demonstram a tendência atribuída, na visão de Wachowicz, a estes sujeitos como inaptos a uma agricultura intensiva e com características de um modo de vida a partir da subsistência. Percebo nas entrelinhas do trabalho, e também observando o mesmo de forma ampla, que Wachowicz transparece à ideia de caboclos como responsáveis pela “inércia” da região, até pelo menos 1920, que somente após a chegada dos migrantes sulistas e com a agricultura intensiva é que desenvolveria a região, nos moldes da sociedade convencional.

Percebo a presença das populações caboclas e indígenas a partir de especificidades. Considero os valores e as vivências destes sujeitos como constituintes de suas culturas, voltadas para a vivência fora da economia capitalista, que a partir de então se apresentava para a região.

Davi Felix Schreiner, em seu trabalho sobre os assentamentos rurais nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, trabalha com o conceito de caboclo, e como o mesmo foi incorporado para outras significações como, por exemplo, para definir camponês. Schreiner, ao definir caboclo, se utiliza de inúmeras interpretações, dentre as quais destaca o sentido racial, que se apresenta na definição que representa “o mestiço próximo ou remoto de branco e índio”.⁵¹ Por outro lado, a literatura antropológica e sociológica recente definiu caboclo como “uma condição social, genericamente o lavrador nacional pobre, com um sentido mais sociocultural do que étnico”.⁵²

Destarte, o autor recorda a presença do caboclo em lutas sociais, a qual na maioria das vezes é ocultada:

Sua presença nas lutas sociais agrárias é marcante (Contestado – 1912-1916; Revolta do Sudoeste do Paraná, de 1957, entre outras). Atualmente, além da sua presença numérica, constata-se, sobretudo, a presença cultural (ritos, simbólicos e suas trajetórias de lutas sendo recuperadas no processo da luta, em romarias e outras manifestações públicas políticas). Mas, o caboclo já foi visto como grupo isolado, de “raça inferior”, o que justificaria seu baixo nível de vida e sua suposta incapacidade para o trabalho.⁵³

Considero válidas as ponderações do autor, ao relacionar o caboclo a alguns movimentos sociais presentes no sul do Brasil, como, em especial no exemplo do Contestado. Porém, na Revolta de 1957, não consigo perceber uma presença cabocla no mesmo nível do Contestado. Na região existiam sujeitos com essa identificação, porém sua participação no levante de 1957 não é tão significativa. Outro porém presente no

⁵¹ SCHREINER, Davi Felix. Apud: CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 6.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982. p. 47.

⁵² Id. Ibid., p. 47, 48.

⁵³ Id. Ibid., p. 48.

fragmento de Schreiner é em relação a afirmação de que estariam “sendo recuperadas no processo da luta”, a “presença numérica e cultural” destes indivíduos “em romarias e outras manifestações públicas políticas”.

Não percebo a questão desta forma, em sentido diverso, na atualidade as manifestações públicas ou romarias têm-se transfigurado em produto de promoção pública e política. Como é o caso do levante de 1957, na comemoração de seu cinquentenário em 2007, momento em que o meio público e político apropriou-se da luta social em diversos eventos. Da mesma forma, o meio privado também se utilizou da luta dos colonos para celebrações, como por exemplo, em romarias. Em tais celebrações, não se privilegia a luta e vitória dos colonos frente a um contexto de adversidade política e social, mas sim, se exaltam figuras públicas e promovem-se lideranças políticas através da luta.⁵⁴

Apresentadas tais questões, percebo o caboclo como um conceito dinâmico, com diferentes conotações e interpretações, de acordo com o contexto em que tal definição é apresentada. Mas, considero este indivíduo a partir da conotação apresentada por Antonio Marcos Myskiw. Para o autor, “o ‘caboclo’ ou ‘primeiro colono’, geralmente conceituado como sendo uma família em estado miserável que praticava a agricultura de subsistência, via queimadas”.⁵⁵ Tais características são frequentemente encontradas com referência a estes indivíduos, como se nota, em essência seus valores prezavam pela agricultura de subsistência, com o plantio em queimadas, também conhecido como cultivo em sistema de coivara.

1.4- As correntes migratórias na reocupação do sudoeste paranaense

Conforme exposto na seção anterior, antes da chegada dos migrantes rio-grandenses, catarinenses e paranaenses, o sudoeste do Paraná já era ocupado pelas populações reconhecidas como caboclas e indígenas. Porém, o modo de vida bem como os valores praticados por essas populações se diferenciavam em vários aspectos

⁵⁴ Sobre este tema, elaborei meu trabalho de conclusão de curso-TCC no ano de 2011. ORBEN, Tiago A. *As comemorações da Revolta dos Colonos/Posseiros no seu cinquentenário*: Francisco Beltrão/PR, 2007. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso/História, CCHEL-Colegiado de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Campus: Marechal Cândido Rondon, 2011.

⁵⁵ MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1960/66)*. Dissertação – mestrado em História, Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói/RJ: 2002. p. 163.

daqueles que foram praticados a partir da década de 1940, com a chegada de colonos à região.

Essa chegada de colonos também é entendida por algumas interpretações como colonização, conceito que precisa ser considerado enquanto uma atribuição que denota significações específicas. Neste sentido, Alfredo Bosi, em *Dialética da Colonização*, apresenta contribuições para esse aspecto. Para o autor, aquilo que diferencia o “habitar e o cultivar do colonizar” é em grande medida “o deslocamento que os agentes sociais fazem do seu mundo de vida para outro onde irão exercer a capacidade de lavrar ou fazer cultivar o solo alheio”.⁵⁶

De acordo com Bosi, a principal diferenciação está no deslocamento dos agentes sociais para outro mundo, no qual poderão lavrar e cultivar o solo. Ou seja, os colonos que chegam à região sudoeste do Paraná enquadram-se na definição de colonização de Bosi, porém essa definição não atribui à colonização um sentido de pioneirismo ou de ocupação, sentido que algumas vezes é indicado para esse termo, mas sim, de deslocamento social, no sentido de cultivar novas áreas.

Tais aspectos em relação a este conceito são exemplificados por Bosi em seguida: “Como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização”.⁵⁷

A partir destas questões, observo como se estabelecem novas relações a partir de um novo ciclo de colonização, em que se reproduzem novas relações de vida, poder, economia e política. No contexto do sudoeste do Paraná, estas questões se apresentam em nível ainda mais aplicado, tendo em vista que todas essas novas relações se sobrepõem a outras culturas, já existentes na região, no caso as populações indígenas e caboclas. É neste contexto que se recoloca uma nova dialética de colonização, não no sentido que a memória oficial convencionou chamar de pioneirismo, mas de novas relações sobrepostas, no caso, a outras culturas.

Em relação ao aspecto pioneirismo, Bosi também recorda que: “Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus”.⁵⁸ O quadro estabelecido pelo autor, enquadra-se naquele

⁵⁶ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 12.

⁵⁷ Id. *Ibid.*, p. 12.

⁵⁸ Id. *Ibid.*, p. 12.

reproduzido pela memória regional em relação à reocupação da região. Tais aspectos serão mais explorados nos próximos capítulos. Mas, em grande medida, o colonizador não se vê apenas como um simples conquistador ou um sujeito que reocupa um espaço geográfico. Mas, percebe esse espaço a partir de seus valores culturais. Destarte, o termo colonização faz sentido para o mesmo no “descobrir e povoar”, considerando-se assim um “pioneiro”, título que na sua visão lhe seria justo, pois, com seus valores, aquilo que considera progresso teria acontecido a partir da sua chegada ou da colonização.

O contexto que favorece essa reocupação está relacionado a um programa político governamental criado pelo Governo Federal, em fins da década de 30. Getúlio Vargas, presidente do Brasil no período, procurou estabelecer a chamada “Marcha para Oeste”, com o objetivo de ocupar vazios demográficos e integrar novas áreas agrícolas ao território nacional.⁵⁹

A partir deste projeto político, em 1943, por meio do Decreto número 12.417, Vargas cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO. Lazier destaca que “a CANGO era um órgão público federal e os lotes de terra eram distribuídos gratuitamente, o que era mais um fator que favorecia a grande migração interna para a região”.⁶⁰ Além da distribuição gratuita dos lotes, os colonos que chegavam à região recebiam da colônia assistência técnica e incentivo para a agricultura.

Vale ressaltar as inúmeras referências que apontam para a ação efetiva desta colônia agrícola, e sua ajuda aos colonos, tanto na chegada quanto no levante de 1957. Para Gomes a colônia:

[...] teve uma importância decisiva na colonização do Sudoeste do Paraná. Embora a criação de colônias agrícolas tenha decorrido de uma medida ditatorial e conservadora, a análise da atuação da CANGO, uma das poucas colônias que apresentou resultados significativos, mostra que esta atuação foi extremamente democrática.⁶¹

Gomes ressalta ainda a assistência social, técnica e infraestrutura que era dada ao colono, assim que chegava. Apesar disto, as dificuldades ainda eram inúmeras, pois, por

⁵⁹ Para Maria Esperança Carneiro, “a ‘Marcha para Oeste’ constituiu-se na primeira política efetiva dos governos Federal e Estadual, no sentido de integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica”. Visava assim, “o deslocamento espacial da força de trabalho para novas regiões férteis”, com o objetivo de aumentar a “produção de alimentos para os centros urbanos do país”. CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Cegraf, 1981. p. 6, 7.

⁶⁰ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 38.

⁶¹ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 16, 17.

se tratar de uma região nova, o construir estradas e pontes era umas das corriqueiras atividades que os agricultores tinham que desenvolver. O que é identificado com facilidade em entrevistas com colonos da região, como na entrevista com o senhor Osvaldo Ferreira da Silva,⁶² morador do município de Verê-Pr. Osvaldo destaca como era a região quando chegaram, e aponta para algumas dificuldades, enfatizando que, “a região era meio difícil, fazer estrada, derrubar mato ou limpar. Nós pra ir na roça, nós não tinha estrada, era só a cavalo que subia, daí abrimos a estrada pra subir de carroça”.⁶³

Tais aspectos apresentados pelo entrevistado conferem com aquilo que foi exposto por Gomes. Em grande medida, se as dificuldades eram corriqueiras, o rápido aumento da população e também a proximidade familiar entre alguns migrantes, faziam das vivências cotidianas um meio para superar tais dificuldades. Conforme esclarece Osvaldo em outro trecho:

Fizemo estrada, a serra ali foi nós que fizemos, [referindo-se a uma serra, localizada na estrada que dá acesso à sua residência à cidade de Verê] detonemos ai uns, parece que 14 dinamites nas pedras e abrimos a estrada, daí subia carroça. Ai os outros moradores aqui de cima ajudaram nós, o Afonso Estanger, o véio Casol veio ajudar, que ficava mais perto pra eles sair pro Planalto.⁶⁴

O entrevistado deixa claro que por meio da ajuda mútua ou através dos ditos “puxirões”⁶⁵ os colonos conseguiam superar inúmeras das dificuldades encontradas, assim que chegaram a região. Conforme as considerações demonstram, apesar da família do entrevistado estar em um primeiro momento trabalhando em uma estrada que facilitaria os seus interesses, posteriormente eles recebem ajuda de outros vizinhos, pois o empreendimento também facilitaria a vida dos vizinhos, como uma saída para o Planalto.

⁶² Osvaldo Ferreira da Silva é natural de Lindóia, município de Concórdia, Santa Catarina, nasceu no dia 12 de junho de 1940, no momento da entrevista estava com 73 anos, é agricultor e reside no município de Verê-Pr desde o ano de 1956, quando, aos 16 anos, sua família migra de Santa Catarina para o Paraná.

⁶³ FERREIRA DA SILVA, Osvaldo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural, Linha Nossa Senhora da Salete, Verê/PR, 20 de maio de 2013, duração: 56 min. 2 seg. p. 3.

⁶⁴ Id. Ibid., p. 3.

⁶⁵ Trabalho baseado na ajuda mútua, no qual um número significativo de pessoas se mobilizava com um objetivo comum. O mesmo pode ser considerado tanto em relação a uma propriedade privada como para um bem público, como é o caso. Nos primeiros anos após a reocupação da região, os “puxirões” eram muito comuns, pois as famílias ainda não eram tão numerosas, e por isso, quando necessitavam realizar algum trabalho que estava atrasado ou que demoraria muito tempo, recorriam aos vizinhos e parentes, através dos puxirões.

Tais aspectos também podem ser considerados em vista ao significativo aumento populacional em um curto espaço temporal, isso de acordo com Gomes se deu por alguns motivos:

O sistema de pequena propriedade adotada na colonização, sem ônus para o agricultor, com um serviço de infraestrutura e assistência de saúde e educação totalmente gratuitos, aliado a uma forte propaganda que se fazia no Rio Grande do Sul, atraiu em poucos anos milhares de famílias para a região. O crescimento da população acompanhou o crescimento das condições que estavam sendo dadas para que a região produzisse e colocasse essa produção no mercado.⁶⁶

O sistema de pequena propriedade acabou sendo uma característica na região, com a maioria das propriedades, no período, com média de 15 a 20 alqueires de terra. Para medidas atuais, cerca de 40 hectares por agricultor. Somada a uma região ainda com uma densa floresta de araucárias, bem como com muita mata ou mato branco.⁶⁷ Os agricultores trabalhavam com um sistema de cultivo baseado na agricultura familiar, nos moldes da pequena propriedade. Porém, com o passar das décadas, com a crescente mecanização da terra, ocorre o expressivo abandono do campo, mais conhecido como êxodo rural, o que pode ser verificado nos dados apresentados por Lazier.⁶⁸

Isso acontece em grande medida a partir das décadas de 1980 e 90, com a inserção do modelo produtivo voltado à monocultura ou à exportação, o que não favorece a pequena propriedade no sudoeste paranaense. Neste sentido, as propriedades da região, ao mesmo tempo em que já são muito grandes para a agricultura familiar, também são muito pequenas para a agricultura de exportação. O que favorece o abandono do campo por parte dos jovens.

Independente do êxodo rural recente, o sudoeste do Paraná tem expressivo crescimento populacional relacionado ao campo na década de 50. Isso, é claro, como resultado da “propaganda feita” no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, bem como em razão das famílias que já moravam na região divulgarem para seus familiares no estado de origem. Isso pode ser constatado na entrevista realizada com o senhor

⁶⁶ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 19.

⁶⁷ “Mato branco” é o termo utilizado pelos colonos da região – pelo menos nos arredores dos municípios de Verê e Francisco Beltrão – para referir-se as áreas com pouca, ou sem, floresta de araucárias, normalmente essas áreas estavam mais localizadas em terrenos com declives acentuados, enquanto os pinhais encontravam-se mais em planície.

⁶⁸ De acordo com Lazier, com números ainda da década de 70 e 80, momento em que se inicia o êxodo rural. “Entre 1970 e 1980 a taxa geométrica de crescimento anual da população urbana foi de 5,97 no Paraná e 7,62 no sudoeste do Paraná, enquanto a população rural teve uma taxa de crescimento negativo de 3,33 no Paraná e no sudoeste”. Ou seja, o êxodo rural era uma realidade não apenas do sudoeste, mas sim, de todo o estado. LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 89.

Oswaldo Ferreira da Silva, no dia 20 de maio de 2013, no momento em que questiono se já conheciam o Paraná e se sabiam como era a terra: “Eram boas, é o pai já conhecia, o pai e a mãe já tinha vindo ali que os parentes dele moravam ali, a mãe da minha mãe e os tios tudo, o Pedro, já moravam tudo ali em baixo”.⁶⁹

Seu Oswaldo confirma o exemplo apresentado acima, e contraria aquilo que algumas historiografias afirmam, que somente através da propaganda a migração teria surtido efeito.

Em relação ao aumento populacional e conseqüente aumento na produção, dou ênfase aos números de Iria Zanoni Gomes. A agricultura de subsistência de pequena propriedade ganha expressão no ano de 1956, ano em que os cereais, trigo, milho e feijão⁷⁰ são os de maior produção, assim como a criação de porcos. Quadro diferente do atual, em que a soja predomina na região.⁷¹ Já o aumento populacional da década de 50 é significativo, principalmente relacionado à área rural:

A população da Colônia Agrícola, em 1950, era de 7.147 pessoas, enquanto que a da região era de 76.373 pessoas. De 50 para 60, houve uma verdadeira explosão populacional na região. Enquanto a CANGO, em fins de 1956, tinha cadastradas 15.284 pessoas e 26.000 esperavam cadastramento, em 1960 a região estava com 230.379 pessoas, sendo 119.787 na área rural.⁷²

Dos números apresentados, aqueles que mais chamam atenção são o aumento populacional de 50 para 60. Enquanto a população da região em 50 era de 76.373 pessoas, em 60 esse número salta para 230.379, o que significa um aumento de mais de 300%, na década em que ocorreu o grande fluxo migratório para a região. Dentro desses dados, apresenta-se também o número de pessoas morando no campo, o qual, na década de 60, é de 119.787 na área rural, ou seja, mais de 50% da população residia no meio rural. Após essa data, a quantidade de pessoas morando na área rural diminui significativamente, e não volta mais a ser maior.

A partir destes dados, percebe-se o relativo sucesso do programa político governamental de incentivo à migração, bem como o reconhecimento da CANGO na

⁶⁹ FERREIRA DA SILVA, Oswaldo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural, Linha Nossa Senhora da Salette, Verê/PR, 20 de maio de 2013, duração: 56 min. 2 seg. p. 3.

⁷⁰ GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 20.

⁷¹ Segundos dados do IBGE, na safra 1986/87 a área de cultivo de soja no Paraná em hectares era de 1.998.476, aparecendo como segunda cultura mais cultivada. Já na safra 1999/00, a soja aparece como principal cultura, com um total de 2.967.685 hectares. Estes números também refletem a produção do sudoeste paranaense, com o predomínio da soja já a partir de fins da década de 90. IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/estatisticas_previsao_safras/Previsao_safra.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

⁷² GOMES, op. cit. p. 22.

organização dos colonos. Porém, a atuação da colônia também tem controvérsias, as quais estão diretamente ligadas ao levante de 1957. Neste sentido, Gomes ressalta que “a CANGO teve dois momentos: o primeiro, como Colônia Agrícola, em que as terras eram dadas aos colonos. E, o segundo, quando é transformada em Núcleo Colonial, e se determina que a terra passe a ser vendida”.⁷³ Esse segundo momento acontece a partir do ano de 1956, porém a cobrança não é efetuada, justamente em razão do litígio da terra. Conforme esclarece Gomes, “o núcleo nunca vendeu a terra porque a questão da legitimidade de sua propriedade estava em juízo. Desta forma. A fase em que atuou concretamente se restringiu ao 1º momento. Se não tivesse havido 1957, provavelmente a história seria outra”.⁷⁴

Outras controvérsias sobre a atuação da colônia estão expressas no trabalho de Rubens da Silva Martins. Em essência, essas questões voltam-se para o segundo momento de atuação da colônia, no qual aconteceria a cobrança das propriedades. Para Martins, os aspectos políticos estão presentes tanto na atuação da CANGO, quanto no levante de 1957. Para o autor, o levante teria ocorrido mais em razão do contexto político partidário de cada município, do que da ação das companhias. Ou seja, para este autor os colonos foram usados pelas lideranças políticas contrárias ao Governo do estado.⁷⁵

1.5- O agravamento no litígio da terra e a CITLA

A situação agrária na região teve um novo capítulo a partir da década de 50, porém, o contexto que favoreceu esse episódio também tinha como origem o final do século XIX. Nesse período, José Rupp havia obtido do governo de Santa Catarina uma autorização para exploração de erva mate e madeira no então território catarinense.

Porém, conforme exposto no item 1.2, a mesma fração de terra também estava titulada a CEFSPRG, que coseguiu judicialmente, em 1920, a manutenção da posse. Após isso, no ano de 1925, Rupp reivindicou novamente sua posse: “José Rupp, porém, não se conformando, apelou da decisão judicial. A ação correu os tramites legais e, em 7

⁷³ Id. Ibid., p. 18.

⁷⁴ Id. Ibid., p. 18.

⁷⁵ Para esclarecimentos sobre o posicionamento de Martins ver: MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e Posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.

de julho de 1925, foi reconhecida a posse de José Rupp nas terras em litígio”.⁷⁶ A empresa ainda recorreu da decisão, mas a sentença foi dada ganha a Rupp em 1938.

Com este contexto, a União Federal, que em 1940 incorporou os bens da CEFSPRG, “ofereceu embargos de terceiro senhor e possuidor, alegando, entre outros fundamentos o da impenhorabilidade daquelas glebas”,⁷⁷ pois seriam da União, já que os bens da companhia haviam sido incorporados a ela.

Por outro lado, José Rupp tentou estabelecer acordos com o governo federal principalmente entre 1945 e 1950, período no qual “suas propostas eram sempre indeferidas”. Sua última tentativa foi negada em 1 de julho de 1950, a mesma solicitava “que lhe fosse dada, em pagamento da indenização, a gleba Missões”.⁷⁸ O Superintendente Antonio Viera de Melo negou o pagamento a Rupp.

Logo após a última decisão contrária, em 26 de julho de 1950, José Rupp “vende seus direitos à Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda – (CITLA), em escritura pública lavrada no Tabelião do 6º Ofício do Rio de Janeiro”.⁷⁹

A CITLA tinha como um dos sócios o então Governador do Paraná, Moysés Lupion. Existem controvérsias sobre a ligação desta empresa com o governador do estado, porém, conforme inquérito do Banco do Brasil publicado como suplemento no Diário do Congresso Nacional, em 1953. A CITLA fazia parte do Grupo Lupion, que, além desta empresa, também tinha, “M. Lupion e Cia; Mineração de Carvão Norte do Paraná e Indústrias Brasileiras de Papel e Serrarias Reunidas Santisi”.⁸⁰

Outro fator que teria facilitado as ações do Grupo Lupion foi o Governo Federal, o qual era dirigido pelo mesmo partido – PSD – que estava à frente do estado do Paraná.

A relação entre os governos foi que permitiu a ação da CITLA, pois, com a mudança do credor, o governo federal, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, passou a observar de outra forma a questão:

Com a entrada da CITLA na problemática do recebimento da indenização todas as portas se abriram, e em 17 de novembro de 1950 foi acertado, entre a CITLA e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, o acordo sobre a indenização. O acordo foi a titulação para a

⁷⁶ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 47.

⁷⁷ GOMES, Iria Zononi. p. 34. *Apud* SEIPN, “Ação de Nulidade da Escritura de Dação”. In: *As terras da Superintendência das Empresas Incorporadas no Paraná*. 2º folheto, Rio de Janeiro, 1953. p. 14.

⁷⁸ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 35.

⁷⁹ Id. *Ibid.*, p. 34.

⁸⁰ Id. *Ibid.*, p. 34.

CITLA da gleba Missões e parte da gleba Chopim como pagamento daquele débito.⁸¹

Conforme observa Lazier, quando a questão agrária passa a interessar à CITLA, rapidamente as partes beneficiadas agem. Se em julho de 1950 o senhor Antonio Viera de Melo havia negado o pedido de Rupp, agora, com o novo credor, a superintendência acertou um novo acordo cedendo a gleba Missões e também parte da gleba Chopim para a companhia (as áreas territoriais destas glebas foram expostas no mapa 2, p. 32). Gomes assinala que “a escritura de dação em pagamento, assinada em 17 de novembro de 1950, abrangeu uma área de 198.000 alqueires, incluindo faixa de fronteira com a Argentina”.⁸² Assim, apenas 4 meses depois do último pedido negado a José Rupp, em novembro do mesmo ano a superintendência federal cede à companhia as terras do sudoeste, ignorando o projeto de reocupação da região gerido pela CANGO e também os colonos que já moravam na região.

Para Lazier, esta ação “foi cognominada de ‘a maior bandalheira da República’”.⁸³ Pois teria envolvido interesses diretos de partidos políticos, no caso do PSD, em especial em benefício do governador do Paraná, Lupion, o qual foi o maior beneficiado da questão. A designação de “bandalheira” foi aclamada em especial pelos partidos políticos contrários ao PSD no período, no caso UDN e PTB.

Somam-se a esses aspectos o valor pago à CITLA, conforme descrito, foram tituladas à companhia as glebas Missões e parte da Gleba Chopim, num total de 484.680 hectares de terras. Terras essas avaliadas no período em Cr\$ 170.000.000, as quais foram usadas para saldar uma dívida de Cr\$ 4.700.000, ou seja, o valor efetivo da terra era mais de 30 vezes superior à possível dívida que a União tinha com a companhia.

As irregularidades da transação das terras para a CITLA logo foram contestadas pela União Federal, que alertou os cartórios da região:

Imediatamente após ter conhecimento da ilícita escritura de doação, o 4º Procurador da República, devidamente autorizado pela procuradoria Geral, solicitou que o Procurador do Estado do Paraná tomasse todas as providências judiciais e administrativas no sentido de impedir a transcrição daquela escritura no Registro Geral de Imóveis. A seguir a União promoveu protesto judicial e fez publicar editais nos jornais de circulação no Sul do País, advertindo terceiros de boa fé contra qualquer ato de alienação ou oneração dos bens dados em pagamentos, atos que não reconhecia por bens legais.⁸⁴

⁸¹ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 48.

⁸² GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 35.

⁸³ LAZIER, op. cit., p. 49.

⁸⁴ Id. Ibid., p. 50, 51.

Apesar do pedido, Wachowicz recorda que a escritura foi lavrada em um cartório de Santo Antonio do Sudoeste, criado especificamente para este fim.⁸⁵ Também é importante ressaltar a ilegalidade da escritura quando lavrada. A mesma “foi lavrada no Cartório de Francisco Rocha, sogro de Vieira de Melo, sendo que um dos acionistas da companhia, Geraldo Rocha Sobrinho, era filho de Francisco Rocha, assistente do Superintendente e sobrinho de Geraldo Rocha, que havia sido gerente geral da Companhia São Paulo-Rio Grande”.⁸⁶ Tais aspectos demonstram que o ato que cedeu as terras à CITLA foi repleto de ilegalidade, o que comprova que esta ação caracterizou como um ato de grilagem, pois foi realizada por meio de ações desonestas ou por uma transação com favorecimento duvidoso, para proveito de terceiros.

Como se nota, a dúvida dos colonos da região assim que a CITLA instala seus escritórios, são totalmente justificáveis. Pois, algumas ações já vistas, entre o governo do estado e federal, facilitam a escrituração para a companhia com as terras do sudoeste. Ao mesmo tempo, a União também tenta agir com providências judiciais, tentando impedir a transação. Porém, nesse meio tempo, com o total apoio do então governador do Paraná, Lupion, a CITLA já instala escritórios no sudoeste, e começa a cobrar as terras dos colonos.

Porém, a companhia inicialmente teve pouco tempo para agir, isso porque logo após se instalar na região, no ano de 1951, sobe ao governo do estado Bento Munhoz da Rocha, 1951-1955, que “julgando conveniente que se aguardasse a decisão judicial, sobre a escritura de dação em pagamento, a favor da CITLA, proibiu, através da portaria n. 419, de 2 de junho de 1952, o recolhimento dos impostos de Transmissão e Propriedade, ‘Sisas’, de qualquer transação imobiliária nas glebas Missões e Chopim”.⁸⁷ Com tal atitude, até pelo menos 1955 a ação da companhia foi momentaneamente bloqueada na região.

Porém, após 1955 é que a organização dos colonos será mais efetiva, isso porque em 1955, com a promessa de regularizar as terras da região, Moyses Lupion volta ao governo do Paraná. Lupion obtém com essa promessa o apoio de grande parte dos prefeitos do sudoeste do Paraná, obtendo uma expressiva votação, já que os colonos sentiam-se inseguros em relação à situação em que se encontravam.

⁸⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed., Curitiba: Litéro-Técnica, 1985. p. 191.

⁸⁶ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 36.

⁸⁷ Id. *Ibid.*, p. 38.

1.6- Os colonos e as ações da CITLA

De 1951 a 1955 o estado do Paraná foi governado por Bento Munhoz da Rocha, com uma posição claramente contrária a Lupion e a ação da CITLA na região. Neste período, como não conseguia titular terras, a companhia agiu de forma estratégica, tentando aproximar-se dos colonos. Gomes ressalta o depoimento de Walter Alberto Pécoits, o qual indica que:

[...] periodicamente os dirigentes da CITLA reuniam-se em Francisco Beltrão e faziam uma festa com churrascada. Convidavam os moradores, discursavam, diziam que a CITLA ia fazer daquela região um paraíso, com usina hidrelétrica, com reforma agrária, terra de graça, estradas, escolas, etc. Nessas ocasiões soltavam sempre muitos foguetes e anunciavam que haviam ganho a questão na justiça.⁸⁸

O discurso bem como as ações da companhia neste período eram claramente propagandistas. Como não conseguiu efetuar o recolhimento dos Impostos de Transmissão e Propriedade, “Sisas”, não efetuavam transações imobiliárias, o que bloqueava, momentaneamente, a ação da companhia. Desta forma, conforme esclarece Pécoits, faziam diversas promessas em festas organizadas para os colonos em Francisco Beltrão. Dentre as promessas destacam-se uma espécie de “reforma agrária” na legalização das terras, bem como, escolas e estradas. Obviamente, nenhuma das promessas foi cumprida, a reforma agrária não aconteceu com a ação da CITLA, pelo contrário a terra foi cobrada, escolas e estradas também só receberam mais atenção a partir da década de 60, principalmente com a emancipação político-administrativa de grande parte dos municípios da região.

Para Pécoits tais ações tinham por objetivo a aproximação da companhia junto à população da região, o que facilitaria a ação da empresa futuramente, já que os colonos estavam receosos sobre a situação da terra. Gomes recorda que tal instabilidade fez com que os colonos de Francisco Beltrão – que na época era conhecida como Vila Marrecas – realizassem uma assembleia em 1951, “da qual participou um número significativo de pessoas que, no decorrer dos acontecimentos, foi definindo posições e se aliando efetivamente aos colonos ou às companhias”.⁸⁹

⁸⁸ Id. Ibid., p. 38, 39.

⁸⁹ Id. Ibid., p. 38.

O reflexo da presença da CITLA na região logo ficou claro na CANGO, o trabalho da colônia foi prejudicado já nessa primeira fase, até 1955. Gomes assinala que “a partir de 1951, a CANGO teve suas atividades praticamente paralisadas”.⁹⁰ Isso porque, além de tentar estabelecer acertos com a colônia, procurou meios para barrar a entrada de novos colonos na região. Logo o embate estava travado entre a companhia CITLA e a colônia agrícola CANGO, ambas tinham projetos para a região, a companhia claramente através de um ato ilegal e imoral, já a colônia dentro de um projeto que desenvolvia há alguns anos.

O projeto da CANGO, conforme exposto neste trabalho, era de reocupação e organização dos colonos na região, inicialmente doando terras. Já a CITLA tinha projetos ambiciosos, que colocavam a chegada de novos colonos em segundo plano, e a cobrança da terra dos que já moravam, dentre esses projetos destacam-se uma Usina Hidrelétrica e um ambicioso “Projeto Celulose”. Todos os projetos visavam explorar a densa floresta de araucárias existente na região, bem como inúmeros recursos naturais. Nestes projetos os colonos eram aquilo que atrapalhava a ação da companhia, por isso, era tão importante, naquele momento, bloquear a ação da colônia, já que as terras não podiam ser cobradas, era necessário no mínimo estancar a chegada de novos moradores.

Todos esses aspectos e eventos que acontecem até 1955 são apenas uma parte dos problemas que a companhia viria causar aos colonos, a partir de 1956. Neste ano, Moysés Lupion volta ao poder frente ao estado do Paraná, e os problemas que a CITLA até então causava principalmente à CANGO passam a envolver diretamente os colonos e a posse da terra.

1.6.1- Companhias, jagunços e o contexto para o levante dos colonos

O ano de 1956 foi decisivo para o levante dos colonos, com Lupion no poder, feito que obteve com o apoio de grande parte dos prefeitos e da população do sudoeste do Paraná, graças a sua promessa de que resolveria a questão agrária na região. O contexto volta a favorecer a ação da CITLA, a partir de então junto com outras duas companhias, a Comercial e a Apucarana. Lupion, logo no início do mandato, em um dos primeiros atos frente ao governo do estado, anulou a ordem que proibia o recolhimento das “Sisas”, o que abre as portas para a ação destas companhias, cobrando a terra dos

⁹⁰ Id. Ibid., p. 40.

colonos. Lazier recorda que ambas, assim como a CITLA, estavam ligadas ao Grupo Lupion, que tinha como sócio o então governador.⁹¹

Para além da presença destas companhias que instalam escritórios em outras cidades da região, a partir deste momento, passa a atuar na cobrança das terras o elemento jagunço,⁹² o qual será responsável pela radicalização dos eventos envolvendo colonos e companhias imobiliárias. Antes de apresentar alguns desdobramentos da luta dos colonos, destaco um pequeno trecho do trabalho de Gomes, no qual a autora localiza esta transição de governo e o novo contexto que se apresenta à região a partir de então:

No fim do governo Bento e, principalmente, no início do segundo governo Moysés Lupion, sua ação torna-se mais contundente. Agora, com dois novos personagens: a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda, e a Companhia Imobiliária Apucarana Ltda., concessionárias da CITLA que introduzem novos métodos de coerção contra os colonos.⁹³

Conforme esclarece Gomes, a partir do segundo mandato de Lupion é que a ação torna-se mais “contundente”, as novas companhias imobiliárias passam a atuar na região, e dividem o escopo de atuação, a Comercial com escritórios em Francisco Beltrão e em Verê, e a Apucarana na região de fronteira com a Argentina, com escritórios em Capanema e Santo Antonio do Sudoeste. Essa divisão permite que as companhias consigam abranger toda a região, e fiquem mais próximas dos colonos, o que facilitaria a ação. Destaco que a CITLA não é substituída pela Apucarana e Comercial, pelo contrário, ambas são subsidiárias da mesma e do mesmo grupo empresarial.

Com relação à estruturação geral dos acontecimentos que conduziram à ocupação das principais cidades em outubro de 1957, observo que a tomada dos núcleos urbanos, bem como grande parte dos eventos em que houve organização dos colonos, somente ocorreu em razão de uma constante instabilidade social, junto à presença de jagunços e as ameaças às famílias. Com relação aos antecedentes, e os principais acontecimentos de 1956 e 57, compartilho a percepção de Éverly Pegoraro:

⁹¹ LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998. p. 56.

⁹² A designação jagunço, na maioria das vezes, é atribuída a um matador profissional ou pessoa de mau caráter. No contexto do sudoeste do Paraná, os jagunços eram funcionários das companhias que cobravam dos colonos as notas promissórias referentes à terra onde viviam. Neste contexto, eram ainda conhecidos como “nortistas”. Ou seja, aquele que viera do norte do Brasil ou do Paraná, sendo que os mesmos não eram bem vistos pelos colonos, e conhecidos por sua perversidade com os posseiros da região.

⁹³ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 48.

A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná não se constituiu em um movimento social organizado, permanente, com projeto político e diretrizes de ação; também não representou apenas uma forma simplificada de descontentamento popular que sofreu ou resultou em ações violentas. As experiências compartilhadas pelos envolvidos desde a época em que chegaram à região, juntamente com a vontade de permanecer nas terras ocupadas, foram alguns dos fatores que os uniram em torno do conflito de 1957.⁹⁴

Pegoraro classifica a Revolta não como um “movimento social organizado”, como algumas historiografias definem. Para a autora, essa organização dos colonos não chegou a ter um projeto político com diretrizes. Ao mesmo tempo, não foi apenas uma insatisfação social, que teve como fim “ações violentas”. Reencontro as considerações de Pegoraro nas experiências narradas pelos remanescentes do levante, a vontade de permanecer na terra, de perpetuar os laços de amizade, socialização e parentesco, estabelecidos na região, foram aspectos que contribuíram para a mobilização e organização dos colonos, em oposição às injustiças sofridas.

Pode-se considerar que o primeiro conflito entre colonos e jagunços – funcionários das companhias imobiliárias – ocorreu no distrito de Verê, em agosto de 1957. Esse episódio somente ocorreu em razão da instabilidade social vivida constantemente pelos colonos da região. Em entrevistas com remanescentes deste período, encontram-se referências constantes às atrocidades e aos desmandos que os jagunços comentavam contra as famílias, isso ocorria principalmente quando da cobrança das notas promissórias referente à terra.

Na maioria dos casos, os jagunços chegavam à residência do colono e identificavam-se como funcionários das companhias. A partir deste momento avisavam que voltariam outro dia para receber o valor da terra ou alguma parcela, caso contrário, esses “funcionários” apresentavam ameaças contra o colono e sua família. Em depoimento concedido no dia 3 de setembro de 2013, Antonio Perardt⁹⁵ dono de uma significativa posse no distrito de Verê, relata como agiu em defesa da mesma:

Eu tinha fama de ter dinheiro e às vezes eu tinha mesmo, porque eu engordava às vezes 200, 300 porcos num ano. Então essa companhia veio lá pra, pra receber o dinheiro do sítio, ai eu fiz a proposta pra eles, se eles me dessem o sítio em quatro marcos, tudo medido certinho, ai eu pagava. Ai eles fizeram um acampamento lá e vieram uns 20 jaguara e mediram o sítio tudo, mediram tudo em volta, ai eles queriam o dinheiro. Mas eu já tinha combinado com um comerciante que tinha ai, o José Bozete, muito amigo

⁹⁴ PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Possesores de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR: Unicentro, 2008. p. 65, 66.

⁹⁵ Antonio Perardt é agricultor natural de São José, Santa Catarina, no momento da entrevista estava com 88 anos, migra para o Paraná como agricultor, porém, na ocasião em que concedeu o depoimento residia no perímetro urbano do município de Verê.

meu, aí eu falei pra eles: “eu tenho o dinheiro, mas tá a juro e tem tempo pra tirar”, e eu me defendi por ali. Aí disse: “queria dar, mas o homem não dá dinheiro pra mim, o nosso trato é esse, não sei o que...”. Enquanto isso, aí entro aquela revolução aí, mas eles vieram na minha casa, mais que uma vez, fazendo pressão pra eu pagar e a última vez quando vieram então deixaram um bilhete escrito: “semana que vem nós vamos voltar denovo se você não pagar aqui vira tudo em cinza”. Então naquela semana, entro aquele negócio que morreu gente aqui no Verê no combate e em Beltrão, lá não morreu, mas foi feito uma revolução assim.⁹⁶

O relato de Antonio Perardt é extremamente rico em sentido diverso, observo uma espécie de “estratégia” para livra-se dos jagunços, a qual o entrevistado usa em razão de sua “fama” de ter uma significativa posse, em que criava porcos, e por esse motivo por vezes tinha realmente bastante dinheiro. Talvez em razão disso, os funcionários da companhia voltaram uma atenção especial para sua posse, porém, os laços de amizade que Perardt tinha com o comerciante José Bozete o ajudaram a agir de forma inteligente, e esquivar-se do pagamento.

Com relação à iniquidade dos jagunços, o trecho em que relata a última “visita”, demonstra como através de um bilhete os jagunços avisaram a família de Perardt, caso não lhes pagasse: “se você não pagar aqui vira tudo em cinza”. Certamente se deve levar em consideração neste trecho a subjetividade da fonte oral no relato de Antonio. Porém, essa descrição é similar a outros relatos de casas queimadas e famílias escondidas no mato, em razão do medo e da intranquilidade que os jagunços apresentavam às famílias, ou seja, essa parece ter sido uma atitude corriqueira dos funcionários das companhias conhecidos como “jagunços”.

Outras características destes homens que se diziam corretores das companhias eram: todos tinham apelido, e assim dirigiam-se um ao outro, alguns dos mais famosos eram: Maringá, Gauchinho, Mato Grosso, Pé de chumbo, Chapéu de couro, Lapa e Quarenta e Quatro. Os jagunços também assinavam o documento de posse quando o colono decidia comprar a mesma, por vezes o documento era redigido em papel de embrulho ou qualquer outro. Também existem relatos de que os jagunços vendiam a mesma fração de terra várias vezes. Em meio a tudo isso, a polícia era conivente, já que seguia as orientações do governo do estado.⁹⁷

Os colonos de Verê também contavam com o apoio de Pedro José da Silva, conhecido como Pedrinho Barbeiro. Vereador pelo PTB, representava o distrito de Verê

⁹⁶ PERARDT, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano, Verê/Paraná, 3 de setembro de 2013, duração: 42 min. 8 seg. p. 3.

⁹⁷ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 56, 57.

na prefeitura de Pato Branco. Pedrinho Barbeiro, percebendo que a situação agravava-se, decidiu organizar um “abaixo assinado” para ser levado ao Rio de Janeiro, com o intuito de apresentar ao governo federal a situação vivida pelos colonos da região. Senhor Antonio Thomé,⁹⁸ compadre da vítima, recorda a última visita de Pedrinho à sua residência:

O meu compadre! ele veio aqui deixo vinte pila, esse gordo ai o Honorino [filho do entrevistado], bom, o padrinho dele era é o falecido Pedrinho coitado. Então no tempo da jagunçada ele se meteu junto com o doutor Walter Pécoits, a bem de salvar a vida das pobresas que tinha aqui, aqui tudo pobre, o capital que tinha era um cachorro e a espingarda pra ir caçar, por que, o que era, era. Garo veio [Pedrinho] aqui, diz: “oia compadre eu vim aqui te incomodar” [Antonio]: “do que? Você vai incomodar o que?” disse: “cadê o meu afiliado?” sabe: “o teu afiliado tá por ai”, deixou vinte pila e disse: “dá pro meu afiliado esse aqui. Escute eu vim aqui a respeito sabe que eu queria, descobri que você tem um ato oficial, código civil e código penal”. Compreende, como eu tinha mesmo certo, eu tinha, diz escute: “me dá o código penal, me empreste e o código civil, que eu quero fazer um abaixo assinado pra ver se salvo a pobreza”. [...].⁹⁹

O presente trecho foi editado por se tratar de uma extensa descrição, a fração que não apresentei descreve como seu Antonio Thomé “aconselha” seu compadre a ir por uma picada alternativa na volta para casa, pois já tinha ouvido comentários de que os jagunços perseguiam Pedrinho, há alguns dias. Além disso, observo a amizade entre ambos, pois teria ido visitar seu compadre e deixado um presente para seu afiliado, em troca, pediu emprestado “um ato oficial, código civil e código penal”, para encaminhar o “abaixo assinado”, nos tramites legais.

Porém, no dia seguinte Pedrinho foi assassinado. Conforme relata Thomé, foi surpreendido em sua casa por jagunços:

Chegô na casa assim [os jagunços] pra fazer um negócio, uma coisa e outra, chegô um na frente e outro por trás, mataram, mato ali na rodoviária, aonde fizeram a rodoviária, ali tinha um pé de flor que foi fincado onde ele morreu, mataram ele sabe! E ai vamo tocando meu caro, então se defenda quem puder.¹⁰⁰

A descrição de seu Antonio recorda o que é hoje a rodoviária do município de Verê como o local onde ocorreu o assassinato, destacando que os jagunços, inicialmente, apresentaram-se como duas pessoas interessadas em “negócios” de

⁹⁸ Antonio Thomé é agricultor, natural de Nova Prata/RS – no período Nova Prata ainda pertencia a Lagoa Vermelha –, em 2013, quando concedeu seu depoimento, estava com 92 anos, dos quais vivenciou boa parte no Paraná, já que migrou aos 25 anos de idade para o sudoeste do estado, no ano de 1946.

⁹⁹ THOMÉ, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Verê/Paraná, 12 de janeiro de 2013, duração: 57 min. 28 seg. p. 5.

¹⁰⁰ Id. *Ibid.*, p. 5.

comércio com o vereador, mas antes mesmo de Pedrinho esboçar qualquer reação o mataram. Com o assassinato de Pedrinho, no dia 21 de maio de 1957, a situação de medo e instabilidade social aumentou em grande medida na região, os atos dos jagunços tornavam-se a cada dia mais ousados, em toda a região.

Foi a partir deste contexto e de inúmeros outros casos similares a este, que os colonos de Verê tentam tomar o escritório da companhia Comercial, em 2 de agosto, através de uma ação armada. Em relato concedido no dia 21 de maio de 2011, o senhor Olivino Garbosa,¹⁰¹ que participou do combate, recorda como ocorreu, e descreve em detalhes como dois colonos foram assassinados neste dia:

E daí fiquemos sem sabe o que faze, no outro dia, um dia frio o dia 2 de agosto, meio frio, o pessoal disse vamo pro Verê. Com aqueles presos na frente e a nossa tropa de atrás, uns tinha arma outros não tinha, aquela arma que foi tomada já a nossa turma tinha na mão. Quando chegemos em cima da serra eu encontrei um carroceiro, um viajero, eu tava meio atrás da tropa, dois oitenta ou cem pessoas que nós tava e os oito ou dez deles que nós tinha pegado aqui iam na frente. Daí eu perguntei como é que tá lá no Verê não tem polícia, porque nós sábia que o Lupion era metido nisso. Não, não viu nada, eu disse pro companheiro oia tão esperando. Mas quando nós chegemos bem na lombadinha do Verê ali começô o tiroteio, daqui o pessoal escutava o tiroteio, [aproximadamente 7 ou 8 quilômetros de distância da cidade] tiro, tiro, tiro e tiro. Mataram um dos nossos daqui do Santana [comunidade onde o entrevistado reside] e mataram mais um das Águas [comunidade de Verê] e balearam mais outro lá do Presidente Kennedy [distrito de Verê] e os deles quando começô o tiroteio uns dizem que morreu quatro ou cinco deles outros dizem que não morreu nenhum, certo, certo não sei se morreu ou não morreu, daqueles que nós levemos na frente. E ficô aquilo o pessoal correndo e quando começô o tiroteio eu deitei, deitei daí eu vi que tinha metralhadora era [tenta reproduzir o som das metralhadoras] bala que cantava por cima, a maioria da nossa turma correram. Esse alemão que morreu que morava nas Águas esse brigô valendo, ele tinha um trinta e oito e uma espingarda de três canos, dois era 16 e um por baixo era, assim [demonstra com as mãos] era 44. Aquele morreu, mas ele deu muito tiro e o outro dos nossos aqui também tinha um revólver aquele também morreu, ele correu sabe arcado [demonstra minimamente como ele correu] daí pegô a bala, não era bala de fuzil era bala tipo trinta e oito, só era de aço, pegô em cima da cinta dele e veio parar bem na clavícula assim.¹⁰²

Tais considerações expostas por Olivino demonstram que os jagunços já esperavam os colonos, e por esse motivo o confronto foi direto, ocasionando a morte de dois colonos. Além disso, o entrevistado traz particularidades que a historiografia não

¹⁰¹ Olivino Garbosa é agricultor natural de Campos Novos/SC, nasceu em 2 de maio de 1931, no momento da entrevista, no ano de 2011, estava com 79 anos, migrou com sua família em 1944 para a comunidade rural de Barra do Santana, pertencente hoje ao município de Verê.

¹⁰² GARBOSA, Olivino. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: modos de viver lutas e resistências no Sudoeste e Oeste do Paraná*. Por Tiago A. Orben, Paulo José Kolling e Francieli Pinheiro. Verê/Paraná – comunidade rural de Barra do Santana, 21 de maio de 2011, duração: 52 min. 28 seg. p. 7, 8.

apresenta, uma delas seria a existência de jagunços presos na comunidade de Barra do Santana, dos quais foram retiradas armas – usadas pelos colonos no confronto –, além disso, esses jagunços presos foram levados marchando à frente dos colonos. Outro ponto importante de seu depoimento é em relação à sua suspeita de que os jagunços estavam esperando eles, pois segundo o carroceiro que encontrou, na sede do distrito estava tudo calmo, o que, para Garbosa, foi um indicativo de que os jagunços já os esperavam.

Garbosa tenta ainda descrever, apresentando ao mesmo tempo sua experiência e um quadro geral do confronto, enfatizando como foram assassinados os colonos. Seu relato, além de apresentar características novas, também tem como referência sua experiência, de quem viveu aquele momento de instabilidade social, que se inflamou ainda mais após essas mortes em Verê.

Na região de fronteira com a Argentina a situação não foi diferente, os colonos decidiram agir através de uma tocaia na estrada que liga Santo Antônio do Sudoeste a Capanema, conforme esclarece Pegoraro:

Um carro que transitava entre Santo Antônio do Sudoeste e Capanema foi alvejado numa tocaia preparada pelos posseiros. Sete pessoas morreram. Dessas, duas eram funcionários da CITLA, e o restante morreu porque os posseiros supunham que também trabalhavam para a companhia. Mas os funcionários haviam dado carona para colonos na estrada. Um dos mortos, inclusive, era pai de um dos posseiros da tocaia. O episódio ficou conhecido como “tocaia de Capanema”.¹⁰³

Neste ponto acredito que seja importante destacar algumas ressalvas em relação à descrição de Pegoraro. Não considero o episódio como “tocaia de Capanema”, mas sim como “tocaia do Km 17”, pois teria acontecido no Km 17 da estrada que liga as duas cidades. Também observo que a morte dos colonos somente ocorreu porque os funcionários da companhia Apucarana já sabiam da tocaia, e por esse motivo enviaram um Jipe somente com duas pessoas e orientaram dar carona a quem quisesse. Em função disto, a estratégia dos colonos surtiu efeito contrário, e cinco deles morreram, além dos dois funcionários da companhia.

A região de fronteira, a partir deste momento, foi decisiva para o desfecho do levante em favor dos colonos. Consta em grande parte da historiografia que a atuação de

¹⁰³ PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008. p. 67, 68.

um sujeito chamado Pedro Santin¹⁰⁴ teria contribuído decisivamente em favor dos colonos. A tocaia do Km 17, ocorrida no dia 14 de setembro, teria sido o segundo ato dos colonos com ajuda de Santin. O primeiro teria ocorrido no dia 6 de setembro, “numa emboscada na localidade de Lajeado Grande: Arlindo Silva foi morto e seu capanga Vilmar Pereira de Melo saiu ferido”.¹⁰⁵ Arlindo Silva era o então gerente da Apucarana em Capanema.

Ainda em setembro, os colonos da fronteira obtém êxito, e ocupam Capanema:

Sob o comando de Santin, aproximadamente 2.000 colonos tomaram Capanema. Os elementos das companhias refugiaram-se em Santo Antônio. A estrada que liga Santo Antônio a Capanema foi interdita pelos colonos, bem como o campo de aviação. O escritório de Lajeado Grande foi incendiado, refugiando-se, seus ocupantes, também em Santo Antônio. Essa cidade tornou-se o quartel-general dos jagunços e Capanema o dos colonos, sendo que cada um esperava ser atacado, a qualquer momento, pelo outro.¹⁰⁶

Gomes ressalta a ação de Santin, dando a entender que sem a atuação destes elementos “fora da lei” este primeiro levante em Capanema não teria acontecido, e, conseqüentemente, a ocupação de Pato Branco e Francisco Beltrão, em outubro, também não ocorreriam. Sua forma de descrever a atuação de Santin e seu grupo torna secundária a participação dos colonos, a qual foi de expressão já neste momento. Não se pode excluir o quão importante foi esta ação em Capanema mantendo a cidade sob comando dos colonos, ao mesmo tempo em que Santo Antônio estava sob comando dos jagunços. Também contava em favor dos colonos, neste momento, a ampla cobertura da imprensa, que já se fazia presente na região por meio de periódicos da capital – Curitiba – e também do Rio de Janeiro.

A situação nestes municípios somente se acalmou quando o chefe de polícia, Pinheiro Junior, enviou para Capanema o Coronel Alcebíades e para Santo Antônio do Sudoeste o Coronel José Henrique Dias. Em Capanema, Alcebíades deu garantias aos colonos, e prometeu retirar os jagunços da região de fronteira. Já em Santo Antônio, Henrique Dias acalmou e fez promessas à população, além de recolher os últimos funcionários das companhias.

A partir deste momento, a linha dura das companhias na fronteira diminuiu e boatos de uma intervenção federal foram citados. Porém, a questão somente terá um desfecho em toda a região a partir de outubro, quando os municípios de Pato Branco e

¹⁰⁴ Pedro Santin é considerado por algumas historiografias que trabalham com o tema como “farrapo” ou “fora da lei”, tais aspectos são analisados no capítulo II.

¹⁰⁵ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 76.

¹⁰⁶ Id. *Ibid.*, p. 77.

Francisco Beltrão também são ocupados, e os colonos conquistam suas propriedades. Ao mesmo tempo em que na fronteira a situação é momentaneamente apaziguada, na região de Pato Branco e Francisco Beltrão se agrava, pois os jagunços que estavam na fronteira agora se concentram nestes municípios.

Até o momento não privilegiei o embate político partidário entre PTB e PSD em nível estadual e federal. Acredito que considerar o levante sob esta perspectiva é minimizar a vitória dos colonos e sua organização. Perceber a Revolta a partir do panorama político partidário – como faz boa parte da historiografia que trabalha com o tema – é atribuir o protagonismo da Revolta ao aspecto político partidário e não à luta dos colonos, que passa a aparecer secundariamente. Porém, em nenhum momento desconsidero este panorama, apenas não avalio tais ações no mesmo nível que as empreendidas pelos colonos.

1.7- A ação final dos colonos em Pato Branco, Francisco Beltrão e fronteira

Depois do ocorrido na fronteira, com mais jagunços nos municípios de Pato Branco e Francisco Beltrão, a pressão sobre os colonos aumenta, principalmente no distrito de Verê e em Francisco Beltrão. Vale ressaltar que a organização dos colonos e ocupação das cidades, em outubro, ocorreu com base no sucesso obtido em Capanema. Ou seja, o ocorrido na fronteira apresentou uma nova conjuntura, e fez com que os colonos acreditassem em uma vitória sobre as companhias. Talvez se não tivesse ocorrido esse sucesso inicial o desfecho fosse outro.

A instabilidade social vivida no início de outubro estava quase insustentável, para alguns líderes do movimento, e também, segundo Gomes, faltava apenas um acontecimento que acirrasse os ânimos dos colonos para que uma decisão mais contundente fosse tomada. E isso teria ocorrido no dia 9 de outubro, na localidade de Águas do Verê, pertencente ao distrito de Verê, município de Pato Branco:

[...] pela manhã, foram trazidas para Pato Branco, vindas das Águas do Verê, três crianças de dez para onze anos, uma delas filha de Otto Zwiker, que havia entrado com um requerimento solicitando abertura de ação possessória contra a Companhia Comercial. Como resposta, passou, junto com seus vizinhos, a ser ameaçado de morte pelos jagunços. Com medo de que lhes acontecesse alguma coisa, viviam escondidos no mato. Querendo saber do paradeiro dos pais, as crianças passaram a ser pressionadas e como não revelaram foram surradas com açoiteira, instrumento que, na região, se usa para bater em cavalo.¹⁰⁷

¹⁰⁷ Id. Ibid., p. 88.

Similares a esta descrição existem outras, em que são apresentados relatos de casas queimadas, violência contra mulheres e crianças, ou mortes, como apresentei anteriormente. A partir deste contexto, ocorre uma reação efetiva dos colonos, na qual o rádio foi essencial para que a vitória dos colonos fosse concretizada. Dois nomes que ajudaram os colonos através deste meio de comunicação foram Ivo Thomazoni e Jacomo Trento, conhecido na região como “Porto Alegre”. Ainda no dia 9, foi criada uma Junta Governativa em Pato Branco, com o objetivo de defender os direitos dos colonos, essa organização fez-se necessária em razão da inércia dos poderes administrativos que nada faziam em favor dos colonos.

Também se deve destacar a ação da “Comissão Deliberativa composta por 26 pessoas, mais cinco que constituíram a Junta Governativa Provisória, com o intuito de assumir o comando das ações”.¹⁰⁸ Jacomo Trento era um dos líderes das ações na região de Pato Branco, por ser vendedor ambulante conhecia muito bem a região, e em razão disso sabia onde os jagunços estavam atuando. A Comissão Deliberativa e a Junta Governativa assumirão as ações em Pato Branco, enquanto o prefeito Waldir Harry, do PSD – favorável às companhias –, ao perceber o contexto desfavorável, optou por recorrer a Curitiba, indicando viajar até a capital com uma comissão, que seria formada ainda naquele dia.

A função do rádio foi essencial nestes episódios. Ivo Thomazoni, da rádio Colméia, teria convocado os colonos para a referida reunião, na qual definiria a comissão que iria a Curitiba. “Quando a reunião terminou, a comissão viajou imediatamente para a capital. O número de pessoas que tinha atendido ao chamado do rádio já era significativo. Em torno de 1.000”.¹⁰⁹ Merece destaque que também faziam parte desta comissão médicos e advogados, ou seja, ocorreu uma união de forças em Pato Branco, a qual surtiu efeito, pois obrigou o governo estadual a fechar as companhias imobiliárias.

Gomes também recorda a vinda do Major Reinaldo Machado para a região, que, ao chegar, foi surpreendido pelos colonos, “Porto Alegre” e Pedro Carbonera, os quais teriam percorrido a região de Pato Branco – Verê e Dois Vizinhos – com o objetivo de fechar os escritórios das companhias e prender os jagunços. Assim, enquanto a questão encaminhava-se para uma resolução em Pato Branco, a partir de um governo popular,

¹⁰⁸ PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR: Unicentro, 2008. p. 72.

¹⁰⁹ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 90.

em Francisco Beltrão os colonos já se movimentavam para expandir o movimento novamente até a fronteira.

A ação final dos colonos em Pato Branco aconteceu no dia 10 de outubro, neste dia:

[...] em comum acordo com o grupo que liderava o levante em Francisco Beltrão, iniciou-se um movimento para organizar piquetes nas principais estradas de acesso a Pato Branco e locais públicos. As casas comerciais emprestaram, mediante recibo, armas aos revoltosos. As armas que estavam no fórum e que foram utilizadas em crimes também foram tomadas, com certa conivência do juiz, favorável à causa dos posseiros. Comércio e indústria foram fechados como forma de protesto às violências das Companhias.¹¹⁰

A noção de que o levante de Pato Branco foi uma ação conjunta entre colonos e lideranças urbanas confirmam-se neste fragmento de Pegoraro. Não houve depredação dos escritórios das companhias, mas, sim, uma ampla organização tanto no fechamento de estradas do interior, quanto, com o comércio fechando as portas em apoio aos colonos. Também merece destaque a “conivência do juiz”, o qual ajudou os colonos entregando armas, ou seja, a ação conjunta entre lideranças urbanas e colonos contribuiu para o desfecho favorável.

Em Francisco Beltrão, também foi através do rádio que os colonos foram convocados, no dia 10 de outubro. As lideranças convocaram os colonos à tarde, “foi depois das 15 horas que chegaram os primeiros caminhões de colonos: de São Miguel, Jacutinga, Linha Gaúcha, Rio do Mato. Dos lugares onde não havia condução, vieram a pé, a cavalo, de carroça”.¹¹¹ Em poucas horas, Francisco Beltrão estava tomada de colonos de diversas localidades do interior.

Cabe destacar que não foram pessoas apenas destas comunidades que foram até Francisco Beltrão, mas, sim, de toda a região. Acredito que o movimento de Francisco Beltrão tenha algumas diferenças da organização de Pato Branco, apesar de ambos serem impulsionados pelo rádio. Em Beltrão os colonos ocupam a cidade em grande número, existem relatos de 2, 3 ou até 5 mil colonos. Porém um número exato não é apresentado, a única certeza é que este levante foi amplamente coberto pela imprensa estadual, e, nacional e por esse motivo, foi registrado em fotografias, assim as interpretações sobre o número de pessoas presentes são distintas. Mas, com os colonos

¹¹⁰ PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR: Unicentro, 2008. p. 74.

¹¹¹ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 96.

na cidade, as companhias são obrigadas a retirar os jagunços e também abandonar os escritórios. Conforme recorda Pegoraro:

Os jagunços foram levados para fora da região em viaturas do exército, depois de um acordo com os líderes do levante de que não haveria violência. Os escritórios das companhias foram invadidos e depredados, todos os documentos, principalmente os que os colonos haviam assinados, foram jogados nas ruas. Esta é, aliás, uma das cenas mais divulgadas em fotografias quando se fala em Revolta dos Posseiros de 1957.¹¹²

Os colonos que estavam na cidade neste dia, foram cada um com a arma que tinham em casa, os que não tinham armas de fogo levaram facões, foices ou o que tinham para defender-se de um possível combate. Felizmente, algumas viaturas do exército que já estavam na cidade, após um acordo com os jagunços, escoltaram os mesmos sem violência até o campo de aviação. Após a saída dos jagunços, com os escritórios vazios, os colonos invadem e depredam, com a intenção de destruir os arquivos e as notas promissórias. As notas foram espalhadas pelas ruas da cidade, esta ação acontece com a intenção de destruir aquele documento, pois a situação ainda não estava totalmente definida em favor dos posseiros.

Em alguns casos, o colono procurava a sua nota promissória em meio a milhares, com a intenção de ele mesmo rasgar e assegurar-se de que não precisaria mais pagar a fração de terra onde vivia. No levante de Francisco Beltrão, ganhou destaque o nome de Walter Alberto Pécoits, que orientou os colonos, e foi nomeado delegado. Ao mesmo tempo, o Governo do Estado – com medo de uma repercussão nacional ainda maior – deu garantias aos colonos, determinado que as companhias deveriam ser imediatamente retiradas da região.

Essa decisão foi publicada no mesmo dia em que na fronteira ocorreu outra organização dos colonos, desta vez em Santo Antonio, já que de Capanema os jagunços já haviam sido expulsos:

Em Santo Antonio do Sudoeste, no dia 12 de outubro, à tarde, como uma forma de forçar as autoridades a se pronunciarem sob a questão das terras e a retirarem as companhias, os colonos cercaram a delegacia da cidade. Tomaram a casa do advogado da CITLA e acabaram com todos os documentos encontrados. Também formaram uma comissão de 26 membros, de diversas agremiações políticas do município. Em seguida, destituíram o delegado e deixaram em prisão domiciliar o padre da cidade por fazer abertamente propaganda da CITLA em seus sermões.¹¹³

¹¹² PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR: Unicentro, 2008. p. 74, 75.

¹¹³ Id. *Ibid.*, p. 75.

Conforme esclarecido anteriormente, a tentativa de forçar as autoridades a se pronunciar surtiu efeito rapidamente, pois no mesmo dia o governador publicou seu pronunciamento. Com relação a este levante, importa lembrar a semelhança com o ocorrido em Francisco Beltrão, pois o delegado é destituído, além de destruírem a documentação encontrada na casa de um advogado da companhia.

Também ocorre a formação de um governo popular, a exemplo do ocorrido em Pato Branco e Francisco Beltrão, ou seja, em todos os levantes ocorridos de 9 a 12 de outubro de 1957 foi uma união de forças ou uma ação conjunta que prevaleceu. A vontade de permanecer na terra por parte do colono e o total apoio de lideranças fizeram com que estes levantes fossem denominados “levantes brancos”, sem mortes e sem violência contra pessoas, o que foi muito importante para um desfecho favorável.

Tais aspectos devem ser considerados ponderando os desmandos e as atrocidades que os jagunços cometeram contra os colonos. Em razão disto, o ocorrido nesta região foi uma vitória da luta pela terra no Brasil, além de ser um dos poucos casos de conquista da terra em que a pequena propriedade prevaleceu sobre o latifúndio, ou no caso, um grupo empresarial.

Após os acontecimentos de outubro de 1957, somente com as mudanças do governo do estado e federal, é que a situação melhora, no sentido de uma solução final em favor dos colonos. Isso ocorre em 1961, com Jânio Quadros:

Cumprindo sua promessa de campanha, Jânio Quadros assina, em 27 de março de 1961, o Decreto Federal de n. 50.379, através do qual são desapropriadas as terras do Sudoeste. E, em 25 de abril, do mesmo ano, novo Decreto determinada regime de urgência para a desapropriação por utilidade pública.¹¹⁴

Essa ação de Jânio é o primeiro passo para a conquista do título em favor dos colonos. O passo seguinte foi feito no mesmo ano, quando os governos do estado e federal decidem criar, através do Decreto 51.431, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP. Este órgão foi exclusivamente criado para legalizar as terras do sudoeste do Paraná, tanto é que, depois de legalizadas, o órgão encerrou suas atividades. Consta ainda que uma das premissas foi o cumprimento legal de suas atividades, sem cobrança de qualquer taxa, nem mesmo doações poderiam ser aceitas pelos funcionários da GETSOP.

Era primordial que as terras da região fossem devidamente medidas e cedidas gratuitamente, regularizadas e com título de propriedade. Ao encerrar suas atividades

¹¹⁴ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 113.

em 1973, o GETSOP tinha titulado cerca de 55 mil lotes rurais e urbanos, sem custo algum ao colono. Cabe destacar ainda o trabalho de Deni Lineu Schwartz, engenheiro responsável, o qual teria agido com respeito e cumprindo a premissa do órgão, mesmo com mudanças no cenário político estadual e nacional.

Cabe destacar ainda a anistia ampla e irrestrita cedida aos envolvidos nos conflitos de outubro de 1957. O projeto para anistia partiu de Luz Carlos Tourinho, e beneficiou os colonos da região envolvidos no conflito de 1 a 31 de outubro de 1957.

Antes de encerrar este item, recordo que José de Souza Martins considera o levante de 1957 como uma luta camponesa “de gestação demorada”, mas que obtém resultados rapidamente. Realmente a gestação do levante foi demorada, e os resultados vieram de forma rápida. Porém, não vejo em jogo a “renda capitalista da terra”, mas, sim, a propriedade e os laços familiares com o campo, além da vontade de cultivar vivências a partir de uma agricultura que até então era em grande medida de subsistência.¹¹⁵ Em consideração às entrevistas realizadas com remanescentes do levante, percebo como as estruturas de vivência do rural e do urbano se modificaram com o passar das décadas, obviamente o objetivo em 1957 não era explicitamente vencer as companhias para viver no meio rural enquanto agricultores, dentro de um sistema em que o valor econômico prevaleça.

As dinâmicas do Brasil de 1950 – especificamente da agricultura na região Sul – diferem em sentido diverso do cenário que passa a se apresentar ao Brasil a partir da década de 1970. O modelo de agricultura baseado nos EUA – que se firma com a ditadura civil militar – ainda não havia chegado. Assim como as consequências deste modelo, a grande propriedade e o êxodo rural. As noções de produção e de propriedade eram muito restritas à subsistência, ao mesmo tempo em que, por se tratar de uma região nova, as dificuldades eram inúmeras, em termos de retirada da produção. Neste sentido, acredito que o levante dos colonos em 1957 foi uma insatisfação social voltada para a conquista da propriedade, dentro de um modelo específico, em que os laços com a terra e com agricultura prevalecem para estes camponeses.

1.8- Considerações em relação à Revolta de Colonos ou Posseiros

¹¹⁵ MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5ª Edição: Editora Vozes, 1995. p. 79.

O Levante de 1957, que neste trabalho é entendido enquanto um movimento de colonos ou de camponeses, tem diferentes interpretações. Recentemente, as efemérides comemorativas têm reivindicado e defendido a luta social enquanto Revolta dos Posseiros, por entender o movimento a partir da condição jurídica dos colonos. Dentre todas as definições atribuídas ao movimento, a que mais se afirmou é a definição de Revolta dos Posseiros.

O considerar o movimento enquanto de posseiros pauta-se na tese de que a indefinição jurídica, condição que estabelecia os colonos enquanto posseiros era de lotes urbanos também. Desta forma, o movimento foi de posseiros por se basear em uma reivindicação tanto urbana quanto rural.

Porém, percebo esta questão a partir de outro ponto de vista, questiono o que se pode considerar urbano e rural em 1957, qual era a diferença entre campo e cidade no período ou ainda qual a identificação destes posseiros com o urbano e rural? Essas ponderações pautam minha tese sobre um movimento de colonos.

Antes de maiores considerações, tomo emprestado o conceito de camponês trabalhado por Eric Hobsbawm no livro, *Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Assim, considero o camponês definido por Hobsbawm para pensar os sujeitos entendidos enquanto colonos em 1957, ou seja, para o autor os camponeses são:

Quanto aos camponeses, desejo simplesmente sugerir – ou melhor, relembrar – dois pontos: primeiro, que há diferenças profundas entre diversas formas de produção agrária de base familiar, as quais toda a generalização corre o risco de subestimar – por exemplo, entre economia de pastoreio e de agricultura – e segundo que, além de determinado ponto da diferenciação sócio-econômica da população agrária, o termo “campesinato” deixa de ser aplicável.¹¹⁶

Como primeiro aspecto em relação às considerações de Hobsbawm, destaco os camponeses como aqueles em que estão presentes as “diversas formas de produção agrária de base familiar”. Destarte, conhecendo muitos dos remanescentes do conflito de 1957, destaco a produção de base familiar no sudoeste paranaense, enquanto uma permanência na região, durante e algum tempo depois do levante. Ou seja, não se pode generalizar, e considerar uma grande diferença entre quem residia no campo e na cidade. Tais diferenças não eram tão rígidas quanto hoje ou nas efemérides de 2007.

O segundo aspecto apresentado por Hobsbawm também apresenta implicações em minhas considerações, pois “além de determinado ponto da diferenciação sócio-

¹¹⁶ HOBBSAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch, Lódio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 216.

econômica”, o termo “campesinato” poderia deixar de ser aplicável. Neste caso, o ponto para qual o autor alerta pode ser o que diferenciaria o suposto comerciante em 1956 ou 57 – morador de Francisco Beltrão, Capanema ou qualquer outra cidade que participou do levante – do agricultor que vive do campo.¹¹⁷ Em sentido diverso, a grande maioria dos partícipes da Revolta, principalmente em Francisco Beltrão e na região de fronteira, eram agricultores, e não comerciantes.

É claro que se deve considerar as “lideranças urbanas”, a “Junta Governativa” de Pato Branco e os médicos, advogados e outros considerados “líderes” do movimento. Mas, exaltar esses nomes aqui não se faz necessário, tendo em vista que na memória comemorativa da região eles já foram fixados e considerados ícones do movimento. Assim, o que me interessa aqui é o movimento a partir dos colonos, da conquista da terra através do levante.

Mas, qual a diferenciação sócio-econômica entre ambos, qual o vínculo de pertencimento com o campo, ou, ainda, o que eram esses recém-criados municípios? O comerciante dificilmente sobrevivia disto em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul ou na sua região de origem no Paraná, e migra para esse mesmo propósito. Na maioria dos casos, são agricultores em seus estados de origem, e quando chegam à região decidem se inserir neste ramo. O mesmo também se aplica aos núcleos urbanos.

Francisco Beltrão, Capanema, Pato Branco e Santo Antonio do Sudoeste, no período não passavam de pequenas vilas, sem indústrias, e com uma economia totalmente dependente da agricultura familiar. Ou seja, definir o que é ser colono em 1957 me parece muito mais simples do que enquadrar o movimento a partir do aspecto jurídico, o qual desqualifica a pequena propriedade e os agricultores que a conquistaram.

Ao considerar a Revolta como um movimento de camponeses, ainda se utilizando das considerações de Hobsbawm, recorro aos seus questionamentos em relação aos mesmos como conscientes de uma “classe para si”:

Nas sociedades tradicionais e, portanto, para a maior parte da história, os camponeses encaravam-se, e de fato eram, o tipo básico da humanidade, uma vez que certamente constituíam a grande maioria de todas as pessoas que viviam no mundo que conheciam, ou aliás em qualquer parte do mundo. Em certo sentido, as pessoas ou seres humanos era pois tipicamente camponeses, e o resto eram minorias atípicas. Em segundo lugar, os camponeses tinham consciência muito clara de que eram diferentes das minorias não-camponesas

¹¹⁷ Id. Ibid., p. 216.

e que quase sempre eram subordinados e oprimidos por elas, das quais não gostavam e nas quais não confiavam.¹¹⁸

Os camponeses no levante de 1957 eram a grande maioria, ou seja, como nos relembra Hobsbawm, “o tipo básico da humanidade” ou das sociedades tradicionais. No caso do levante, certamente os comerciantes ou líderes urbanos são minorias, porém são exaltados justamente por serem “líderes”. O raciocínio de Hobsbawm se aproxima de minhas considerações, pois os camponeses tinham consciência de que eles eram diferentes do médico ou advogado, e subordinados a eles, porém confiavam nos mesmos e tinham em algumas destas lideranças uma referência.

Considero que as interpretações em relação à Revolta foram o que constituiu essa diferenciação de um movimento de reivindicações do campo e da cidade, em especial nas efemérides comemorativas. Ser colono ou ter o movimento como de colonos traz para o movimento o que se reivindicava – a terra – e não o aspecto jurídico da questão, ou seja, o posseiro.

A situação de posseiro foi transitória, somente até a conquista do título, depois disso, o colono continuou como colono. Já o líder “urbano” foi embora, mudou-se ou se promoveu a algum cargo público em âmbito regional ou nacional. Ou seja, o classificar a Revolta como um movimento de posseiros dá a ideia de transitoriedade do que já se passou ou de apenas um aspecto jurídico superado. O que desqualifica a luta e a conquista da terra, a qual foi protagonizada em grande medida por colonos, ou por pessoas que tinham uma forte identificação com a terra.

Quem trabalha o movimento de 1957 atribuindo-o como de posseiros é Iria Zononi Gomes. Porém, apesar de considerar o movimento de tal forma, consegue perceber a estreita relação entre rural e urbano ou entre colono e comerciante. Segundo Gomes, “na região nesta época, a separação entre rural e urbano era muito diluída”. Ou seja, a relação entre o campo e a cidade não era tão perceptível, ao mesmo tempo em que “a estrutura de comercialização existente criava laços entre os colonos e os comerciantes que extrapolam a relação econômica”. Ainda destaca, que muitos comerciantes de Francisco Beltrão – e é claro, de toda a região – eram agricultores, ou seja, os “laços extra-econômicos” estabeleciam um comprometimento entre o comerciante e o colono, o que minimizada qualquer separação entre campo e cidade.¹¹⁹

¹¹⁸ Id. *Ibid.*, p. 218.

¹¹⁹ GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 46.

As considerações apresentadas acima guiam meu raciocínio em relação à discussão que atribui ao movimento diferentes interpretações. Ao mesmo tempo, justifica o meu posicionamento em relação ao movimento como protagonizado por colonos.

CAPÍTULO II – O “FARRAPO” NA REVOLTA DOS COLONOS DE 1957

Conforme exposto na seção anterior, em 1957 nas principais cidades do Sudoeste do Paraná¹²⁰ ocorreu o conflito social que seria conhecido como “Revolta dos colonos”. As origens do evento estão, de um lado, ligadas às indefinições jurídicas da terra do início do século XX, questões que não se resolvem com o passar das décadas. De outro, estão os colonos que chegam à região a partir da década de 1940 e 50, incentivados pelo governo federal e sua política de ocupação do território nacional, mais conhecida como “Marcha para Oeste”.

Elaborei este capítulo a partir das principais historiografias que trabalham com o conflito e a região. Em alguns casos, é apresentado e aceito o elemento “farrapo” ou “maragato”, como parte dos acontecimentos, sem questionamentos de quem é esse sujeito.¹²¹

Também percebo referências a esses elementos “farrapos” e “maragatos” em alguns materiais comemorativos¹²² produzidos nos municípios onde aconteceram os levantes. Na maioria dos casos, suas participações são apresentadas com destaque, à acontecimentos que mencionavam nomes de sujeitos reconhecidos com essa identificação.

Neste sentido, este capítulo procura perceber as diferentes versões sobre a ação destes sujeitos, ponderando noções de identidade para a região, as quais teriam em sua base movimentos ocorridos no Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento, a proposta é apresentar como esses nomes aparecem nos materiais comemorativos,

¹²⁰ As principais cidades a que me refiro neste ponto são os agrupamentos urbanos que em 1957 tinham escritórios das companhias imobiliárias ou que tiveram algum evento significativo para o desfecho do levante. Neste sentido, essas cidades são: Francisco Beltrão, Pato Branco, Capanema, Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Verê.

¹²¹ Exemplo disso é exposto nos trabalhos de Ruy Christovam Wachowicz e Iria Zanoni Gomes. WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero - Técnica, 1985. GOMES, Iria Zanoni. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

¹²² Os materiais a que me refiro neste ponto são: 50 ANOS REVOLTA DOS POSSEIROS 1957-2007. *Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Caderno comemorativo. Pato Branco-PR, 2007. DAMBROS, Vanderlei, LENOCH, Marta W. RAFAGNIN, Justino. *1957-1997, A Revolta dos Colonos: de olho no passado e pés no futuro*. Francisco Beltrão-PR, Grafit, Gráfica e Editora Ltda. 1997. DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. *Um ano de eventos para comemorar os 50 anos da “Revolta dos Posseiros.”* Cronograma de atividades comemorativas: Organizado por, Tânia Maria Penso Ghedin. Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2007. A mesma questão também é percebida no material elaborado pelo governo do estado do Paraná: CADERNOS PARANÁ DA GENTE: N: 8, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Sonhos utopias e armas: As lutas que ajudaram a construir o Paraná*. Editora do Governo do Estado do Paraná, 2010.

localizando o contexto em que os mesmos são exaltados e qual a intenção para tanto. Em seguida, apresentarei algumas historiografias relacionadas ao assunto, tanto ligadas ao contexto do sudoeste paranaense, quanto em comparação à historiografia do Rio Grande do Sul ao apresentar tais nomes.

Desta forma, a principal preocupação deste capítulo é perceber as diferentes versões ou interpretações em relação a esses elementos conhecidos como “farrapos” ou “maragatos”. Nesta perspectiva, questiona-se: Por que atribuir a alguns elementos estas identificações? Com que objetivos ou em que contexto cada atribuição é elaborada? Que possibilita atribuir “farrapos” na Revolta de 1957? Por que nos materiais comemorativos é perpetuada a ideia do “farrapo” na Revolta? Com que objetivo isso acontece? Procuo pensar como essas questões foram construídas e por que fazem sentido, no contexto em que são apresentadas.

2.1- O “farrapo” nas comemorações

Antes de trabalhar com os materiais comemorativos e também com as historiografias, destaco que as noções de “farrapo” e “maragato” são distintas, e remetem a diferentes eventos ocorridos no Rio Grande do Sul. Ambas nascem em contextos específicos, os quais precisam ser apresentados.

Com relação ao “maragato”, destaco o trabalho de Sandra Jatahy Pesavento, que em seu livro *A Revolução Federalista*, apresenta alguns desdobramentos deste episódio que iniciará no Rio Grande do Sul, estendendo-se para Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1893 e 1895. Neste sentido, de forma descritiva e ilustrativa no desenvolver do trabalho apresenta os “maragatos” e os “pica-paus”. E, a definição de “maragato” é a seguinte:

Desde o início, os federalistas receberam de seus adversários a alcunha de “maragatos”. A atribuição do nome tem diferentes interpretações. A mais aceita atribui esta designação ao fato de os revoltosos contarem em seus efetivos com muitos elementos oriundos de uma província uruguaia que fora povoada por espanhóis vindos de Maragateria (Love, Joseph, *O regionalismo gaúcho*). Ao atribuir esta designação aos federalistas, os castilhistas tentaram depreciá-los, dando-lhes a conotação de “invasores estrangeiros” do Rio Grande.¹²³

¹²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983. p. 86, 87, 88. A definição está exposta em três páginas em razão de a autora trazer na página 87 uma ilustração das características de “maragato” e “pica-paus”.

A definição exposta por Pesavento a partir de Joseph Love recorda a presença de elementos de proveniência uruguaia, o que teria contribuído para a identificação dos federalistas enquanto “maragatos”. Ao mesmo tempo, a mesma caracterização foi depreciada pelos “castilhistas”. Além disso, cabe destacar que, “as tropas federalistas eram constituídas, basicamente, dos estancieiros da campanha com seus homens, na maioria civis, ex-liberais e ocupantes de postos e/ou cargos políticos municipais no período imperial”.¹²⁴ Assim, a principal proveniência das tropas federalistas era em sua maioria da região da campanha a partir dos estancieiros e seus homens, ou seja, seus empregados.

Já a noção de “farrapo” é apresentada com uma conotação mais forte nos materiais comemorativos a seguir analisados. Todos destacam indivíduos com essa identificação. Assim, retomo outro trabalho de Sandra Jatahy Pesavento, que, em, *A Revolução Farroupilha*, destaca alguns acontecimentos deste episódio ocorrido no Rio Grande do Sul e aponta esta denominação.

Importa destacar que, conforme a noção apresentada, em que Pesavento especifica o que é o “maragato”, na definição de “farrapo” isso não acontece diretamente. Neste sentido, refere o “farrapo” na Revolução Farroupilha, mas suas colocações são um questionamento em relação a aquilo que a historiografia tradicional atribuiu a esses sujeitos:

Para a historiografia tradicional, a Revolução Farroupilha tornou-se o símbolo do espírito de bravura do povo gaúcho e de suas “tendências libertárias”. Quanto aos seus principais vultos, converteram-se nos exemplos mais representativos da “raça” gaúcha, tais como altivez, coragem, desprendimento. Todas estas idealizações se articulam dentro de uma visão mais global que vê a formação histórica sulina a “democracia dos pampas”, na sociedade da campanha a “ausência de classes” e no gaúcho o “monarca das coxilhas”, o “centauro dos pampas”.¹²⁵

Muitas das definições expostas a partir da historiografia tradicional se aproximam das definições dos “farrapos” que mais adiante observaremos. Como exemplo, destaco “raça gaúcha, altivez e coragem”, como características do gaúcho “monarca dos pampas”. Esta definição ainda caracteriza a “democracia dos pampas”, como algo inerente a esses sujeitos de coragem, ou seja, dentro de suas próprias concepções de justiça baseadas na “coragem e no desprendimento”.¹²⁶

¹²⁴ Id. Ibid., p. 86.

¹²⁵ PESAVENTO. Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985. p. 8.

¹²⁶ Id. Ibid., p. 8.

Pesavento elabora inúmeras considerações sobre a caracterização das tropas farrapas, reconhecendo a procedência do campo para as mesmas: “constituíam-se de estancieiros, em sua maior parte, charqueadores e comerciantes exportadores, que tinham os seus interesses prejudicados com a política econômico-financeira imposta pelo centro”. Além disso, apresenta a figura do “peão”, caracterizando como o mesmo insere-se neste contexto: “A peonada, no caso, serviu como massa de manobra em mais uma prolongada campanha militar, lutando por interesses que não eram os seus e em nome de ideais ou princípios cujo significado não podia alcançar”.¹²⁷

Essa caracterização apresenta a forte presença de “estancieiros e peões” na Revolução Farroupilha, o que contribui na elaboração da historiografia tradicional, dando consistência às atribuições apresentadas. Neste sentido, essas definições do “farrapo” enquanto “homem de coragem” e com uma “democracia dos pampas” associada à vida campeira pode, sim, ter se perpetuado na memória tradicional gaúcha, principalmente se associada à vida no campo. Assim, nas definições de “farrapo” que apresentarei mais à frente tentarei perceber como diferentes percepções em torno deste sujeito destacam características similares às apresentadas por Pesavento.

Assim, apresento um balanço de quais são os nomes com identificação de “farrapo” ou “maragato”. Os nomes são poucos, e praticamente os mesmos em todos os materiais. A identificação de “farrapo” é atribuída a João Saldanha; Manoel Paraguay e Pedro Santin; também faziam parte do grupo de Santin os foragidos da polícia, irmãos Bello e o argentino Robertinho. Esses nomes aparecem referenciados a alguns acontecimentos específicos: trucidação da família de João Saldanha, a resistência na fronteira e a tocaia do Km 17.

Neste contexto, algumas relações entre os materiais comemorativos podem ser estabelecidas. Um dos materiais produzidos pela Prefeitura Municipal de Pato Branco, para as comemorações do cinquentenário da Revolta, no ano de 2007 foi, *50 Anos Revolta dos Posseiros 1957-2007: Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Ele contou com o apoio do Governo do Estado do Paraná, tanto através da Secretária de Estado da Cultura, quanto por meio de seu governador na época, Roberto Requião (PMDB), já o contexto político municipal teve o apoio da Prefeitura Municipal de Pato Branco, Roberto Viganó (PDT). Em âmbito regional, também manifestaram apoio a Associação de Municípios do Sudoeste do Paraná

¹²⁷ Id. Ibid., p. 55.

(AMSOP) e a 14ª Regional de Cultura, além do apoio cultural de Ivo Thomazoni e “resgate histórico de Sittilo Voltolini”.

Desta forma, ao analisar o caderno comemorativo percebo como são apresentados os nomes de João Saldanha e Manoel Paraguay enquanto “farrapos”, ambos são identificados como moradores do município de Francisco Beltrão.

Em fins de setembro de 1957, os farrapos João Saldanha e Manoel Paraguay assassinaram dois empregados da Comercial. O gerente, Lino Marchetti, escolheu um grupo dos seus “melhores servidores” para aplicar uma lição nos atrevidos. Eram os jagunços: Mato Grosso, Chapéu de Couro, Gauchinho, Lapa, José Lucas, Valter de tal. Foi no local denominado Rio Ampére, interior de Francisco Beltrão. Primeiro, Manoel Paraguay. Não acharam ninguém. Botaram fogo no casario e foram ‘visitar’ João Saldanha. Este, ao notar a presença dos jagunços, fugiu para o mato com o filho maior. Os “visitantes” atiraram nele, mas não o atingiram. Atacaram a mulher e os filhos menores. Acabaram por matá-los a todos. Abusaram o quanto puderam da mulher e mataram-na aos poucos, cortando-lhe os seios e por fim a cabeça. Fuzilaram, impiedosamente, o filho “do meio”. O filho menor, um jagunço o jogou para o alto conta um companheiro que aparou na ponta do punhal. Tiraram da casa o que lhes interessava e com os mortos nela, botaram-lhe fogo e ficaram calmamente sentados em tocos, aguardando o fim do fogaréu, para voltar e prestar contas ao chefe.¹²⁸

Esta passagem identifica a “trucidada da família de João Saldanha”, todos os materiais comemorativos apresentam este evento com referência a personagens indicados como “farrapos”. A morte da família de João Saldanha teria acontecido por vingança, e é descrita de uma forma muito cruel, apresentando em detalhes como a mulher e dois filhos são mortos, além de destacar que a casa do “farrapo” teria sido queimada. Outro ponto interessante é a fuga de Saldanha, não apresentando que aconteceu com o mesmo. Observo como, após essa descrição, o próximo item refere-se a “reação: dia 10 de outubro em Francisco Beltrão”, dando a entender que após a trucidada da família de João Saldanha é que ocorre uma maior mobilização dos posseiros naquele município, culminando com o levante do dia 10 de outubro e a expulsão das companhias.

Mas, não questiono se o evento acima aconteceu ou não, acredito que, dada à perversidade dos ditos jagunços,¹²⁹ acontecimentos similares a esse eram possíveis. Minhas considerações visam, em essência, refletir a presença de indivíduos identificados enquanto “farrapos”, e que teriam alguma relação com os acontecimentos

¹²⁸ 50 ANOS REVOLTA DOS POSSEIROS 1957-2007. *Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Caderno comemorativo, apoio cultural Ivo Thomazoni. Pato Branco-PR, 2007. p. 9.

¹²⁹ A definição de “jagunço” assumida neste trabalho esta exposta no capítulo I nota 92.

ocorridos no Rio Grande do Sul, percebendo como esses nomes aparecem na radicalização do levante e consequente vitória dos colonos.

Já na fronteira com a Argentina, aqui entendida como a região que compreendia os municípios de Capanema, Santo Antonio do Sudoeste e Barracão, o nome que em outros materiais é identificado enquanto “farrapo” é o de Pedro Santin e seu grupo. Neste material organizado pela Prefeitura Municipal de Pato Branco, esta identificação não é explícita, apesar de atribuir a Santin características de “comando estratégico e Guerrilheiro da fronteira”. Desta forma, no item “A resistência na fronteira”, são apresentadas algumas questões:

Na fronteira (Barracão, Santo Antônio e Capanema) a resistência dos posseiros contra a colonizadora Apucarana contou com lideranças distintas: Pedro Santin – líder das operações de combate às colonizadoras. Dr. Edu defendeu judicialmente os posseiros, contra os desmandos das colonizadoras. Isso lhe valeu a ira delas e foi preso por ordem do chefe de polícia do Paraná, sendo mantido, por vários dias, em local incerto, para impedir ‘habeas corpus’ de soltura. Não lhe deram o mesmo fim de Pedrinho Barbeiro por temerem reação violenta dos posseiros, sob comando estratégico de Pedro Santin.¹³⁰

O presente trecho não apresenta o nome de Pedro Santin enquanto “farrapo”, porém destaca sua ação de resistência na fronteira juntamente com o advogado Edu Potiguara Bublitz. Assim, Bublitz e Santin teriam trazido para a fronteira uma forma de resistência importante para a vitória contra as companhias naquela região, pois Santin é caracterizado como um “comando de guerrilha estratégico”, enquanto Bublitz defendeu “judicialmente os posseiros”.¹³¹

Esta referência de Santin enquanto “liderança estratégica na fronteira” é novamente considerada ao apresentar o evento conhecido como “Tocaia do Km 17”, em que, “o grande ataque aos homens da Apucarana, arquitetado por Pedro Santin, aconteceu dia 14/09/57, no Km 17, da estrada Santo Antonio/Capanema”.¹³² Assim, Pedro Santin se caracteriza principalmente por sua estratégia de resistência, a qual lhe ajudaria a comandar os posseiros. Santin teria organizado esta “tocaia” contra os chefes da companhia Apucarana, ocorrida no quilômetro 17 da estrada que liga Santo Antonio do Sudoeste a Capanema, porém, os líderes das companhias decidiram não ir a

¹³⁰ 50 ANOS REVOLTA DOS POSSEIROS 1957-2007. *Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Caderno comemorativo, apoio cultural Ivo Thomazoni. Pato Branco-PR, 2007. p. 11.

¹³¹ Id. Ibid., p. 11.

¹³² Id. Ibid., p. 13.

Capanema, enviando somente uma camionete, a qual ainda cedeu carona aos colonos que encontrava pelo caminho. O saldo foram cinco colonos mortos.

Após apresentar os eventos ocorridos em Francisco Beltrão e nos municípios de fronteira com a Argentina, é dada atenção significativa ao levante em Pato Branco. Curiosamente, é novamente o ocorrido com a família do já caracterizado “farrapo” João Saldanha um dos motivos para a mobilização dos colonos:

Rádio Colméia de Pato Branco, dia 9 de outubro de 1957, 12h30min. Após confabular com Porto Alegre, Ivo Thomazoni mandou para o ar, e com minúcias, a tragédia por que passou a família de João Saldanha, nas mãos dos jagunços da Comercial. Descreveu ainda o suplício sofrido pelos filhos (crianças) de posseiros trazidos a Pato Branco por Constante Tavares, de Águas do Verê, “cortadas” a chicote pelos homens da Comercial, que invadiram as casas em busca dos pais, negando-se as crianças a indicar-lhes o esconderijo deles. Ivo Thomazoni concluiu com patético apelo à população para que se unisse e ajudasse a dar um basta em tanta atrocidade. E o povo começou a se aglomerar diante da rádio, na Rua Iguazu, defronte da praça Presidente Vargas.¹³³

O ocorrido com a família de Saldanha, assim como no levante de Francisco Beltrão, é apresentado como um dos eventos que conduziram à aglomeração de colonos em Pato Branco e a posterior retirada das companhias. O fragmento acima é apresentado como a primeira parte do levante em Pato Branco. Desta forma, a trucidação da família Saldanha teria conduzido ao levante de Francisco Beltrão, e um dos principais fatores para o desfecho da Revolta em Pato Branco.

Após a caracterização do levante em Pato Branco, são apresentados alguns eventos significativos da Revolta em distintas regiões, dentre eles, ganha destaque uma imagem com a seguinte legenda: “O destino do facínora Antônio Borges”. No texto, é descrita a ação de Santin e Pedro Pinto:

A foto registra o momento em que o facínora Antonio Borges, a serviço da Apucarana, era entregue a Pedro Santin e a Pedro Pinto, para ser escoltado até Foz do Iguazu e entregue à polícia daquela delegacia. A viagem não se completou. Eram necessários 4 dias para completar o percurso. No 2º dia, os dois Pedros já estavam de volta. Suspeitando que algo saíra errado, o delegado, ordenou buscas que resultaram no encontro do cadáver de Antônio Borges, crivado de bala. Dentre os crimes praticados por Antônio Borges contava-se a morte cruel de um compadre de Pedro Santin. O destino desse criminoso, à mercê de Santin, não podia ser outro, naturalmente!¹³⁴

O que mais chama atenção neste trecho é novamente o exaltar a figura de Santin. Nota-se que o assassinato do “facínora Antonio Borges” lhe é atribuída no segundo dia

¹³³ Id. Ibid., p. 18.

¹³⁴ Id. Ibid., p. 25.

da viagem, que teria como destino Foz do Iguaçu. A perversidade atribuída a este elemento é vista com naturalidade ou como algo que já se esperava, pois o corpo de Antonio Borges foi encontrado “crivado de balas”, pois Santin teria agido por vingança, em razão de Antonio Borges ter causado a “morte cruel” de um compadre seu. Tais características demonstram como no material comemorativo elaborado pela Prefeitura Municipal de Pato Branco Pedro Santin é visto, seu nome aparece em três momentos, todos voltados a acontecimentos na fronteira, em grande medida, seu nome é apresentado como “liderança na ação dos colonos”, com um comando “arquitetado em tocaias” e com uma concepção de justiça própria, como no caso da morte de Antonio Borges.

Já João Saldanha e Manuel Paraguay são identificados como “farrapos”. Manuel Paraguay apenas tem seu nome citado como um dos procurados dos jagunços, e que teve sua casa queimada. Já Saldanha tem uma forte caracterização, a morte de sua família é apresentada como o principal evento para o levante em Francisco Beltrão, e um dos principais acontecimentos que conduziu o levante em Pato Branco.

Como se percebe, o material analisado traz uma percepção que não caracteriza Pedro Santin como “farrapo”, apesar de considerá-lo muito importante para o desfecho da Revolta. Já João Saldanha e Manuel Paraguay, vistos como “farrapos”, teriam assassinado “dois empregados da Comercial”, e por isso foram procurados pelos jagunços. De qualquer forma, Pedro Santin, João Saldanha e Manuel Paraguay, que serão identificados por outros materiais como “farrapos”, são sujeitos radicais, que apresentam uma forma de ação similar às dos jagunços, e talvez por isso recebam essas identificações.

Outra percepção em relação aos “farrapos” ou “maragatos” no sudoeste do Paraná encontra-se presente no material de 1997, elaborado pela Assesoar (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), FACIBEL (Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão) e Micro Região Sindical¹³⁵ em comemoração aos 40 anos da Revolta. Neste material é admitida a presença na região de ex-federalistas “maragatos”, porém ao trabalhar “A tocaia do Km17”, “A trucidação da família de João Saldanha” e a “Resistência na Fronteira”, atribui a essas ações os mesmos nomes dos materiais comemorativos de Francisco Beltrão e Pato Branco. Assim, caracteriza os protagonistas destes eventos não como “maragatos”, como de

¹³⁵ DAMBROS, Vanderlei. LENOCH, Marta W. RAFAGNIN, Justino. *1957-1997, A Revolta dos Colonos: de olho no passado e pés no futuro*. Francisco Beltrão-PR. Gravit, Gráfica e Editora Ltda. 1997.

início, mas enquanto “farrapos”. Ou seja, apesar de admitir uma migração e presença de ex-federalistas ou “maragatos”, quando referencia esses na Revolta, lhes é atribuída a denominação de “farrapos”.

Este trabalho apresenta algumas características de luta pela terra. Como primeiro ponto, defini a Revolta como um movimento de colonos, e não de posseiros, como é apresentado nas comemorações de Francisco Beltrão e Pato Branco. Acredito que isso se justifique por Vanderlei Dambros representar a ASSESOAR,¹³⁶ um órgão de assistência ao pequeno produtor rural, com forte ligação às lutas na terra, já os outros autores, Marta W. Lenocho e Justino Rafagnin, o último representa a Micro Região Sindical, uma entidade que representa os trabalhadores rurais e sua luta no campo.

Desta forma, os autores preocuparam-se em organizar este material em três partes: a primeira com os “Antecedentes Históricos”, relacionados à região, a segunda direcionada ao litígio das terras, “A quem Pertenciam as Terras do Sudoeste?”, e a terceira e última voltada ao período posterior ao levante, “Animados pela Vitória Sobre as Companhias de Terra”.¹³⁷ Assim, tentei observar ao ler estes itens como eram identificados elementos ditos “farrapos” ou “maragatos”, os quais logo são referenciados com um tópico especificamente voltado a Revolução Federalista:

A Revolução Federalista teve início em 1892, no Rio Grande do Sul. Tem como pano de fundo A Revolta Popular Camponesa contra a política fundiária do Governo Estadual Júlio de Castilho e Federal, Floriano Peixoto. Grande número de posseiros perderam suas terras para ‘coronéis’, amigos do poder. Com o fim da Revolução, muitos Maragatos, não tiveram outra opção senão embrenhar-se por regiões desconhecidas. Não foram poucos os que procuraram refúgio nas terras contestadas onde nenhum estado tinha efetivo controle.¹³⁸

Cabe considerar o porquê de um item sobre a Revolução Federalista em um material que tem a intenção de trabalhar a Revolta dos Colonos de 1957. Neste sentido, algumas das características deste material devem ser levadas em consideração. A primeira delas é o seu caráter semi didático, com uma linguagem simples e sem muitas considerações, foi possível os autores trabalharem um longo período em menos de 70 páginas. Talvez o mais importante deste item seja justamente o caracterizar que “muitos

¹³⁶ A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ASSESOAR, foi criada em 1966, por agricultores, com o apoio de padres belgas, da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, também tinha o apoio de Profissionais Liberais de Francisco Beltrão. É uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educacional e filantrópico, sem fins lucrativos, com sede na Cidade de Francisco Beltrão/PR. É uma Associação constituída e dirigida por Agricultoras e Agricultores Familiares. Fonte: <http://assesoar.org.br/?page_id=25> acesso em 22/10/2013.

¹³⁷ DAMBROS; LENOCH; RAFAGNIN, op. cit.

¹³⁸ Id. Ibid., p. 15.

maragatos, não tiveram outra opção senão embrenhar-se por regiões desconhecidas”. Ou seja, percebo a preocupação para com o localizar uma migração de sujeitos “maragatos” para “terras contestadas”, no caso, uma referência direta às terras do Paraná e de Santa Catarina.

Apono ainda que para os autores é importante a caracterização desta “Revolta Popular Camponesa” com um sentido contínuo de luta pela terra, pois no desenvolver do trabalho são apresentados diferentes eventos em que essa característica se fará presente, até o levante de 1957.

O próximo tópico é justamente sobre a “Guerra do Contestado”, que envolve Paraná e Santa Catarina. O Contestado é apresentado rapidamente em apenas dois parágrafos, nos quais é destacado que o conflito foi em razão de “milhares de pessoas ficarem sem emprego e sem terra”.¹³⁹ Ou seja, novamente é dada atenção significativa ao movimento enquanto uma luta pela terra, destacando que a luta iniciou-se em razão de “índios e caboclos que viviam naquelas terras perderem o direito à posse”, o que teria contribuído para o desencadear do conflito.

No tópico seguinte, “Os pioneiros do Sudoeste”, os autores demonstram porque os outros itens fazem sentido neste momento, principalmente os relacionados à luta pela terra:

A região, atualmente, conhecida como região Sudoeste do Paraná é uma pequena parte da então chamada, Região Contestada. Aqui, de Mariópolis à fronteira, vivia, em 1920, uma população de, aproximadamente, 6 mil habitantes. Eram índios que não se deixaram submeter e que buscaram abrigo nessa ‘Terra de Ninguém’. Eram caboclos desempregados das Fazendas de gado da região dos campos de Palmas, Clevelândia, Campo Erê e Guarapuava. Eram argentinos que avançavam atrás de Erva Mate e Madeira, abundantes nas matas da região. Eram refugiados da justiça do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Argentina que aqui podiam viver foragidos da Lei, já que se tratava de uma região tida como de ‘ninguém’. Eram Maragatos que, depois da Revolução Federalista, aqui buscavam sossego. Eram desempregados sem Terra da Ferrovia São Paulo – Rio Grande e derrotados da Guerra dos Contestado a procura de espaço para sobreviver.¹⁴⁰

É interessante notar a caracterização da região como “terra de ninguém”, mesmo admitindo a presença de diferentes grupos, como “caboclos”, “argentinos”, “refugiados da justiça”, “indígenas” e “maragatos”. Apesar de apresentar em outros itens a forte presença de indígenas, caracterizar a região como uma “terra de ninguém”, ao mesmo tempo em que admite a presença de vários grupos, coloca em evidência algumas contradições do trabalho. Neste momento, os itens anteriormente apresentados fazem

¹³⁹ Id. Ibid., p. 15.

¹⁴⁰ Id. Ibid., p. 16.

sentido, pois para caracterizar a migração e presença de “maragatos”, foi necessário apresentar o que foi a Revolução Federalista e o Contestado, o último enquanto ligação entre a distante Revolução de 1892 e a “colonização” da região nas décadas de 1940 e 50. O que, além de apresentar essa presença do “maragato”, ainda recoloca a luta pela terra enquanto um elemento constante na região.

Caracterizada a presença de “maragatos”, no desenvolver do trabalho são apresentados os principais episódios do levante de 1957 e as ações empreendidas pelos colonos em suas “estratégias de enfrentamento”, as quais, segundo os autores, eram, “a importante parceria com os ‘farrapos’, o enfrentamento através das tocais e a consciência de algumas lideranças em não se deixar levar pelo suborno”.¹⁴¹ Assim, os denominados “maragatos” na Revolta são substituídos pelos “farrapos” como uma das três principais estratégias para a vitória dos colonos.

Na sequência, os autores dedicam um item somente para os “Farrapos: Estratégias de Resistência”, no qual é apresentada uma descrição similar à ocorrida com a família de João Saldanha:

Nessa região, a gota d’água que fez com que os colonos resolvessem acabar com a ação das companhias de terra, foi a violência praticada pelos jagunços da Companhia Apucarana contra um farrapo. Este, tendo reagido às investidas dos jagunços foi amarrado, castrado, seveciaram sua esposa e mataram duas filhas de 9 e 11 anos, com atos de estupro.¹⁴²

A descrição acima refere-se “à gota d’água” que moveu os colonos a agir contra as companhias de terras. Observo como anteriormente, no material comemorativo de Pato Branco, o que teria influenciado o levante em Francisco Beltrão e Pato Branco é a morte da família do “farrapo João Saldanha”. Porém, no fragmento acima apresentado a violência é praticada contra a família de um “farrapo” apenas, não esclarecendo se essa é a família de João Saldanha. Apesar da disparidade nas descrições, é a violência contra a família de um “farrapo” que motiva a ação dos colonos nos levantes.

Nesta linha de reflexão, são apresentadas outras estratégias de resistência com destaque para outros “farrapos”, como por exemplo, Pedro Santin e seu grupo:

Revoltados, os colonos pediram ajuda a Pedro Santin, também um farrapo, compadre da vítima e conhecido na região por sua valentia. Tinha sido posseiro em Capanema e, desde março, estava refugiado na Argentina. Voltando a Capanema, no início de setembro, passou junto com João Lautard e Otávio de Matos, a comandar a ação dos colonos contra os jagunços das companhias. Também faziam parte do grupo de Santin os foragidos da

¹⁴¹ Id. Ibid., p. 37, 38.

¹⁴² Id. Ibid., p. 38.

polícia, irmãos Bello e o argentino Robertinho, que moravam na região. O fato de a ação dos colonos, na fronteira, ser comandada por homens fora da lei, com uma concepção própria de justiça, significou uma forma de resistência com características próprias: emboscadas, tocaias e violência no mesmo nível da violência dos jagunços.¹⁴³

Neste trecho, os “farrapos” são totalmente diferentes dos colonos, ou seja, eles pertencem a outro grupo social, caracterizado pela “valentia”, o que justificaria a ajuda solicitada no levante. Assim, é caracterizada na região de fronteira uma Revolta comandada por “farrapos”. Esses elementos teriam essa característica comum aos jagunços das companhias, com “uma concepção própria de justiça”, em grande medida por meio da violência e uma estratégia com “emboscadas”, que também estavam presentes nas ações dos jagunços.

Em comparação ao material comemorativo de Pato Branco, aqui Pedro Santin é apresentado como “farrapo”, assim, sua estratégia de violência facilitou a ação dos colonos.

A última referência presente no material elaborado em 1997 indica as ações de elementos ditos “farrapos”, como uma continuidade explicativa da Revolta na fronteira com a Argentina. Os autores referem que esses elementos estariam na fronteira por esse local ser passível de fáceis deslocamentos, como já apresentado, quando é destacado que “Pedro Santin já havia se refugiado na Argentina”.

De qualquer forma, a “tocaia do Km 17” aparece como organizada por “farrapos”, “o grupo de Pedro Santin, convicto de que para acabar com as companhias de terra, teria que acabar primeiro com seus diretores, organizaram uma tocaia no Km 17 da estrada que liga Santo Antonio a Capanema”.¹⁴⁴ Este ato organizado pelo grupo de Santin aparece como o primeiro dos “farrapos” na região de fronteira. Os autores atribuem “convicção” na ação de Santin e seu grupo, e que teriam de agir de forma mais radical do que os colonos.

Outro evento em que a ação dos “farrapos” é apresentada é, conseqüentemente, o levante na cidade de Capanema: “Mais uma vez os colonos sentiram-se ludibriados pelas companhias. O ódio acumulado durante muito tempo... explodiu em toda a sua fúria. Sob o comando de Santin, aproximadamente 2.000 colonos tomaram Capanema”.¹⁴⁵ Chama atenção como os acontecimentos referentes ao levante na cidade de Capanema estão diretamente relacionados ao grupo de Santin, assim, com essa

¹⁴³ Id. Ibid., p. 38, 39.

¹⁴⁴ Id. Ibid., p. 39.

¹⁴⁵ Id. Ibid., p. 40.

identificação de “farrapos”, o protagonismo e sucesso no levante volta-se em toda região a esses elementos. Haja visto, que através de suas ações os colonos teriam se organizado e expulsado as companhias em Capanema, ou seja, na região de fronteira, e só posteriormente os outros levantes teriam sucesso, com vistas a essa vitória.

Ao mesmo tempo em que aquilo que teria motivado a ação dos colonos em outras cidades, como Pato Branco e Francisco Beltrão, foi o ocorrido com a família de um “farrapo” que é reconhecido como a “gota d’água” da Revolta. Mesmo que neste material esta família não seja a de João Saldanha – como é apresentado em outros materiais –, são as ações empreendidas por esses sujeitos “farrapos” que causam a ira dos jagunços e o conseqüente ataque à residência.

Ou seja, o protagonismo na conquista da terra e no interesse contra as atrocidades cometidas pelas companhias é retirado dos colonos e direcionado aos “farrapos”, a estratégia e a resistência é desses sujeitos, e não do colono, que, nesse momento, aparece como passivo.

Passo agora para a reflexão do material organizado no ano de 2010, em *Cadernos Paraná da gente: sonhos utopias e armas, as lutas que ajudaram a construir o Paraná*, elaborado pelo Governo do Estado do Paraná, que, em 2010, publicava seu 8º número.¹⁴⁶ Dentre os artigos apresentados, encontra-se o intitulado, “fronteira em armas”. Este artigo foi produzido pelo jornalista Luiz Manfredini no ano de 1987,¹⁴⁷ no intuito de comemorar os 30 anos da Revolta de 1957. Para esta versão, foram feitas algumas alterações, de acordo com o interesse da publicação, o qual era basicamente apresentar algumas lutas sociais no Paraná.

Apresento esta publicação de 2010 como mais uma versão em relação à ação dos “farrapos” na Revolta, destaco que sempre que a publicação apresentar contradições ao artigo original escrito por Manfredini tentarei considerá-las. Assim, o primeiro item do artigo é uma espécie de epígrafe, na qual é apresentada, a aqui, já descrita morte da

¹⁴⁶ Os *Cadernos Paraná da Gente* tem sua primeira publicação no ano de 2004, com o apoio Governo do Estado do Paraná, através da Secretária de Cultura. Insere-se no Projeto Paraná da gente. “Objetiva-se a valorização da cultura, dos artistas e das tradições das diversas regiões do Paraná”. Neste sentido, pretendia trabalhar no levantamento do patrimônio cultural, natural, arqueológico, histórico, artístico e imaterial destacando a valorização destes bens para a sociedade e as diversas regiões do estado do Paraná. O projeto contava com o apoio do Governador do Estado Roberto Requião de Mello e Silva e da secretária de Estado da Cultura Vera Maria Haj Mussi Augusto. Fonte: <http://www.cidadao.pr.gov.br/arquivos/File/parana/culinaria_paranaense.pdf> acesso em 22/10/2013.

¹⁴⁷ MANFREDINI, Luiz. Fronteira em armas. *Revista Princípios*. Número avulso. Outubro/Novembro, 1987. p. 45-52.

família de João Saldanha. A referida descrição é diferente da apresentada anteriormente no material comemorativo de Pato Branco:

Na casa do farrapo (foragido da polícia) João Saldanha chegaram, de surpresa, oito dos melhores jagunços da Companhia Comercial e Agrícola do Paraná, liderados por Lourenço José da Silva, o Maringá. O colono evitou o confronto, escapou pelos fundos, junto com um filho de oito anos, internou-se no mato. Os jagunços encontraram a mulher e duas crianças de cinco e dois anos. A mulher, seveciaram-na os oito. Depois cortaram um seio, em seguida outro e, por fim, decapitaram-na. As crianças choravam e gritavam em volta da mãe que se esvaia em sangue. Os homens pilharam a casa e incendiaram-na. Um deles atirou na cabeça do menino de cinco anos, enquanto o outro lançou para o ar o menor, de dois anos, e Maringá o espetou com a adaga. O colono João Saldanha, metido no mato, a tudo assistiu. Perdeu a razão.¹⁴⁸

Luiz Manfredini, ao contrário dos outros materiais aqui analisados, caracteriza João Saldanha como foragido da polícia. Anteriormente, quem foi apresentado como foragido da polícia foram os “irmãos Bello e o argentino Robertinho”.¹⁴⁹ Outro ponto é que no artigo original de 1987 o autor apresenta em nota a caracterização de “farrapo”: “‘Farrapos’ eram foragidos da polícia que viviam asilados na fronteira. Corajosos, perspicazes, experientes, muitos deles ajudaram os colonos naquilo que, a partir de certo momento, mais lhes fazia falta: organização, especialmente organização com vistas a um confronto armado”.¹⁵⁰ Esta nota não aparece no material elaborado em 2010, talvez o objetivo deste material não fosse o de caracterizar o que é ou não é o “farrapo”, mas sim, apenas afirmar a presença destes elementos em 1957, com vistas a explicar a radicalização do levante atribuída a esses sujeitos.

Outra questão a ser explorada é a versão diferente sobre a morte da família Saldanha: o número de jagunços é outro, agora já são oito, além de outros pequenos detalhes que não condizem com a descrição do material comemorativo de Pato Branco.

Também destaco que Manfredini caracteriza o “farrapo” como aquilo que faltava aos colonos, que era uma organização para um “confronto armado”, tal consideração reforça o ponto já destacado anteriormente, em que o “farrapo” na Revolta é o que radicaliza o levante, ao mesmo nível dos jagunços. O que, ao mesmo tempo em que desmobiliza a luta dos colonos, ainda atribuiu o protagonismo a tais elementos.

¹⁴⁸ CADERNOS PARANÁ DA GENTE: N: 8, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Sonhos utopias e armas: As lutas que ajudaram a construir o Paraná*. Editora do Governo do Estado do Paraná, 2010. p. 97.

¹⁴⁹ DAMBROS, Vanderlei. LENOCH, Marta W. RAFAGNIN, Justino. *1957-1997, A Revolta dos Colonos: de olho no passado e pés no futuro*. Francisco Beltrão-PR: Grafit, Gráfica e Editora Ltda. 1997. p. 38.

¹⁵⁰ MANFREDINI, Luiz. Fronteira em armas. *Revista Princípios*. Número avulso. Outubro/Novembro, 1987. p. 52.

O artigo de Manfredini, tanto em sua versão de 1987 quanto a presente no material de 2010, apresenta novamente uma descrição em relação à morte da família de um “farrapo”: “As esperanças de uma solução pacífica, institucional, terminaram quando o farrapo que reagiu à ameaça dos jagunços foi amarrado, castrado, tendo sua mulher e duas filhas, de nove e 11 anos, estrupadas. A polícia nem inquérito abriu. Foi a gota d’água”.¹⁵¹ O presente trecho aparece no desenvolver do artigo, quando o autor descreve os acontecimentos que levaram aos levantes. Noto como esta descrição é muito similar à apresentada no material elaborado em 1997,¹⁵² que, como já foi apresentado, também destaca a morte da família de um “farrapo” como ponto fundamental para o desfecho da Revolta.

No material da Prefeitura de Pato Branco é a “trucidação da família de João Saldanha” que é apresentada como ocorrência que fez os colonos agir e tomar as cidades em levantes. Já no material de 1997 e neste de 87 reproduzido em 2010 não é a família de João Saldanha a gota “d’água” dos levantes, mas sim este último fragmento, em que destaca o ocorrido com a família de um “farrapo” apenas, sem caracterizar se essa família era a de Saldanha ou não.

Pelas semelhanças nas descrições, acredito que todas sejam somente de um acontecimento, tanto Manfredini, quanto os outros materiais, estejam se referindo ao assassinato da família Saldanha. Se assim for, confirma que a presença de elementos ditos “farrapos” na Revolta está associada à região de fronteira com a Argentina e a alguns eventos específicos, que aparecem em diferentes descrições dentro de variadas percepções acerca do levante na memória regional, perpetuada nos materiais até aqui analisados.

Essas diferentes versões também são percebidas em relação aos outros elementos identificados como “farrapos”. O autor procura definir o período anterior à reocupação gaúcha e catarinense – décadas de 1940 e 50 –, e destaca o item “Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná” com o objetivo de caracterizar essas regiões. Nesse sentido, Manfredini elabora uma descrição muito similar à apresentada anteriormente no livro organizado pela Assesoar de 1997:

¹⁵¹ CADERNOS PARANÁ DA GENTE: N: 8, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Sonhos utopias e armas: As lutas que ajudaram a construir o Paraná*. Editora do Governo do Estado do Paraná, 2010. p. 109.

¹⁵² DAMBROS, Vanderlei. LENOCH, Marta W. RAFAGNIN, Justino. *1957-1997, A Revolta dos Colonos: de olho no passado e pés no futuro*. Francisco Beltrão-PR: Grafit, Gráfica e Editora Ltda, 1997.

A região contestada era, verdadeiramente, uma terra de ninguém. À população mais antiga, nativa, somavam-se os ex-integrantes das tropas federalistas de Gumercindo Saraiva, ali estabelecidas após a derrota da revolução de 1895-93, desertores das polícias estaduais, foragidos da Justiça dos estados meridionais, negros e mulatos descendentes de escravos. Praticamente ignorados pelas administrações do Paraná e Santa Catarina, trabalhavam em posses, ou então como peões de latifúndios, agregados nas fazendas, tropeiros.¹⁵³

Observo como o autor se refere à “região contestada”, em referência à constante disputa das terras do sudoeste, e também enquanto uma referência direta à Guerra do Contestado ocorrida em Santa Catarina, e em parte do sudoeste do Paraná, a qual teve a presença de ex-federalistas. Mas nessa terra de “ninguém” novamente aparecem sujeitos, como a “população nativa”, indígenas, que no período, década de 1920 e 30, ainda viviam em grande expressão. Também se destaca, é claro, os foragidos da Justiça, negros e mulatos. Ou seja, apesar de apresentar a região como desabitada, aponta que além das ex-tropas federalistas existiam inúmeros outros grupos ali estabelecidos.

A presença de todos esses elementos pode ser admitida, sim, pois posseiros anteriores à extensa corrente migratória eram muito comuns na região, assim como possíveis aventureiros ou até sujeitos com alguma identificação com as tropas federalistas de Gumercindo Saraiva, apesar de já se considerar difícil em comparação à distância temporal. Mas, os objetivos parecem ser outros, obviamente pouco interessa quem são realmente esses ex-federalistas, se eles estavam de fato naquela região, tampouco se eles são os ditos “farrapos” de 1957. Acredito que o mais importante para Manfredini, bem como para os outros materiais até aqui analisados, é o sentido do “farrapo” na Revolta de 1957. Naturalmente, esses elementos não “brotariam da terra” para fazer sentido quando apresentados, precisam de uma contextualização, sendo uma das vias possíveis a partir da Revolução Federalista e do Contestado.

Mas Manfredini ainda apresenta em seu artigo algumas questões interessantes com relação à presença de “farrapos” no levante de 1957. Uma dessas questões, diz respeito a Pedro Santin. O autor traz uma caracterização da procedência deste, a qual não estaria relacionada a Revolução Federalista e ao Contestado:

A organização para um confronto armado, já que esta era a única alternativa para acabar com a espoliação e a violência. Para resolver tal problema crucial, eles foram buscar, em Sierra do Mico, na província argentina de Misiones, o farrapo Pedro Santin. Tratava-se de um ex-posseiro que se refugiara na Argentina e que vivia do contrabando de carne argentina para os

¹⁵³ CADERNOS PARANÁ DA GENTE: N: 8, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Sonhos utopias e armas: As lutas que ajudaram a construir o Paraná*. Editora do Governo do Estado do Paraná, 2010. p. 102.

açougues do sudoeste paranaense. Numa dessas viagens, foi assaltado por dez jagunços da Apucarana que queriam roubar suas reses. Era do que os colonos realmente precisavam.¹⁵⁴

Infelizmente, no artigo não existem referências desta descrição, mas o que se pode concluir é que “tratava-se de um ex-posseiro” que teria se refugiado na Argentina, assim, vivendo do contrabando “de carnes”, teria encontrado dificuldades junto aos interesses das companhias, o que teria contribuído para sua ajuda aos colonos. Desconheço qualquer descrição ou indicação da referida “Sierra do Mico, na província argentina de Misiones”. Mas, a partir desta definição, Pedro Santin aparece como um elemento “fora da lei”, pois estava refugiado. Assim, as definições de “farrapo” apresentadas anteriormente como “corajosos, perspicazes e experientes” apresentam-se para o objetivo dos colonos contra as companhias, notadamente observando aquilo que é apresentado em relação à figura de Santin, ele seria a radicalização que os colonos precisavam para o levante.

O autor também não esquece aqueles que foram identificados anteriormente como pertencentes ao grupo de Santin, que aqui aparecem como de outra procedência, mas que, aderiram à luta junto a Santin: “Também aderiram à luta os irmãos Bello, pistoleiros famosos no Rio Grande do Sul, agora agricultores no sudoeste do Paraná, e Robertinho, valentão argentino muito conhecido na fronteira e que vivia refugiado numa das ilhas do rio Iguazu”.¹⁵⁵ As características de valentia e perigo são atribuídas a esses elementos, como por exemplo o “viver refugiado em uma ilha”.

Os personagens descritos acima já foram aqui apresentados, e aquilo que mais difere na maioria dos casos é a procedência. Mas, a maioria das descrições dá conta de que eles também eram fora da lei, e característicos por serem conhecidos como valentões.

No desenvolver do trabalho, o autor apresenta mais alguns eventos em que Pedro Santin e seu grupo agiram, sempre exaltando sua figura: “Santin era pragmático. Numa das suas primeiras ações reuniu 11 colonos e atacou os escritórios da Apucarana em Lageado Grande”. Também exalta a participação deste “farrapo” na tomada e expulsão dos jagunços na cidade de Capanema, em setembro de 1957: “Ainda em setembro, Santin reuniu cerca de dois mil colonos para tomar Capanema, de onde expulsou as companhias e seus jagunços”.¹⁵⁶ Suas ações são apresentadas com destaque para o

¹⁵⁴ Id. Ibid., p. 109.

¹⁵⁵ Id. Ibid., p. 109.

¹⁵⁶ Id. Ibid., p. 109, 110.

desprendimento em agir, como um líder dos colonos, o qual seria necessário para o desfecho e a vitória.

A última caracterização relacionada a elementos identificados enquanto “farrapos” destacada por Manfredini é relacionada novamente à morte da família de João Saldanha, a qual teria motivado os levantes: “Dessa união surge a iniciativa de tomar as principais cidades do sudoeste. Foi decisão tomada logo após a matança da família do farrapo João Saldanha”.¹⁵⁷ A presente consideração, em comparação às demais apresentadas aqui, não traz nada de novo, apenas confirma o posicionamento do autor, o qual atribuía a morte da família de João Saldanha como o episódio que motivou a Revolta.

Desta forma, apesar de apresentar outra descrição sobre acontecimentos envolvendo a família de um “farrapo”, definida como a “gota d’água” para os levantes, destaca aqui que a decisão para tomar as cidades teria sido tomada após a morte da família de Saldanha. O que indica que essas versões da morte de uma família de um “farrapo” ou da família de João Saldanha é somente um acontecimento, o qual foi incorporado na região em diferentes versões, como o exposto nos materiais até aqui analisados.

Algumas interpretações presentes nos materiais apresentados acima possuem relação com o trabalho de Ruy Christovam Wachowicz, *Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização*. Em grande medida, na maioria deles se admite os “maragatos” na região, porém localizam os principais eventos da Revolta de 1957 como protagonizados por remanescentes “farrapos”. Apesar disto, cabe destacar que as versões se contradizem sobre os mesmos acontecimentos, como o caso da morte da família de João Saldanha. Cada um dos materiais apresenta uma versão diferente sobre este evento, o que demonstra a imprecisão do acontecido e os diferentes usos a partir de um acontecimento comum.

2.2- Análise historiográfica

Ao analisar como algumas historiografias apresentam estes “remanescentes” “farrapos” ou “maragatos” no contexto em questão, ou mesmo naquilo que antecede, destaco a conjuntura que insere estes sujeitos enquanto referência para o conflito de

¹⁵⁷ Id. *Ibid.*, p. 111.

1957. Inicialmente, apresento os conflitos ocorridos no Rio Grande do Sul e seus principais desdobramentos, dando ênfase para a dissolução de tais movimentos. Reflito essas historiografias observando-as como outra percepção, em oposição daquilo que os materiais comemorativos apresentam.

A primeira percepção é a narrativa de Ângelo Dourado, presente em sua obra, *Voluntários do Martírio*: narrativa da Revolução de 1893. Antes de iniciar a análise, cabe esclarecer que optei pelo recorte óbvio da Revolução Federalista de 1893 e não a Revolução Farroupilha (1835-1845), em razão da proximidade temporal 1893 para 1957. Assim, na Revolução Federalista temos a data mais próxima, em que se caracteriza um movimento, com sujeitos em que a caracterização de “maragato” ou “farrapo” possa fazer sentido.

Ângelo Dourado produz uma extensa narrativa, descrevendo o dia a dia das tropas separatistas de Gumercindo Saraiva. Em grande medida, aponta para os desdobramentos da Revolução Federalista a partir do lado (separatista), desde Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Sobre a passagem das tropas de Gumercindo pelo Paraná:

Acomodei os doentes em lanchas que vão a reboque, alguns deles bem graves. Houve ideia de deixá-los em Ponta Grossa, mas abandonar companheiros em um ponto de onde nunca mais eles poderão dar notícias de si aos seus no torrão onde nasceram e viveram obscuros, e onde saíram para só voltarem quando possam viver sem que a *legalidade* por capricho os mande degolar, sem crime, por qualquer bandido que de vivas à república, não é justo. Falei a Gumercindo que levá-los-ei até onde seja possível e ele concordou.¹⁵⁸

Neste trecho, em que localiza a passagem das tropas de Gumercindo pelo Paraná, essencialmente na região de Curitiba e parte dos campos gerais, torna nítida a constante baixa nas tropas, isso em grande medida em razão das precárias condições em que se encontravam. Mas, observo que “se cogitou deixar alguns doentes na região de Ponta Grossa”, ou seja, esta prática poderia ser recorrente. Mas, mesmo estando às tropas em difíceis condições, decidem levar esses doentes “até onde seja possível”.¹⁵⁹

Sem citar muitos nomes, Dourado não apresenta indícios no desenvolver da obra do abandono de tropas no Paraná. Como expressa claramente, o “levar até onde seja possível” indica que mais cedo ou mais tarde eles poderiam ser abandonados, e aí, sim,

¹⁵⁸ DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio*: Narrativa da Revolução de 1893. Ed. Fac-similada de 1896, apresentação da obra Sérgio da Costa Franco; coordenação Rodrigues Till. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1977. p. 201.

¹⁵⁹ Id. *Ibid.*, p. 201.

existiriam remanescentes diretos “maragatos” no Paraná, no fim do século XIX. Porém, mesmo assim, as tropas de Gumercindo passam muito distante da região que compreenderia o sudoeste do Paraná. Ou seja, é pouco provável um sobrevivente “maragato” viver no Paraná todo esse tempo e ainda participar do levante em 1957.

Neste sentido, analisando a percepção apresentada por Ângelo Dourado, é improvável relacionar esses elementos “farrapos” ou “maragatos”, que segundo os materiais comemorativos viviam no sudoeste do Paraná, aos movimentos ocorridos no Rio Grande do Sul. Também se descarta alguma relação das tropas de Gumercindo Saraiva com a caracterização de “farrapo” que os materiais comemorativos apresentam.

Mas, apresento um recorte mais próximo, o movimento do Contestado (1912-1916), que envolve os estados do Paraná e Santa Catarina, e teve importante contribuição de remanescentes federalistas ou “maragatos”.

Para analisar este movimento e a participação de remanescentes “maragatos”, apresento o trabalho de Paulo Pinheiro Machado, *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Neste trabalho, Machado expõe a complexidade do movimento que ficou conhecido como Guerra do Contestado. Para tanto, demonstra as diferentes origens de lideranças presentes, dentre elas aponta para ex-federalistas remanescentes dos conflitos ocorridos no Rio Grande do Sul. Assim, sobre a complexidade ou diversidade de elementos de diferentes origens que passam a fazer parte do conflito destaca:

A expectativa pela “volta” do monge (José Maria), além de provocar uma nova reunião de seu grupo inicialmente restrito de seguidores no ano seguinte, acabou por agregar diferentes segmentos sociais, como posseiros e sitiantes expulsos de suas terras, comunidades negras e caboclas do planalto, ervateiros, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, médios fazendeiros, antigas lideranças federalistas e opositores políticos dos coronéis de Curitiba, Canoinhas, Lages, Rio Negro, Timbó e União da Vitória.¹⁶⁰

Machado demonstra o cenário de expectativa pela “volta do monge José Maria”, que atrai a vinda de diferentes grupos. Dentre esses grupos, merecem destaque as ditas “antigas lideranças federalistas”, que aparecem em um contexto de intensificação da luta cabocla.

A partir deste contexto, é plausível a participação destas ex-lideranças. Isso em grande medida se justifica pelo desfecho do conflito no Rio Grande do Sul. Como fator importante também pode se destacar a atuação do Partido Federalista, que continua

¹⁶⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 25.

existindo até pelo menos 1930. Ou seja, ainda temos forte presença federalista no Sul do Brasil, com um partido ainda atuante e com lideranças e membros ainda presentes, no caso, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná.

A presença destes personagens em terras paranaenses e catarinenses é reforçada por Machado, quando recorda em seu trabalho que,

a instabilidade política do Rio Grande do Sul, principalmente nos períodos da Revolução Farroupilha (1835-1845) e da Revolução Federalista (1893-1895), estimulou a migração de fazendeiros e lavradores para o planalto catarinense. [...], Muitos antigos Farroupilhas decidiram ficar pelo Planalto.¹⁶¹

As informações fornecidas pelo autor são essenciais para a reflexão, principalmente se levarmos em consideração a dita “instabilidade política no Rio Grande do Sul”, nos períodos pós-revoluções. Que teria estimulado a migração de “fazendeiros” e “lavradores” para o planalto catarinense e paranaense.

De alguma forma, não se pode excluir a instabilidade política no Rio Grande do Sul, que estimula essas migrações para o Paraná e Santa Catarina. Ressalto, também, a presença de “fazendeiros”, que podem ser entendidos como pessoas de influência ou até coronéis, levando em consideração o período. Ou seja, podemos ter uma migração de ex-lideranças farroupilhas ou “maragatos” para essas regiões, o que justificaria a denominação dada à participação de ex-federalistas no Contestado. Mas, ainda não justifica a participação destes mesmos elementos na Revolta de 1957, no sudoeste do Paraná.

Machado, em outro momento, apresenta como fonte entrevistas. Um de seus depoentes, Antônio Fabrício das Neves, “afirmaria que sua família teria se formado de grupos de famílias e agregados de fazendeiros gaúchos”, que abandonaram o estado após o término da Revolução Federalista. Além disso, o depoente afirma que o próprio monge João Maria, teria afirmado que “no sertão de Palmas vocês terão tudo o que já têm aqui”.¹⁶² Ou seja, o autor apresenta mais elementos que confirmariam a presença de ex-federalistas na região de Palmas no Paraná, e é claro também no planalto catarinense, o que justifica a participação de pessoas com essa identificação na Guerra do Contestado.

Antes de encerrar a reflexão a partir da obra de Pinheiro Machado, aponto que, independente da presença ou não destes ex-federalistas no planalto catarinense e

¹⁶¹ Id. Ibid., p. 63.

¹⁶² Id. Ibid., p. 63.

paranaense, não pode ser ignorada a efetiva passagem das tropas federalistas pelo Paraná e por Santa Catarina, marcando muito a memória dessas regiões:

O movimento federalista marcou profundamente a memória da região. Alguns afirmam que serviu apenas para ensinar aos caboclos a degola e o arrebatamento de gado alheio, práticas que foram posteriormente adotadas pelos ‘fanáticos’ do Contestado. Mais que isto, o movimento federalista impôs forte resistência ao estabelecimento da nova ordem republicana, e seu relativo, embora passageiro, sucesso militar (com o domínio das principais cidades de Santa Catarina e de Curitiba) foi sempre lembrado pela população sertaneja.¹⁶³

Com estas considerações, chega-se a algumas conclusões a partir da hipótese inicial. Como primeiro ponto, os indícios que Machado apresenta a partir de sua extensa pesquisa é que realmente temos ex-federalistas no movimento do Contestado, se não diretamente, pelos menos temos pessoas identificadas como tais. Refletindo suas colocações, assim como levando em consideração a última citação, percebe-se a forte influência que o movimento federalista teve para a região. Ou seja, para além da simples presença ou não de ex-federalistas, deve-se levar em conta esta influência, que “marca profundamente a memória da região”, sendo o movimento sempre lembrado, no caso pela população sertaneja.

Neste sentido, a consideração de ser “sempre lembrado pela população sertaneja” expõe como a “memória da região” relacionada ao Contestado está diretamente relacionada aos maragatos ou federalistas. Assim, não se tem apenas uma memória destes federalistas no sentido de resistência, mas também relacionada à violência, ao “ensinar aos caboclos a degola e o arrebatamento do gado alheio”. Tais considerações vinculam também uma memória associada à violência ou às “concepções próprias de justiça”, questões que apareceram nos elementos apresentados como “farrapos” em 1957.¹⁶⁴

Nesta linha de raciocínio, recoloço o sudoeste do Paraná em foco. Levando em consideração essas influências na memória regional catarinense e paranaense, somada às fortes correntes migratórias oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, vindas para a região a partir da década de 1940, pode-se atribuir a essas “correntes”, essencialmente a catarinense, a influência na memória regional para a luta de pessoas com identificação de remanescentes “maragatos”. O que justificaria uma memória

¹⁶³ Id. Ibid., p. 90.

¹⁶⁴ Id. Ibid., p. 90.

regional marcada pela luta federalista, perpetuada a partir do Contestado, e que teria suas reminiscências no sudoeste do Paraná.

Independente destes remanescentes viverem ou não no Paraná antes de 1930 ou 40, a corrente migratória que aparece com mais força no sudoeste é em grande medida a gaúcha – principalmente na região de fronteira com a Argentina, local em que os “farrapos” são identificados. Nesse sentido, poderíamos ter remanescentes “farrapos” ou “maragatos” a partir destas correntes, que vieram direto para o Paraná. Mas, mesmo assim, ser remanescente direto “farrapo”, em consideração à distância temporal, é improvável, já para a identificação de “maragato” as possibilidades são mínimas.

Assim, observando a versão apresentada por Machado enquanto possibilidade de identificação, no Contestado, a partir desta, “memória da região”, pode-se associar a luta e a resistência dos federalistas, a qual poderia ser recolocada no Paraná. Excluindo essa possibilidade, a identificação dos “farrapos” – da Revolta – com outros movimentos ocorridos em Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul torna-se difícil.

De acordo com Pinheiro Machado, de qualquer forma, se temos alguma liderança vinda do Rio Grande do Sul no Contestado, elas são ex-lideranças federalistas. A participação de algum outro elemento com esta identificação era no máximo a partir de uma migração distante em razão de rixas e consequente insegurança.

Posto isso, redefino a reflexão. Após retornar aos movimentos ocorridos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, passo agora para a análise da historiografia paranaense. Mais precisamente, concentro-me no trabalho de Ruy Christovam Wachowicz, *Paraná, Sudoeste: Ocupação e colonização*. Vejo este trabalho como uma das principais percepções em relação aos “farrapos”, tendo em vista que seu texto é de 1985, um dos primeiros a trabalhar a região sudoeste do Paraná e a Revolta de 1957. Assim, aquilo que é reproduzido em seu texto é muito difundido. Inclusive muitas das versões apresentadas nos materiais comemorativos são cunhadas a partir deste trabalho.

Wachowicz produz um extenso trabalho, e é considerado por muitos uma referência sobre a ocupação do sudoeste do Paraná, ao mesmo tempo, é visto como memorialista, em vista as suas volumosas obras em que trabalha diferentes regiões do Paraná. No caso em questão, Wachowicz produz uma obra dividida em XI capítulos, nos quais, em mais de 300 páginas, trabalha diversas questões, desde fins do século XIX até a segunda metade do século XX. Neste contexto, tentei observar como este autor apresenta estes elementos “farrapos” ou “maragatos”, tanto no tocante à ocupação da região, quanto no conflito de 1957.

Neste sentido, o primeiro momento que seleciono para análise é o segundo capítulo, em que é apresentada a disputa de parte das terras que compreenderiam o sudoeste paranaense entre o Brasil e a Argentina. O capítulo é intitulado: “O ‘uti possidetis’ brasileiro na Questão de Palmas”, destacando com ênfase a decisão em favor do Brasil ajuizada pelo presidente dos Estados Unidos da América, Grover Stephen Cleveland. Neste item, Wachowicz já apresenta indivíduos considerados “criminosos” na região ainda no século XIX, conforme o ofício de Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá encaminhado ao presidente da província do Paraná:

Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá informava ao presidente da província que os ervais localizados nas margens do Uruguai, desde o lugar denominado Formigueiro até a campina de São Pedro (junto ao Campo Erê), estavam habitados por criminosos argentinos, uruguaios e brasileiros, bem como por escravos fugidos do Rio Grande do Sul e Paraná.¹⁶⁵

O ofício remete ao ano de 1881. Wachowicz ao apresentar este dado considera importante localizar elementos criminosos no sudoeste paranaense em fins do século XIX. Desta forma, a questão aqui não é se esses elementos existiam ou não, mas, considerar que o autor já caracteriza uma forte presença de foragidos ou “criminosos”. Desta forma, minha preocupação não é saber se esses elementos são os criminosos que à frente serão identificados como “farrapos”, mas, perceber em que sentido para seu texto é necessário atribuir sujeitos com esta identificação na região, já nesse período.

Na sequência do trabalho, é apresentada a “Estruturação da nova sociedade”, novamente ganha destaque a presença de criminosos em uma data ainda mais distante da anteriormente apresentada: “Essa população seria composta de fugitivos do serviço militar, intensificado na época, desertores já recrutados e criminosos fugidos da polícia”.¹⁶⁶ A presente descrição remete ao ano de 1869, ou seja, já temos uma pequena cronologia de foragidos na região. De acordo com Wachowicz, estes estariam presentes tanto em 1869 quanto em 1881.

A partir destas questões, analiso o capítulo IV, “Frente de exploração cabocla”. Aqui Wachowicz situa as décadas de 1900 a 1920, momento em que houve significativo aumento na população do sudoeste, principalmente em razão da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, que faz migrar a primeira leva de gaúchos para a região, gaúchos

¹⁶⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 43.

¹⁶⁶ Id. *Ibid.*, p. 57, 58.

esses conhecidos como luso-gaúchos. “Desta forma, de 1900 a 1920, a população do sudoeste passou de 3.000 habitantes para 6.000”.¹⁶⁷

Não se pode excluir essa primeira migração para o sudoeste do Paraná, pois, se havia instabilidade política no Rio Grande do Sul, isso impulsionaria a migração de indivíduos para regiões, no caso, para o planalto catarinense e sudoeste do Paraná. O autor é categórico com relação a esta questão, e afirma que a formação da região teve forte presença de “foragidos da justiça do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Corrientes, transformaram o sudoeste em verdadeiro couro de fugitivos da lei”.¹⁶⁸ O que afirma ainda mais sua caracterização da região enquanto refúgio de foragidos da justiça.

Ainda neste item, a Revolução de 1924-25 também teria sua contribuição para a migração não espontânea de indivíduos para a região: “Tal qual na época da revolução federalista, centenas de famílias gaúchas por rivalidades locais e para procurar segurança, migraram para Santa Catarina ou para o Paraná”.¹⁶⁹ Consideram-se esses elementos “foragidos da justiça” como desta procedência também.

A mesma caracterização é mantida no capítulo V, “Os caboclos e os “de origem”. “Os de origem” podem ser entendidos como indígenas: “No início do século XX, o sudoeste mantinha a imagem criada no século XIX. Era uma região de refúgio de bandidos, ou pelo menos dos fora da lei”.¹⁷⁰ A imagem aqui indicada por Wachowicz de região de refúgio ou de “fora da lei” parece ser muito mais uma imagem criada pelo próprio autor a partir da caracterização elaborada nos capítulos anteriores, do que uma realidade encontrada com tanta facilidade, ou vista com tanta hegemonia como é apresentada em seu trabalho.

Porém, os dados apresentados inúmeras vezes remetem a fontes orais ou oficiais. Nesses casos, suas fontes, em especial as orais, evidenciam que existiam alguns elementos com esta identificação, como acontece no momento em que o autor apresenta um dos vários relatos presentes em seu trabalho. O senhor Adelino Moreira Soares, morador do município de Itapejara do Oeste, teria relatado a migração de tais indivíduos: “alguém que matasse no Rio Grande do Sul, que fizesse *uma arte*, vinha refugiar-se no Paraná. Este estado era um *escape*, era sinônimo de *sertão*”.¹⁷¹ Tais

¹⁶⁷ Id. Ibid., p. 68.

¹⁶⁸ Id. Ibid., p. 69.

¹⁶⁹ Id. Ibid., p. 81.

¹⁷⁰ Id. Ibid., p. 103.

¹⁷¹ Id. Ibid., p. 109.

afirmações reforçam a caracterização que o autor elabora da região, que antes das 1940 e 50, a população era essencialmente cabocla e de elementos fora da lei.

No desenvolver do trabalho, Wachowicz apresenta outros elementos, que permitem caracterizar uma atribuição separatista ao sudoeste do Paraná. Para tanto, desenvolve seu raciocínio refletindo questões relacionadas ao separatismo desde a Revolução Federalista, Guerra do Contestado, e os movimentos separatistas presentes posteriormente na região, Território Federal do Iguaçu, e a Revolta de 1957 enquanto ligação para o separatismo presente no projeto do Estado do Iguaçu, na década de 1960.¹⁷²

A partir disto, apresento as atribuições de “farrapo” em seu trabalho. Wachowicz elabora em sentido lógico seu texto, nos capítulos IX, “O ‘grilo’ missões”, e X, “O levante dos posseiros”, trabalha o levante de 1957, enumerando os movimentos ocorridos no sudoeste do Paraná. Destaco neste momento como são apresentados os elementos “farrapos” na radicalização do movimento:

Assim como as companhias que foram recrutar seus jagunços no norte, os colonos procuraram defensores entre o elemento sulista que migrava para a região. Encontraram nos *farrapos* os elementos que necessitavam. *Farrapo* era a denominação local dos foragidos da lei acoitados no Baixo Iguaçu. Da localidade de Serra do Mico, da Província argentina de Misiones, trouxeram Pedro Santin. [...]. Na Argentina, Santin era conhecido por Pedro Capeletti. Os irmãos Bello, famosos pistoleiros do Rio Grande do Sul, agora agricultores no Sudoeste paranaense, Robertinho, famoso argentino que vivia refugiado numa ilha do rio Iguaçu, aderiram à causa dos colonos.¹⁷³

Wachowicz atribui ao “farrapo” o elemento que faltava aos colonos da região, caracterizando esse “*farrapo*” na maioria dos casos como aquele foragido da lei oriundo do Rio Grande do Sul. Além disso, o autor dá a entender que os colonos “recrutaram” os “farrapos”, indo até “Serra do Mico”, na Argentina, buscar Pedro Santin. Assim, chama atenção que a descrição desses indivíduos é similar a algumas encontradas nos materiais comemorativos, pois os elementos pertencentes ao grupo de Santin são sempre os mesmos, e aderem à luta espontaneamente, sendo que, provavelmente, elas são disseminadas a partir desta caracterização elaborada por Wachowicz.

Outro ponto a ser considerado é a denominação “foragidos da lei” ou “fora da lei”, um momento em que pode ser caracterizada a presença de foragidos da lei do Rio

¹⁷² Para maiores esclarecimentos sobre o Território Federal do Iguaçu e o Estado do Iguaçu indico: OLIVEIRA, Licério de. *Estado do Iguaçu – O regionalismo em questão*. Dissertação – mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1999. LOPES, Sérgio. *O Território Federal do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

¹⁷³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 215.

Grande do Sul, que migram para o Paraná e Santa Catarina com a denominação de ex-combatentes “maragatos”, é logo após a Revolução Federalista, ou seja, fim do século XIX e início do século XX. Posterior a esse período tal definição torna-se difícil.

Mas Wachowicz localiza esses sujeitos entre o “elemento sulista que migrava para a região”. Desta forma, para o autor, temos, na década de 1940 e 50, a migração de foragidos da justiça do Rio Grande do Sul, com identificação de “farrapo”, que teriam um ideal separatista enquanto identificação, o que é pouco provável, levando em consideração a distância temporal dos eventos ocorridos no Rio Grande do Sul e a Revolta de 1957. Além disso, esta versão se mostra ainda mais complexa, pois além de atribuir a esses “farrapos” como “fora da lei”, também os coloca entre o migrante sulista.

Ao continuar seu trabalho, o autor descreve a atuação desses sujeitos na região de fronteira, destacando os principais eventos organizados pelos mesmos. Apresenta ainda a radicalização do movimento:

A gota d’água que fez os colonos da fronteira perderem as esperanças foi o ocorrido com um colono que era fugitivo da polícia do Rio Grande do Sul, um *farrapo*, portanto. Este reagiu, ameaçando os jagunços. Por vingança, foi amarrado, castrado, sevciam sua esposa e mataram duas filhas, de 9 e 11 anos, com atos de estupro. A polícia nem inquérito abriu. Era comum os jagunços colocarem ferpas de madeira debaixo das unhas das crianças, para contarem onde o pai estava escondido.¹⁷⁴

A presente descrição é similar a algumas apresentadas anteriormente nos materiais comemorativos, o que demonstra que o trabalho de Wachowicz serviu de base para algumas delas, pois seu texto é de 1985, enquanto os materiais comemorativos são todos posteriores a esse período. Curiosamente, como é apresentado nos materiais anteriormente analisados, Wachowicz também apresenta outra versão, no caso sobre a morte da família de João Saldanha:

O caso que estarreceu a população do Sudoeste foi o ocorrido com a família João Saldanha. Este colono era um refugiado da polícia riograndense. Era um farrapo. Começou a sofrer pressão por parte dos jagunços para que pagasse e assinasse o contrato. Numa dessas oportunidades matou um jagunço a tiros e abateu o muar que lhe servia de montaria.

O colono Saldanha quando percebeu que sua casa estava sendo cercada, arrebentou uma táboa dos fundos da casa, pegou um filho de 8 anos e tentou fugir para o mato. Os jagunços atiraram nele e conseguiram atingir o garoto no pé. O pai pôs o filho nas costas e continuou fugindo, perseguido pelos jagunços. Em casa ficaram a mulher e duas crianças de 5 e 2 anos.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Id. Ibid., p. 219, 220.

¹⁷⁵ Id. Ibid., p. 238.

Esta citação é completada com o depoimento de Jacomo Trento.¹⁷⁶ Ao descrever o ocorrido, Jacomo recorda que a esposa e as crianças foram mortas com atos de crueldade, ou seja, temos um cenário similar ao apresentado anteriormente, apesar das descrições não serem iguais, a mulher e as duas crianças são mortas em ambas às descrições. O “farrapo” do primeiro caso “foi amarrado e castrado”, neste caso, João Saldanha foge para o mato com um filho. Além disso, anteriormente esse evento é caracterizado como “a gota d’água para os colonos da fronteira”, que os fez pedir ajuda a outros “farrapos”. Do mesmo modo, nesta descrição, Jacomo Trento encerra seu depoimento destacando que depois do ocorrido, “todo mundo então se movimentou”, ou seja, novamente aquilo que aconteceu é visto como uma espécie de “gota d’água” para a ação dos colonos.

Tais questões, como podemos perceber nos materiais anteriormente analisados, são interessantes, pois em alguns casos é o ocorrido com a família de João Saldanha que é visto como o motivador final para a ação dos colonos ou a “gota d’água”. Já em outros casos, é apenas o ocorrido com um “farrapo” e sua família, que teria levado a uma ação enfática por parte dos colonos. Conforme se nota, a imprecisão é grande.

Nas ações destes “farrapos” também são exaltadas características como valentia e bravura, as quais teriam motivado os colonos da região de fronteira a pedir ajuda a esses elementos, como é o caso do já mencionado e caracterizado “farrapo” Pedro Santin:

Esses excessos praticados em membros das famílias, levaram inevitavelmente os colonos a pedirem ajuda a um conhecido valentão da região que era Pedro Santin. Era um gaúcho que viera a Capanema, procedente de Concórdia (Santa Catarina). Santin era famoso por suas bravatas na região.¹⁷⁷

A presente descrição, apesar de não apresentar Santin como “farrapo” caracteriza-lo enquanto gaúcho, porém destaca sua procedência de Concórdia Santa Catarina. Outra questão é a ajuda que os colonos teriam solicitado a Santin, porém no parágrafo seguinte aponta que “Santin obrigava os colonos a participar de seu grupo, não havia escolha, tinham que colaborar à força”.¹⁷⁸ Noto como, no início Wachowicz

¹⁷⁶ Jacomo Trento, mais conhecido na região como “*Porto Alegre*”, foi um comerciante de Pato Branco, era muito conhecido e dizia-se que tinha grande estima perante os colonos daquela região. O conhecer a região bem, como sua fama, advém do seu trabalho como vendedor ambulante de rádios e outros produtos aos colonos.

¹⁷⁷ WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985. p. 220.

¹⁷⁸ Id. *Ibid.*, p. 220.

destaca que a ajuda foi solicitada pelos colonos a Santin, por outro lado, a seguir, destaca que ele obrigava os colonos a participar. Em essência, o que existe em comum em ambos os trechos é a exaltação deste elemento como “valentão”, e com concepções próprias de justiça.

O autor ainda apresenta a atuação de Santin na região de fronteira em outros momentos, destacando que o mesmo teria recrutado mais de 2.000 colonos em seu grupo, o que denota noções de liderança e popularidade perante os colonos. Desta forma, seu nome, nos acontecimentos de 1957, é apresentado até a morte de um sujeito conhecido como Antônio Borges, o qual teria sido assassinado por Santin em represália à morte de um compadre seu.

Depois deste caso, “Santin refugiou-se novamente na Argentina, onde estava sua família”.¹⁷⁹ Assim, este elemento radicaliza o movimento na região de fronteira. A maioria dos trechos apresentados até aqui, seja quando se referem a Santin ou a outros “farrapos”, estão relacionadas a noções de violência e radicalização do levante, o que considera que somente sujeitos identificados enquanto “farrapos” seriam capazes de tais ações.

Wachowicz, ao caracterizar a Revolta, também aponta certa importância para a participação destes elementos. Pois, além de estarem presentes nos desdobramentos que levariam aos levantes nas cidades da região, também sugere que no Rio Grande do Sul o “farrapo” era o fora da lei, o sujeito radical extremista, que precisou refugiar-se em outras regiões, e que só ele seria capaz de matar com a mesma competência que os jagunços faziam.

Percebo o trabalho de Ruy Christovam Wachowicz como uma percepção diferenciada, considerando-o como um expoente desta memória regional do “farrapo” no levante, que é perpetuada nos materiais comemorativos. A caracterização elaborada por Wachowicz representou, na maioria dos trabalhos aqui analisados, quem seria esse “farrapo” ou “maragato” nas comemorações da Revolta.

Neste sentido, recordo o conceito de identidade presente no trabalho de Kathryn Woodward, “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. Ao apresentar seu exemplo de sérvios e croatas na “antiga Iugoslávia”, destaca como a afirmação de identidades nacionais, além de ser marcada pela diferença, também pode ser relacional, pois possui uma “historicidade específica”: “Uma das formas pelas quais

¹⁷⁹ Id. Ibid., p. 226, 227.

as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”.¹⁸⁰

Posto isso, a caracterização elaborada por Wachowicz, apresentando em seu trabalho antes o Estado das Missões e o Território Federal do Iguaçu, para, posteriormente destacar o movimento dos colonos em 1957 e a participação de sujeitos com um ideal separatista, ganha autenticidade graças aos “antecedentes históricos”. Pois, assim como caracteriza Woodward em relação aos “sérvios, bósnios e croatas”, o reafirmar uma identidade “supostamente” perdida no “passado”, na memória regional do sudoeste paranaense, esse elemento “farrapo” teria características próprias e justificáveis ao contexto que se apresentava à região, o que não afirma apenas a presença do sujeito “radical extremista”, mas redireciona o protagonismo do levante.¹⁸¹

No contexto comemorativo regional, o “farrapo” radicaliza o levante e torna possível, junto ao migrante, o desenvolver da Revolta. Assim, a força do “farrapo” e as ações dos colonos fazem a Revolta, conforme expõe Iria Zononi Gomes, percebida aqui enquanto outra historiografia que considera esses aspectos:

O fato de a ação dos colonos, na fronteira, ser comandada por homens fora da lei, com uma concepção própria de justiça, significou uma forma de resistência com características próprias: emboscadas, tocaias e violência no mesmo nível da violência dos jagunços.¹⁸²

O fragmento acima é o mesmo presente em um dos materiais comemorativos já apresentados. É importante pensar justamente no conceito de identidade e diferença de Woodward, ao lado desta caracterização que atribui “características próprias” aos colonos comandados pelos “farrapos”, posto que para a autora “a identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença”.¹⁸³

Assim, a consideração de Gomes em atribuir características próprias aos homens fora da lei, demarca a diferença que esta identidade necessita para afirmar-se, ou seja, para afirmar o “farrapo” ou o “fora da lei” é necessário o colono ou o posseiro. Caso contrário, essa afirmação não faria sentido, pois o próprio colono seria esse sujeito radical. Assim, o que está em jogo nos materiais comemorativos ou nos próprios trabalhos de Wachowicz e Gomes não é apenas aquilo que é o “farrapo” ou quem é esse

¹⁸⁰ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Voz, 2000. p. 9, 11.

¹⁸¹ Id. *Ibid.*, p. 9, 11.

¹⁸² GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986. p. 75.

¹⁸³ WOODWARD, op. cit. p. 39, 40.

sujeito. Mas o demarcar sujeitos com tais atitudes entre os colonos, sendo que as várias versões ou as contradições sobre a ação destes sujeitos demonstram a forma como tais questões surgiram e são difundidas.

Nesse sentido, de minha hipótese inicial, que basicamente era tentar entender quem são os “farrapos” na Revolta dos colonos de 1957, destaco que, ao analisar estes materiais, percebi que a questão deveria ser redimensionada. Observei que não deveria questionar quem são esses sujeitos, mas sim, por que e para que objetivos eles são indicados em 1957? Tal questão apresentou objetivos claros, de acordo com cada produção, na apropriação da luta dos colonos.

2.3- “Farrapos”: identidade, separatismo e radicalização

Nas seções anteriores, apresentei como diferentes versões apresentam os elementos identificados enquanto “maragatos” ou “farrapos”, em alguns acontecimentos da Revolta de 1957 no sudoeste do estado do Paraná. Em um primeiro momento, localizei em materiais comemorativos de que forma alguns eventos são direcionados a sujeitos identificados como tais. Posteriormente, ao trabalhar algumas historiografias, apresentei como sujeitos com esta identificação ganham destaque, com atenção especial para o trabalho de Ruy Christovam Wachowicz.

Neste sentido, refletindo as questões até aqui apresentadas em fontes e no diálogo com algumas historiografias destaco o aporte teórico do conceito de identidade. Levo em consideração que o mesmo é importante para a compreensão das questões até aqui apresentadas, em vista ao ideal separatista para a região, com base no levante, e o “farrapo” enquanto protagonista da Revolta.

O conceito de identidade já foi apresentado anteriormente. O livro organizado por Tomaz Tadeu da Silva, *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*,¹⁸⁴ expõe o mesmo tema em uma percepção ímpar a partir da diferença. Em um dos artigos da obra, Woodward destaca que “a discussão sobre identidade sugere a emergência de novas posições e de novas identidades, produzidas, por exemplo, em circunstâncias econômicas e sociais cambiantes”.¹⁸⁵ Suas ponderações sugerem o

¹⁸⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000.

¹⁸⁵ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000. p. 19.

momento em que novas identidades são produzidas, fazendo atentar-nos para as “circunstâncias econômicas e sócias” de mudanças.

Assim, em 1957, no sudoeste paranaense, temos uma situação social “cambiante” ou de mudança, por outro lado, a identidade atribuída aos acontecimentos de 1957 é em grande medida apresentada nas décadas de 1980 e 90, quando as historiografias cunham as definições de “farrapo” e “maragato” e ambas são assim perpetuadas na memória regional. Desta forma, no contexto em que o movimento social acontece esses elementos são mais conhecidos como “fora da lei” ou com uma “concepção própria de justiça”.¹⁸⁶ Somente posteriormente, na historiografia a definição de “farrapo” ganha força, a qual faria sentido com objetivos comemorativos, e também de afirmação de um separatismo para a região.

Nas entrevistas deste projeto, após o entrevistado encerrar seu depoimento sobre sua trajetória de vida e não apresentar nada sobre os elementos “farrapos”, procurei pensar esses sujeitos nas memórias de meus entrevistados enquanto outra percepção. Exemplos desta questão foram identificados em entrevistas realizadas no município de Verê, local que teve acontecimentos significativos para o desfecho do levante de 1957.¹⁸⁷ Em depoimento oral concedido pelo agricultor Osvaldo Ferreira da Silva, em 20 de maio de 2013, questiono sobre a procedência de João Saldanha:

Entrevistador: Esse caso com a família do João Saldanha, quem é esse João Saldanha?

Osvaldo: O João Saldanha era um morador lá de Cotegipe [município de Francisco Beltrão], mas eu não conheci, só a gente escuto a notícia, que esse João Saldanha escapo no mato com o piá, com a bala no pé, saíram em Salto do Lontra e de Salto do Lontra pegaram ele e levaram a Pato Branco, quando chegaram em Pato Branco ele contou. Foram, mandaram uns investigadores, chegaram lá a casa tava queimada, acharam um piá amarrado na sogá e o outro dentro do poço e a mulher morta na berada do mato, eles mataram tudo. Só escapô o pai e o filho mais grande, escapô no mato, e ele saiu a pé até no Salto do Lontra, que naquele tempo tinha só umas bodeginha era tudo sertão. Foi aonde que ele saiu e foi a Pato Branco no hospital com piá, chegou lá e deu a Revolta.¹⁸⁸

Seu Osvaldo apresenta algumas questões interessantes, elabora uma descrição similar ao que já foi apresentado com relação à morte da família de João Saldanha e à

¹⁸⁶ GOMES, Iria Zononi. 1957: A Revolta dos Posseiros. Curitiba: Criar Edições, 1986.

¹⁸⁷ Dentre esses acontecimentos, destaco o assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro e o ataque ao escritório da Companhia agrícola Comercial em setembro de 1957, no qual dois colonos foram assassinados. Para mais esclarecimentos sobre esses eventos, ver: LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda. 1998.

¹⁸⁸ FERREIRA DA SILVA, Osvaldo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural, Linha Nossa Senhora da Salete, Verê/PR, 20 de maio de 2013, duração: 56 min. 2 seg. p. 10.

organização efetiva dos colonos a partir deste acontecimento. Porém, o reconhece apenas do “escutar notícia” como “um morador lá de Cotegipe”, não apresenta nenhuma identificação de “farrapo” para esse indivíduo. Além disso, localiza a procedência de João Saldanha como de Cotegipe, que é uma localidade do município de Francisco Beltrão e não da região de fronteira com a Argentina. Desta forma, decido questioná-lo diretamente:

Entrevistador: Esse João Saldanha, ouvi falar que ele era “farrapo” também [...]

Oswaldo: Não sei, ele era um homem de coragem, ele atacou os jagunços na estrada, ele e o irmão dele, e mataram os jagunços, uns dias antes, de certo eles não esperavam que vinha os outros.¹⁸⁹

A descrição apresenta-se como mais uma versão sobre a ação de João Saldanha e seu irmão. Mesmo com minha indicação, seu Oswaldo não define esse indivíduo como um “farrapo”, apenas responde negativamente, e simplesmente aponta que “ele era um homem de coragem”. Ou seja, a atribuição se existia em 1957, não era tão difundida, Saldanha era mais conhecido por sua coragem que por qualquer outra coisa. Coragem essa que pode ter levado algumas historiografias a considerá-lo um “farrapo”, em vista a outros objetivos, assim como pode ter sido reafirmada nos materiais comemorativos e vinculado a identificação de “homem de coragem” a esses elementos.

Em outro depoimento também no município de Verê, entrevistei o senhor Antonio Perardt, o qual apresenta outra versão. Perardt possui uma significativa experiência relacionada ao levante dos colonos. Hoje com 88 anos, em 1957 detinha uma significativa posse no município, o que contribuiu para que suas terras fossem constantemente cobradas pelas companhias através dos jagunços. Assim, o interroguei com relação aos acontecimentos relacionados aos “farrapos” e a morte da família de João Saldanha:

Entrevistador: E na fronteira, dizem que tinha uns farrapos, quem eram esses homens? O senhor ouviu falar?

Antonio: Não, lá morreu um monte, um monte não, 7, 8 colonos morreram lá, mataram.

Entrevistador: E como que foi aquela história que mataram a família de um colono [João Saldanha], espetaram a criança na [...]?

Antonio: Olha isso deu muito comentário depois, até hoje muitos fazem comentários, mas não é verídico. Na verdade eu sei muitas coisas assim que,

¹⁸⁹ Id. Ibid., p. 11.

era falado naquele tempo, matavam as crianças e não sei o que, acho que não aconteceu. Acho que não!¹⁹⁰

Como primeira consideração, merece destaque que seu Antonio não ouviu falar dos ditos “farrapos”, apenas recorda que a resistência na região de fronteira foi significativa, destacando os colonos mortos na Tocaia do Km 17. Mas, quando relaciono os acontecimentos sobre a morte da família Saldanha, seu Antonio logo identifica de que estou falando, e antes que eu conclua a frase, adianta que “isso deu muito comentário depois”, destacando que até hoje o assunto rende muitos comentários, mas assinala que “não é verídico”. Além disso, o entrevistado continua sua argumentação destacando que tinha muita coisa que “era falado naquele tempo”, mas que ele acha que não aconteceu, acrescentando ao final um “acho que não!”, com ênfase.¹⁹¹

As colocações de Antonio Perardt são ainda mais enfáticas em comparação às apresentas pelo senhor Osvaldo Ferreira da Silva. Ambos não reconhecem nenhuma identificação à atribuição “farrapo”, mesmo quando direciono a mesma especificamente à figura de João Saldanha, o mesmo é apenas reconhecido como um “homem de coragem” ou no caso de Antonio nem considera verídico aquilo que é atribuído aos “farrapos”. Desta forma, essas colocações demonstram como no nível em que é difundido pela historiografia ou nos materiais comemorativos esses sujeitos “farrapos”, não aparecem nas memórias desses entrevistados, ou, se aparecem, não ganham destaque com essa identificação, contrariando muitas das atribuições ou definições vistas até aqui.

Assim, retomo o conceito de identidade junto ao tema, refletindo a migração de sujeitos para o sudoeste do Paraná, considerando essa caracterização de foragidos da justiça, apresento outra versão possível para a presença destes “farrapos”. Woodward possibilita novas reflexões a partir deste conceito: “Seja por meio de movimentos religiosos, seja por meio do exclusivismo cultural, alguns grupos étnicos têm reagido à marginalização no interior das sociedades ‘hospedeiras’ pelo apelo a uma enérgica reafirmação de suas identidades de origem”.¹⁹²

¹⁹⁰ PERARDT, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano. Verê/Paraná, 3 de setembro de 2013, duração: 42 min. 8 seg.

¹⁹¹ Id. Ibid.

¹⁹² WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000. p. 22.

Deste modo, Pesavento destacou anteriormente o “farrapo” a partir da Revolução Farroupilha, apontando que para a historiografia tradicional o gaúcho ou o “farrapo” é assim visto: “aos seus principais vultos, converteram-se nos exemplos mais representativos da ‘raça’ gaúcha, tais como altivez, coragem, desprendimento”.¹⁹³

O que se apresenta em relação aos indivíduos identificados enquanto “farrapos”, é que são migrantes dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A chegada de pessoas com essa identificação na região, antes da ocupação intensiva nas décadas de 1940 e 50, junto à caracterização de “foragidos” os faz constituírem uma identidade. Recordo que não desconsidero que esses sujeitos pudessem, sim, se autodenominar “maragato” ou “farrapo”, o que se justificaria por um “apelo à reafirmação de suas identidades de origem”, mas, não do “farrapo” ou “maragato” presente no Rio Grande do Sul, mas sim, como afirma Wachowicz, de um sujeito foragido, que não tinha um vínculo de pertencimento a qualquer grupo, e assim poderia apropriar-se dessa atribuição.

Assim, esta percepção apresenta-se refletindo como a “raça gaúcha”, a coragem e o desprendimento que a historiografia tradicional gaúcha ressalta poderiam estar presentes nas ambições desses indivíduos, em vista à não identificação com grupos da região tais características os ajudariam a agir com liberdade, de acordo com seus interesses.

Quem expõe essa questão em um viés similar é Tomaz Tadeu da Silva, em dado momento, ao trabalhar questões do conceito de identidade e diferença, localiza o item “subvertendo e complicando a identidade”.¹⁹⁴ Neste sentido, destaca alguns pontos refletindo o conceito de fronteira e identidade:

Se o movimento entre fronteiras coloca em evidência a instabilidade da identidade, é nas próprias linhas de fronteira, nos limiares, nos interstícios, que sua precariedade se torna mais visível. Aqui, mais do que a partida ou a chegada, cruzar a fronteira, é estar ou permanecer na fronteira, que é o acontecimento crítico.¹⁹⁵

Para Silva, o “cruzar a fronteira” coloca em evidência a “instabilidade da identidade”, ou seja, somente quando saímos de nosso lugar de origem ou quando nos deslocamos de um lugar para outro é que a “instabilidade da identidade” se torna

¹⁹³ PESAVENTO. Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985. p. 8.

¹⁹⁴ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000. p. 86.

¹⁹⁵ Id. *Ibid.*, p. 89.

visível. Naturalmente, a chegada de indivíduos no sudoeste paranaense nas décadas de 1940 e 50, sem pertencimento aos grupos que ali estavam estabelecidos, ou os migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, apresenta um “acontecimento crítico”, que pode, conduzi-los a estabelecer uma nova identidade, notadamente do “farrapo” ou “maragato”. É perceptível que a discussão de fronteira aqui perpassa a noção de fronteira no sentido geográfico, apresentando-se também em sentido cultural.

A hipótese apresentada é apenas um raciocínio derivado da reflexão sobre o que a historiografia e os materiais comemorativos apresentam sobre a região. Esta ponderação leva em consideração a existência de indivíduos com esta identificação, bem como, considera a atuação dos mesmos como foragidos da justiça.

Woodward, ao trabalhar com mais ênfase como a diferença está marcada em relação à identidade, destaca a ordem social mantida por meio de “oposições binárias”. Desta forma, apresenta a produção de categorias em benefício de certo “cotrole social”, em uma divisão entre “locais e forasteiros”:

A classificação simbólica está, assim, intimamente relacionada à ordem social. Por exemplo, o criminoso é um “forasteiro” cuja transgressão o exclui da sociedade convencional, produzindo uma identidade que, por estar associada com a transgressão da lei, é vinculada ao perigo, sendo separada e marginalizada. A produção da identidade do “forasteiro” tem como referência a identidade do “habitante local”.¹⁹⁶

A autora apresenta que “uma identidade é sempre produzida em relação a outra”, ou seja, o “farrapo” que aqui também pode ser entendido como o “forasteiro” criminoso excluído da sociedade convencional pode ter, constituído essa identidade para si, frente, ao “habitante local”, o migrante gaúcho e catarinense, na maioria dos casos descendentes de imigrantes italianos e alemães. Assim, o forasteiro, entendido aqui enquanto “farrapo”, pode, ter atribuído uma identidade marginalizada associada à transgressão da lei, ao perigo, a qual a definição de “farrapo”, além de absorver tais características, ainda valorizava a “raça e coragem gaúcha”.

Tomaz Tadeu da Silva também trabalha o conceito de identidade a partir da diferença, ao caracterizar aquilo “que é e não é” a identidade e diferença. Aponta: “A identidade é simplesmente aquilo que se é: ‘sou brasileiro’, ‘sou negro’, ‘sou heterossexual’, ‘sou jovem’, ‘sou homem’. A identidade assim concebida parece ser

¹⁹⁶ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000. p. 46.

positividade (‘aquilo que sou’), uma característica independente, um ‘fato’ autônomo”.¹⁹⁷

Tais características reforçam aquilo que é a identidade, simplesmente aquilo que se é, uma característica independente, porém essa característica só faz sentido em razão da diferença, o “sou brasileiro” só faz sentido em oposição a “outros seres humanos que não são brasileiros”, da mesma forma ocorre com os outros exemplos apresentados, os quais só fazem sentido em razão da diferença. Assinala ainda que o mesmo ocorre com a diferença, dizer que “ela é chinesa” quer dizer que “ela não é japonesa”, não é brasileira e assim por diante, desta forma, o autor destaca que “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”.¹⁹⁸

Com essas definições retomo as características de “farrapo” já apresentadas. Para a historiografia, esse elemento é importante para diferenciar o levante em sua forma pacífica e radical, assim, a identidade “farrapa” só faz sentido porque existe o colono pacífico, que não seria capaz de agir como este. Ou seja, o “farrapo” não é o colono, também não é o jagunço, mas, um elemento diferenciado, com concepções próprias de justiça e fora da lei, que age em apoio aos colonos.

Em seguida Silva apresenta outra seção em seu trabalho. Nela pretende refletir o processo de “fixar e estabilizar a identidade”. Neste sentido, dentre as questões apresentadas, chamam atenção suas ponderações com relação aos “mitos fundadores” relacionados ao conceito de identidade:

“Mitos fundadores.” Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em que algum gesto, algum acontecimento, em geral heroico, épico, monumental, em geral iniciado ou executado por alguma figura “providencial”, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são “verdadeiros” ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e afetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia.¹⁹⁹

Relaciono esta questão dos “mitos fundadores” essencialmente aos elementos ditos “farrapos”. No levante de 1957, tanto nas fontes apresentadas, quanto para Wachowicz, o mito do “farrapo” faz sentido para atribuir a radicalização do movimento a esses elementos, ao mesmo tempo, tal narrativa ainda funciona como um ideal

¹⁹⁷ SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000. p. 74.

¹⁹⁸ Id. *Ibid.*, p. 75.

¹⁹⁹ Id. *Ibid.*, p. 85.

separatista para a região. Desta forma, tal como Silva apresenta, “pouco importa se os fatos narrados são verdadeiros”. No caso, pouco importa as diferentes versões sobre a morte da família do “farrapo” João Saldanha ou a morte da família de um “farrapo”, mas sim, o que importa é que este foi um evento importante na caracterização desses sujeitos, que possibilitou a afirmação de elementos “farrapos” na radicalização do levante.

Assim, o mito fundador do “farrapo” na Revolta remete “a um momento crucial do levante”, o qual não foi apenas cunhado na historiografia, mas remontado inúmeras vezes na memória regional, nas comemorações. Assim, o mesmo tem uma já apresentada dupla função, a qual concentra a radicalização do levante aos “farrapos”, ao mesmo tempo em que “garante uma certa estabilidade e fixação”, ao separatismo na região.

Chego a essas conclusões a partir de duas possibilidades reflexivas, uma primeira que admite o elemento “farrapo” ou “maragato” assim definidos em 1957. Nela considero as ponderações de identidade a partir da discussão que elaborei, percebendo o mesmo enquanto um “forasteiro” em oposição ao “habitante local”. Também percebo sua presença a partir de diferentes versões ou interpretações, atentando para a flexibilidade nas atribuições elaboradas para estes indivíduos.

A outra possibilidade considera tal atribuição em grande medida à historiografia, para a qual este elemento seria uma afirmação do levante em um ideal separatista, com o mesmo visto enquanto um sujeito extremista, que radicaliza a Revolta, em oposição ao colono pacífico que reconquista sua propriedade.

Assim, em todos os contornos elaborados neste texto estes sujeitos – “farrapos” – podem ser vistos a partir de dois aportes; um que admite uma autodenominação de “farrapo” em 1957, em um contexto de afirmação de identidade, e outro que considera os mesmos somente a partir da historiografia, que cunham tais definições com objetivos específicos.

Neste sentido, não chego a uma resposta clara para as questões indicadas no início deste capítulo. O que realmente pode ser verificado são distintas versões e apropriações acerca das definições de “farrapo” e “maragato” na Revolta de 1957. Minhas ponderações, apresentadas anteriormente, são apenas um pouco do que absorvi a partir de cada definição em relação aos mesmos sujeitos junto aos objetivos propostos. Assim, acredito que as considerações possam ser mais úteis para colocar uma questão em debate, do que propriamente chegar a uma conclusão definitiva sobre esses sujeitos.

A partir destas questões relembro quão importante e legítimo são os aspectos apresentados no próximo capítulo, no qual, pretendo expor os depoimentos orais a partir da singularidade de cada sujeito em oposição às apropriações e generalizações. Assim, considero como nas fontes orais o levante se apresenta de forma distinta do que foi visto até o momento, valorizando as experiências dos remanescentes do conflito e destacando o quanto suas experiências são importantes, em comparação as apropriações da luta pela terra, presentes em materiais comemorativos e historiografias.

CAPÍTULO III – OUTRAS MEMÓRIAS: A REVOLTA DE 1957 EM VERÊ/PR

A proposta deste capítulo difere no sentido metodológico das questões apresentadas anteriormente. O objetivo essencial é refletir sobre memórias da Revolta de 1957 – fundamentalmente a partir do município de Verê –, considerando de que forma os agentes deste movimento rememoram este período, tanto em relação a memórias felizes de vivências cotidianas em comunidade, quanto, de um período difícil, em que o litígio em torno da terra apresentava novas dinâmicas e desafios na conquista do espaço para viver.

Desta forma, a partir da metodologia da história oral, durante a pesquisa foram realizadas e analisadas 05 entrevistas no município de Verê. Também contei com outras 11 entrevistas do ano de 2011, das quais apenas três foram utilizadas neste trabalho. Essas entrevistas serviram de parâmetro para a reflexão que pretendo desenvolver, analisando como essas vivências se diferenciam daquilo que é apresentado sobre o levante em algumas historiografias, e também em comemorações. Ou seja, conforme exposto nos capítulos anteriores, existem diferentes versões ou grupos que reivindicam para si a luta de 1957, cada qual exalta figuras específicas, que se consolidam como ícones do movimento.

Neste sentido, meu objetivo aqui é outro. Desejo, ao apresentar os relatos orais, privilegiar a Revolta de 1957 a partir de sujeitos que até então não foram lembrados. Pretendo apresentar as experiências sociais no sentido qualitativo da fonte oral, demonstrando como no levante de 1957 as experiências de pessoas simples, sem vínculo com partidos políticos ou sem ser liderança urbana, também foram significativas para o desfecho da Revolta.

A partir disto, destaco como este capítulo se diferencia do anteriormente apresentado, pois se considera aqui a especificidade do depoimento oral, apresentando as experiências de sujeitos que viveram a instabilidade social daquele período. Ou seja, no capítulo II foi possível observar que nas efemérides comemorativas do levante e nas historiografias são atribuídos diferentes sentidos à conquista dos colonos, porém, em raros momentos, são privilegiados os sujeitos deste movimento, os quais, tentarei brevemente privilegiar a partir das experiências de remanescentes do conflito no município de Verê.

A metodologia da história oral foi de extrema importância na pesquisa. O método foi aplicado a partir da história oral temática, quando se sugeria aos entrevistados que fizessem um relato a partir da sua experiência de vida. Ou seja, apesar de trabalhar com a metodologia na perspectiva temática, sugeria uma descrição ampla de sua vida, percebendo a partir de então de que forma o conflito de 1957 ou a conquista da terra aparecem em suas memórias.

Porém, todas essas questões apresentadas, tanto no trabalho metodológico com a fonte, quanto na análise do relato a partir da definição conceitual de memória, devem ser consideradas a partir de referenciais teóricos específicos, os quais possibilitam o uso desta metodologia na produção do conhecimento histórico. Assim, antes de apresentar as fontes orais e inseri-las dentro da reflexão aqui proposta, apresento alguns aspectos teóricos relacionados à fonte oral, tanto no sentido metodológico, quanto no conceitual.

3.1- O uso da fonte oral como metodologia na história: aspectos teóricos

No trabalho com história oral, recorro à importância de refletir questões relacionadas à memória, levando em consideração que trabalhamos com a subjetividade. Assim, a memória individual que nos é apresentada tem uma subjetividade assumida, a quem obedece ao transmitir experiências. Ao trabalhar com fontes orais, o historiador deve comprometer-se a refletir sobre a memória em sua metodologia. Desta forma, é importante considerarmos as discussões relacionadas à memória, já que a mesma é a nossa matéria prima enquanto pesquisadores de história oral.

Assim, inicialmente, reflito sobre questões relacionadas às discussões da memória, perpassando aqueles autores considerados como grandes referenciais para a História, Henri Bergson e Maurice Halbwachs. Bergson e Halbwachs são os primeiros nessa discussão nas ciências humanas, posterior a eles temos outros que repensaram as noções de memória apresentadas por estes dois teóricos.

De Henri Bergson, para as discussões em relação à memória, é importante seu trabalho *Matéria e memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Bergson procura refletir sobre a relação da mente com o mundo exterior, centrando sua reflexão na relação entre a percepção (mente) e as ações do nosso cérebro. Desta forma, aconteceria a construção entre a materialidade do mundo e a percepção ou a mente.

Bergson diferencia “percepção” de “lembrança”, e destaca que sempre completamos a percepção com a lembrança, ou seja, não conseguimos produzir uma

percepção completa, mas, sim, somente com ajuda dos quadros fornecidos pela memória. Refletindo sobre essas questões com um exemplo mais prático, aponto que Bergson nos faz considerar que temos uma memória que “armazena tudo”, da mesma forma que temos uma consciência prática que decide aquilo que devemos lembrar ou conservar.

Para refletir sobre algumas questões, inicio com um exemplo de frase comum quando estabelecido o primeiro contato com um entrevistado. Em alguns casos o entrevistado afirma que “não tenho do que falar”, e enfatiza que “já nem lembra quase mais nada do passado”. Essa fala é uma das mais comuns ao estabelecer o primeiro contato com um entrevistado.

Ao me deparar com esta situação, logo recorro a vários mecanismos para incitar o entrevistado a conceder seu relato. Quando percebo que a entrevista não está “rendendo”, recorro a um método com que na maioria dos casos obtenho sucesso. Trata-se do uso de fotografias, interrogo se o entrevistado possui fotografias relacionadas ao tema, no caso a Revolta de 1957, ou mesmo de sua vida, e é neste momento que a maioria das minhas entrevistas “deslancha” para longas conversas recheadas de lembranças, em que o próprio entrevistado se surpreende em recordá-las novamente.

Como uma resposta para isso apenas apresento um trecho do trabalho de Bergson, em que considera a percepção junto às lembranças:

Na verdade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada. Na maioria das vezes, estas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais não retemos então mais que algumas indicações, simples “signos” destinados a nos trazerem à memória antigas imagens.²⁰⁰

Somente o destacar que “não há percepção que não esteja impregnada de lembranças” pode explicar o sucesso de minha experiência para com a memória dos entrevistados. Seu presente, ou sua percepção, está repleto de lembranças armazenadas, que são recordadas a partir do “link” que o cérebro estabelece com a fotografia. Elas trazem “milhares de detalhes de nossa experiência passada”, que fazem o personagem refletir não apenas a partir das lembranças, mas também do presente. A partir da leitura de Bergson, consigo visualizar o sucesso que tenho com essa metodologia, que explica

²⁰⁰ BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 22.

de que forma nossa percepção incitada por imagens reaviva lembranças antes distantes.²⁰¹

Obviamente, este é apenas um item do primeiro capítulo da obra de Bergson. Neste capítulo, procura abordar a seleção de imagens para a representação junto ao papel do corpo nesta ação. Assim, infere que “uma vez que a percepção pura nos dá o todo ou ao menos o essencial da matéria, uma vez que o restante vem da memória e se acrescenta à matéria, é preciso que a memória seja, em princípio, um poder absolutamente independente da matéria”.²⁰² Tais considerações sinalizam como o autor, considera em essência a percepção e a memória em relação à matéria ou ao “mundo exterior”. Assim, para Bergson a percepção nos dá a matéria, ou “o essencial”, o restante advém da memória e completaria a matéria ou o sentido que atribuímos a aquela realidade.

Em sentido diverso, a memória apresenta-se enquanto um meio totalmente independente da matéria, ou seja, o cérebro não representa o mundo. Através da memória de meus entrevistados, eles “reconstituem” o passado a partir dos quadros fornecidos pela memória no presente. Assim, a memória funciona como um instrumento de ação, quando elaboro um questionamento ao entrevistado, sua memória através da percepção do presente acrescenta-se à matéria, o que constitui suas lembranças a partir da ação de reconhecimento ou percepção na operação da memória e conseqüentemente reprodução.

Acredito que poderia discutir inúmeras questões somente a partir deste trecho de Bergson, assim como toda a sua obra possibilita várias reflexões a partir da problemática que pesquiso. Como exemplo, apenas cito o segundo capítulo, no qual apresenta elementos para pensar o reconhecimento das imagens através das funções ativadas no cérebro junto à memória. Suas ponderações são complexas e de extrema importância para pensar as funções do cérebro a partir da memória, assim, em dado momento, distingue duas formas de memória, uma que “imagina e outra que repete”.²⁰³ Esta distinção abrangeria uma memória por excelência – que seria a primeira – e a outra como um hábito constituído pela própria memória, o que não a constituiria propriamente como uma memória, mas sim como uma repetição.

²⁰¹ Id. Ibid., p. 30.

²⁰² Id. Ibid., p. 77.

²⁰³ Id. Ibid., p. 89.

Neste sentido, apresento esses aspectos trabalhados por Bergson como essenciais para a compreensão das pesquisas em relação ao cérebro e à memória, e por esse motivo qualifico o trabalho como uma referência a ser considerada pelos pesquisadores orais. Isso é claro considerando que a memória é a matéria prima de quem trabalha com história oral. Porém, deve-se ponderar que a teoria de Bergson não se resume ao exposto até aqui, *Matéria e memória* é apenas um dos seus trabalhos em relação ao tema, e, mesmo assim, apenas explorei alguns aspectos dos primeiros capítulos.

Mas abro espaço para outras discussões relacionadas à memória. Acredito que seja importante localizar algumas reflexões de Maurice Halbwachs em suas discussões com relação à memória.

Halbwachs trabalha a questão da memória enquanto reconstrução, já Bergson, trabalha a mesma enquanto construção. O raciocínio de Halbwachs reflete a recordação ou as lembranças a partir dos contextos sociais, assim suas reflexões relacionadas à memória inserem-se naquilo que ele denomina de “quadros sociais da memória”, ou seja, sua discussão não é somente a memória propriamente dita, mas também, o que dela deriva, ou, seus “quadros sociais”.

Nesta linha de raciocínio, cabe destacar seu trabalho, *A memória coletiva*, no qual traz algumas das suas discussões com relação à memória e ao esquecimento. Halbwachs considera que a memória individual se faz social ou coletivamente, defendendo uma articulação em que se coloca a memória coletiva e individual, entre o indivíduo e a sociedade. Ecléa Bosi, em seu trabalho, *Memória e sociedade. Lembranças de velhos*, em poucas páginas expressa o raciocínio deste autor, apontando que:

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.²⁰⁴

Esta perspectiva apresentada por Halbwachs de que toda a memória individual é coletiva e se constitui a partir do social, também foi explorada pelos trabalhos de Michael Pollak e Paul Ricoeur.²⁰⁵ Assim, não se pode negar sua contribuição para os

²⁰⁴ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 17.

²⁰⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989. POLLAK, Michael. Memória e identidade. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992. POLLAK, Michael. *Memória, olvido, silencio*: La producción

estudos com relação à memória, principalmente a partir deste “reconstruir ou repensar” da memória. Ou seja, em Bergson temos a memória em uma perspectiva de construção por meio da percepção e das questões psíquicas, já Halbwachs reflete a memória no social, a partir de uma memória coletiva, e ao mesmo tempo individual, enquanto reconstrução. Assim Alessandro Portelli pondera, “mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve ‘eu me lembro’”.²⁰⁶

Ou seja, Halbwachs mesmo atribuindo o sentido coletivo ou social à memória, “sempre escreve eu me lembro”, Portelli identifica em um pequeno trecho o sentido individual da memória ou das lembranças. O que ganha sentido aqui como uma observação de Portelli de que mesmo Halbwachs que credita a memória como coletiva se refere à mesma no sentido individual.

Para entender de forma mais clara como Halbwachs apresenta suas considerações em relação à memória, apresentarei alguns trechos de seu trabalho. A obra *A memória coletiva* é dividida em quatro capítulos, nos quais privilegia questões relacionadas à “memória coletiva e individual”, “memória coletiva e histórica”, “memória coletiva e o tempo”, e, por fim, a “memória coletiva e o espaço”. A partir disto, em um primeiro momento, apresento um pequeno trecho em que Halbwachs destaca alguns aspectos em relação às lembranças e o sentido social ou coletivo da memória:

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.²⁰⁷

Como primeiro aspecto, cabe destacar que para o autor nossas lembranças permanecem coletivas e são lembradas também pelos outros, mesmo que estivéssemos sós. Isso se justificaria porque para Halbwachs “nunca estamos sós”, mesmo que chegássemos a um local em que nunca estivemos antes, a construção elaborada por outras pessoas que já estiveram lá e também por imagens colaboram para as impressões e conclusões que formulamos sobre aquele local antes desconhecido. Ou seja, a tese de

social de indentidades frente a situaciones limite. La Plata/Buenos Aires: Al Margen, 2006. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

²⁰⁶ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 127.

²⁰⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 26.

Halbwachs é que mesmo estando a sós em um lugar nunca antes visitado, nossa memória pode ser coletiva, pois se relaciona com aquilo que vivemos antes daquele presente.

Tese similar a essa se aplica no item em que o autor trabalha “o esquecimento pelo desapareço de um grupo”, no qual condiciona o esquecimento ou a lembrança a partir dos laços estabelecidos com determinado grupo social. Assim, em um de seus exemplos cita como um professor e sua turma de alunos podem ter distintas formas de recordar acontecimentos vividos juntos. Em suma, o exemplo de Halbwachs é que o professor, depois de alguns anos sem ter contato com os seus antigos alunos, tende a esquecer nomes e acontecimentos vividos naquela turma, mantendo na memória apenas aqueles que considerou mais significativos. Ao mesmo tempo, os alunos, também com o passar do tempo, tendem a esquecer algumas experiências vividas nas aulas com aquele professor, com ressalva para aquelas mais significativas para si.²⁰⁸

Desta forma, assim como a memória se constituiria a partir do social ou das vivências em grupo, o esquecimento também aconteceria a partir do social ou, no caso, a partir do desapareço de determinado grupo social. Ou seja, nestes itens Halbwachs apresenta por meio de exemplos como a memória pode ser coletiva, tanto ao constituir-se através das lembranças quanto no esquecimento, no caso, por desapareço a determinado grupo social.

Mas para refletir sobre outras questões apresentadas pelo autor, e também relacionando os exemplos de Halbwachs com minha experiência no trabalho com fontes orais, destaco outro trecho, em que apresenta como age a memória no “quadro da lembrança”, a partir da relação do tempo ao enquadrar a lembrança:

Acontece também que não reconstituímos o quadro temporal senão depois que a lembrança foi restabelecida e então somos obrigados, a fim de localizar a data do acontecimento, dele examinar em detalhes todas as partes. Mesmo assim, já que a lembrança conserva os traços do período ao qual se reporta, este só foi lembrado talvez, porque havíamos vislumbrado esses traços, e pensado no tempo em que o acontecimento se realizou. A localização, aproximativa e muito imprecisa de início, definiu-se em seguida quando a lembrança estava presente.²⁰⁹

A consideração que o autor propõe neste ponto é a relação entre a lembrança e o quadro temporal, ou seja, para Halbwachs só restabelecemos o quadro temporal depois que estabelecemos o primeiro contato com o acontecimento através da lembrança. Desta

²⁰⁸ Id. Ibid., p. 29, 30 e 31.

²⁰⁹ Id. Ibid., p. 101.

forma, leva em consideração os traços do período a que se reporta. A partir disto, restabelece o quadro temporal em que o acontecimento se realizou. Em um exemplo mais prático, quando um dos meus entrevistados se recorda de sua infância, primeiro ele localiza onde morava, por exemplo, no Rio Grande do Sul ou no Paraná, posteriormente associa esta lembrança ao quadro temporal, ou seja, recorda o ano em que migrou para outra região, e aí pode concluir a data da infância a partir da lembrança de onde o acontecimento se realizou.

Tais considerações demonstram como o trabalho de Halbwachs foi importante para as reflexões relacionadas à memória. Mais do que isso, possibilita refletir como, ao trabalhar com história oral, devemos estar atentos aos movimentos da memória dos entrevistados, visto que a lembrança não se constitui apenas no presente, mas, como já observado por Bergson e Halbwachs, a partir de características específicas. Seja a partir de quadros sociais, a partir da coletividade ou mesmo enquanto construção.

As contribuições de Halbwachs são inúmeras, não só com relação às questões elencadas acima, mas também para refletir aspectos relacionados ao esquecimento. Conforme delineado, as discussões de memória na contemporaneidade incluem referenciais como Pollak e Ricoeur, assim recordo o sociólogo Michael Pollak, que possui trabalhos em relação à memória e identidade. Em alguns deles, apresenta o exemplo das fontes orais ao considerar a memória e o esquecimento.

Pollak em, “Memória, esquecimento, silêncio”, procura refletir o caráter problemático da memória coletiva nos dias atuais. Ou seja, temos aqui um questionamento à teoria de Halbwachs relacionada à memória coletiva. Neste sentido, Pollak procura pensar “numa inversão de perspectivas”, nas quais não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas, perceber como eles estão dotados de duração e estabilidade.

A partir deste contexto, é que apresenta a importância da história oral ou das fontes orais na análise dos excluídos e marginalizados ou das minorias, o que teria contribuído para a importância dessas “memórias subterrâneas”, que se opõe à memória oficial. Neste sentido, Pollak alerta que, apesar da história oral apresentar essas “memórias subterrâneas”, ao mesmo tempo elas afloram em momentos em que a memória esta em disputa. Assim, “os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”.²¹⁰

²¹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989. p. 3, 4.

As considerações de Pollak sintonizam com o objetivo inicial deste trabalho que, em essência, consistia em apresentar as vivências ou experiências dos remanescentes da Revolta de 1957. Obviamente, o interesse em trabalhar com as experiências destes sujeitos não advém do nada, ela nasce de uma vontade de apresentar as vivências do levante. Ou seja, a historiografia oficial sobre a Revolta já tinha apropriado nomes e eventos para o levante, nos quais os protagonistas da Revolta, na maioria das vezes, são minimizados.

Desta forma, conforme esclarece Pollak, temos uma memória em disputa ou em concorrência, sobre aquilo que merece ser lembrado ou comemorado sobre 1957. Com isso, deve-se levar em consideração essas “memórias subterrâneas”, a partir da história oral, em oposição à dita memória oficial. Ou seja, a necessidade de apresentar essas memórias somente surge porque ocorre a apropriação da luta dos colonos, caso contrário, provavelmente não haveria necessidade de trabalhar com o levante desta forma. Assim, temos um contexto em que a memória da Revolta está em disputa.

A partir destas considerações, retorno aos aspectos da memória. Pollak apresenta algumas considerações em relação ao trabalho de Halbwachs, e demonstra em algumas linhas de que forma percebe a questão da memória coletiva a partir de uma “inversão de perspectivas”, nas análises atuais sobre esse fenômeno:

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.²¹¹

Pollak acentua uma nova perspectiva, ao observar a memória coletiva apresentada por Halbwachs, a qual acentuaria o caráter opressor e uniformizador da memória coletiva nacional. Enquanto as memórias subterrâneas surgiriam em momentos de crise, de maneira quase imperceptível. Ou seja, temos uma inversão de perspectivas, em que a memória antes coletiva, agora se apresenta em disputa. Como já foi exposto, não se trata mais de considerar os fatos sociais como coisas, mas, de considerar como eles se tornam coisas.

A partir deste contexto, é que se inserem os novos objetos de pesquisa, que privilegiam esta memória em disputa. O que também – sob meu ponto de vista – não

²¹¹ Id. Ibid., p. 4.

deslegitima o trabalho de Halbwachs, o qual, posterior a Bergson, foi o primeiro a apresentar considerações em relação à memória e sua relação com o social ou o mundo exterior.

Em grande medida, o trabalho de Pollak apresenta inúmeras questões a serem consideradas sobre a memória, o esquecimento e também a identidade. Porém, neste momento apenas considero seu trabalho a partir destes pequenos trechos, em que recordou as considerações de Halbwachs e apresentou este novo conceito de “memórias subterrâneas”. Destaco ainda que no decorrer de “Memória, esquecimento, silêncio” Pollak acentua sua percepção em relação a estes conceitos, e sinaliza que as ponderações em relação a uma memória em disputa estão cada vez mais em voga, pois “múltiplas reivindicações” se apresentam no espaço público, o que possibilitaria o aparecimento dessas memórias subterrâneas.

Com isso, na sequência do trabalho, passarei a apresentar as vivências de meus entrevistados em relação a suas trajetórias de vida, percebendo como o conflito de 1957 aparece em meio às experiências narradas. Dentre as diversas questões analisadas, e que merecem destaque, apresentam-se as dificuldades sociais e econômicas em um contexto de instabilidade política. Deste modo, as memórias constituídas no presente, ao mesmo tempo em que destacam a conquista da terra e reconstroem aquele passado como um período difícil, também apresentam experiências felizes nas vivências comunitárias.

3.2- Vivências felizes em um “período difícil”: memórias do levante de 1957 no município de Verê/PR ²¹²

As entrevistas apresentadas neste item foram produzidas no município de Verê, e procuram apresentar experiências sociais tanto relacionadas à conquista da terra, enquanto um momento difícil de instabilidade política e social, bem como de vivências felizes em comunidade, nas quais prevalecem os valores de amizade e parentesco no superar das dificuldades e momentos de lazer.

Neste sentido, o recorte indicando essencialmente as memórias de remanescentes do município de Verê, se dá pela proximidade social que tenho com esses sujeitos. Como filho da terra, e conhecendo desde muito cedo as vivências de

²¹² Parte deste item foi apresentado e publicado no “VII Encontro Regional Sul de História Oral”, no ano de 2013.

muitas pessoas que participaram da Revolta – somada a pouca relevância que o município ganha na historiografia –, optei por apresentar as memórias de Verê.

Desta forma, o objetivo aqui não é desqualificar ou ignorar a Revolta nos outros municípios da região sudoeste do Paraná, tampouco supervalorizar o levante somente a partir das memórias aqui apresentadas como pertencentes ao todo. Em sentido diverso, decidi privilegiar as memórias de Verê demonstrando a diversidade e amplitude que a Revolta de 1957 teve nessa região, ao ponto de possibilitar à historiografia observar de diferentes perspectivas um movimento social, que tinha como objetivo comum a conquista da terra.

Em um primeiro momento, as entrevistas analisadas são de dois personagens que vivenciaram os acontecimentos de 1957. Osvaldo Ferreira da Silva e Inês Moraes Guandalin são migrantes do estado de Santa Catarina. Dentre as diversas questões analisadas, e que merecem destaque, apresentam-se as dificuldades sociais e econômicas em um contexto de instabilidade política. Deste modo, as memórias constituídas no presente ao mesmo tempo em que destacam a conquista da terra e reconstroem aquele passado como um período difícil, também apresentam experiências felizes nas vivências comunitárias. Assim, noto como as memórias de dona Inês apresentam vivências felizes, em um período “difícil”, ao mesmo tempo em que seu Osvaldo pouco traz dessas características, destacando as dificuldades na conquista da terra.

Osvaldo é natural de Lindóia, município de Concórdia, Santa Catarina, nasceu no dia 12 de junho de 1940, está hoje com 74 anos, reside no município de Verê-Pr desde o ano de 1956, quando, aos 16 anos, sua família migra de Santa Catarina para o Paraná.

O depoimento de Osvaldo é constantemente relacionado com referência ao conflito de 1957, suas memórias estão voltadas a aquilo que ele imagina ser o meu objetivo na entrevista. Percebo que suas respostas são direcionadas ao conflito, mesmo quando questiono sobre suas vivências em Concórdia, Osvaldo opta por não falar muito. Apesar disso, interrogo como foi migrar para a região:

[...] nós viemos com a família inteira, viemos, no tempo das companhias que chegemos ai. Naquele, as companhias começaram no fim do ano, eu acho,

mês de setembro em diante e nós chegamos dia 20 de junho ali na Barra Verde [comunidade rural do município de Verê]. O pai comprou ali.²¹³

O presente trecho demonstra a preocupação do entrevistado em localizar a migração de sua família para a região em um momento de instabilidade social. Suas memórias são apresentadas com referência ao pai, o qual decide migrar no intuito de conseguir um solo mais fértil para cultivo, o que fica claro ao demonstrar a preocupação para com o plantio ao chegar à região:

Quando nós chegamos aqui era roça de mato, tinha desmatado uns três alqueires, que plantemos trigo naquele ano, chegamos ali ainda plantemos trigo. Chegamos dia 20 de junho e semeamos duas bolsas de trigo e depois fizemos roça de mato, naquela época.²¹⁴

Oswaldo demarca as principais dificuldades encontradas na região para além do litígio da terra. Além do plantio, quando questiono “como era a região quando chegou” também caracteriza as péssimas condições de acesso à localidade onde sua família fora residir. “A região era meio difícil, fazer estrada, derrubar mato ou limpar”.²¹⁵ Ainda aponta para a necessidade dos próprios moradores em fazer estradas:

Fizemo estrada, a serra ali foi nós que fizemos, [referindo-se a uma serra, localizada na estrada que dá acesso a sua residência à cidade de Verê] detonemos ai uns, parece que 14 dinamites nas pedras e abrimos a estrada, daí subia carroça. Ai os outros moradores aqui de cima ajudaram nós, o Afonso Estanger, o véio Casol veio ajudar, que ficava mais perto pra eles sair pro planalto.²¹⁶

Apesar de ser sucinto em considerações relacionadas a esta questão, neste trecho destaco as vivências comunitárias. Oswaldo apresenta constantemente o viver em comunidade, e o quanto a ausência do Estado era suprida com os laços estabelecidos entre os moradores de comunidades próximas ou da mesma comunidade. O entrevistado apresenta nessas vivências a importância da ajuda mútua, destacando que todos se ajudavam na medida do possível, assim, seu depoimento é caracterizado como um período difícil não apenas quando destaca os acontecimentos envolvendo a questão agrária, mas também nas diversas situações enfrentadas no dia a dia. Quase ao fim da entrevista interrogo novamente: “como é que era viver aquele período?”. E com ênfase

²¹³ FERREIRA DA SILVA, Oswaldo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural, Linha Nossa Senhora da Salete, Verê/PR, 20 de maio de 2013, duração: 56 min. 2 seg. p. 2.

²¹⁴ Id. Ibid., p. 3.

²¹⁵ Id. Ibid., p. 3.

²¹⁶ Id. Ibid., p. 3.

seu Osvaldo assinala: “Era... tinha que trabalhar!”.²¹⁷ Ou seja, optou por não falar novamente dos acontecimentos de 1957, e caracterizou o período vivenciado como “difícil” no trabalho diário, para além do litígio da terra.

Conforme apresentado, o depoimento se caracteriza por seu constante direcionar aos acontecimentos envolvendo o litígio da terra. Isso em grande medida por suas respostas em relação à “chegada à região” e às “vivências comunitárias” serem mais sucintas, ao passo que quando interrogado em relação aos episódios de 1957, seu depoimento se prolonga para longos relatos.

Ou seja, apesar de caracterizar o período como “difícil” e de muito trabalho no dia a dia, tanto na lida com a terra quanto nos meios de locomoção e acesso a comunidades vizinhas e lavouras. É para com os eventos de 1957 que dedica quase todos os seus relatos, com longos trechos em que minha presença na entrevista fica minimizada. Percebo esta questão ligada ao fato de mesmo antes de estabelecermos o primeiro contato, na pré-entrevista, seu Osvaldo já tinha conhecimento de minha pesquisa sobre a Revolta. Assim, observou com surpresa ao saber que minha entrevista seria sobre suas vivências no campo e, é claro, também sobre o levante.

Assim, apresento a importância que a conquista da terra e as dificuldades deste processo tiveram para o entrevistado. Pois quando questiono “como foi a questão da terra em 1957?”, pouco interfiro, e noto o quanto isso foi marcante em sua trajetória e de sua família:

É em 56 pra 57 foi a questão da terra. Que as companhias se estalaram no Verê foi eu acho que setembro de 56 e daí elas ficaram de posse das terras, a gente era posseiro, faziam os colonos requerer a terra naquela época. O pai requereu a terra ali e deu 3 mil reais naquele tempo, que tinha sobrado que tinha trazido, pra companhias, em sinal de negócio, que eles exigiam um pouco de dinheiro, pra muitos eles não exigiam, aí o pai ofereceu daí eles fizeram o preço fixo, fizeram contrato e... O pai deu o dinheiro pra eles não incomodá mais.²¹⁸

Neste fragmento merece destaque o reconhecimento de seu Osvaldo enquanto colono posseiro, e que nesta situação são “obrigados” a “requerer a terra”. Apresenta esse requerer como pagar certa quantia em dinheiro para as companhias, e que seu pai teria pago a importância de 3 mil reais para “eles não incomodá mais”.

Além das questões elencadas acima, quando Osvaldo descreve os acontecimentos de 1956 e 1957, também faz transparecer o clima de instabilidade, o

²¹⁷ Id. Ibid., p. 12.

²¹⁸ Id. Ibid., p. 5.

qual era amenizado nas vivências em comunidade fundamentadas na ajuda mútua. Isso acontece no momento em que apresenta o apoio de um colono conhecido como “Vasco”. Ele teria auxiliado seu irmão Júlio quando este estava doente, além disso, teria alertado para os perigos da instabilidade política e social:

O que apoiô os colonos, que apoiava era o falecido Pedrinho e o Vasco, um que tinha uma camioneta, aquele Vasco, aquele alemão, depois logo foi embora, que mataram o falecido Pedrinho. Até ele foi levar o Júlio que tinha uma inflamação em uma perna, daí o pai disse: “vamos levar no doutor Walter em Beltrão”, diz: [vasco] “oia seu Ernesto lá é perigoso, não posso ir com a camioneta lá, eles me conhecem”. Ele tava com medo, o Vasco aquele. Não tinham matado o falecido Pedrinho ainda, mataram no outro dia, daí disse: “vamos a Pato Branco”, e o pai foi pra Pato Branco, ele quis ir, levô o Júlio no hospital em Pato Branco, daí o pai tava com o Júlio no hospital e soube que tinham matado o falecido Pedrinho no outro dia, e o pai foi lá na câmara de vereadores onde é que tavam velando ele, o pai foi lá vê o corpo dele. Foi no velório, o pai tava lá em Pato Branco.²¹⁹

Neste trecho, a realidade vivida pela família de Osvaldo entrelaça-se a um importante momento da Revolta. Além disso, ganha destaque o reconhecimento que o “falecido” vereador Pedrinho Barbeiro tinha para com os colonos, e o quanto os mesmos o viam como um representante. Mas, mais do que o reconhecimento do vereador, Osvaldo destaca o apoio de um nome oculto, que após o assassinato de Pedrinho Barbeiro abandona a região, o “Vasco”, “aquele alemão”, como o caracteriza, um homem de confiança dos colonos, e que aconselha corretamente seu pai a levar Júlio até Pato Branco, e não a Francisco Beltrão.

Passo agora a apresentar o depoimento da senhora Inês Moraes Guandalin, natural de Criciúma, Santa Catarina, dona Inês é professora aposentada, e na década de 50 vivenciou enquanto educadora a Revolta. Sua entrevista foi realizada no ano de 2011, como parte do Projeto *Memórias da Terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. A entrevista foi realizada pela equipe do projeto, que naquele dia, além da minha presença, também contava com a acadêmica Francieli Pinheiro e o professor Paulo José Koling. Dona Inês tem uma rica experiência também associada a seu falecido marido, senhor Jardelino Guandalin, que havia participado dos eventos de 1957, e tinha uma amizade muito próxima com o vereador Pedrinho Barbeiro.

Início a reflexão do depoimento apresentando algumas características percebidas durante a produção. Dona Inês expõe muitas vivências felizes, principalmente associadas a seu falecido marido. Sua entrevista fica muito caracterizada por isso,

²¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 8.

quando relata momentos como sua infância, momentos vividos em família ou mesmo de quando conheceu seu falecido marido. Sempre apresentava um semblante feliz, na maioria das vezes descrevendo em meio a sorrisos. Por outro lado, quando relata acontecimentos relacionados ao levante é mais sucinta, e apresenta um olhar mais triste, com um semblante sério, como se estivesse vivendo novamente o acontecido.

Nessa linha de argumentação, dona Inês, em um dos momentos mais felizes de seu depoimento, relata como conheceu seu marido, apresentando com muito bom humor e uma visível emoção uma memória feliz vivida em um período que ela também caracteriza como difícil. Assim, quando indagada “como conheceu seu marido?”, responde:

Ah eu conheci numa festa lá perto da casa deles, nós tava passeando por lá, mas naquela época não deu o namoro. Naquela época só conversamos numa festa, pra lá e pra cá, porque onde se encontrava era assim, numa festa, passear: “vamos passear? Então ta vamos passear...” passeava, conversava deu, deu, não deu não deu. Ai não deu nada, ele foi embora pra [...].²²⁰

Dona Inês acrescenta que, além das conversas dominicais “depois da missa”, também encontravam seus namorados ou futuros pretendentes em raras festas comunitárias, em que os namoros iniciavam-se com o “passear”. Deste modo, apresenta que em uma dessas festas conheceu seu Jardelino, seu futuro marido, porém após um primeiro encontro seu pretendente viaja para Santa Catarina.

Noto que Inês mostra-se muito espontânea ao revelar suas memórias. Quando lhe é dirigida a questão “quem propôs o namoro?”, decide contar o momento em que seu Jardelino retorna para Verê, possibilitando o início do relacionamento:

Mas eu vou contá essa história é muito bonita. [risos!] Nem quero lembrar [cochicha somente para si, rindo]. Ele foi embora pra Santa Catarina, ficou um ano e seis meses pra lá, e quando ele voltou, foi no dia da primeira crisma aqui no Verê, da paróquia de Verê, que deu a primeira crisma que veio o bispo crismá, o pessoal que vieram de Dois Vizinhos, de tudo que for recanto porque era aqui a crisma que ia ter, e em outras localidades não ia ter durante o ano, então veio. E nós nos encontramos, quando eu ia descendo na rua, eu e uma amiga minha, as outras que tavam numa sombra ali do antigo Sindicato elas disseram: “olha lá teu Néli”, porque o apelido dele era Néli. Eu olhei, ele tava na janela da casa da irmã dele lá, e deu aquele sorriso!. E eu sabia que ele ia casar em maio, e era agosto já, eu disse: “Mas cale a boca infames que ele ta casado!”, e ele olhando pra nós e rindo, e digo: “agora ta fazendo gozação de mim, que tristeza!”, pensei [risos], e não era casado não, desceu de lá, a minha amiga que tava junto comigo, fez sinal pra ele desce, mas por causa dela. Porque ela já tinha sido paquera dele, e ele não veio procurá ela,

²²⁰ GUANDALIN, Inês Moraes. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Perímetro urbano. Verê/Paraná: 21 de maio de 2011, duração: 74 min. 49 seg. p. 13.

foi procurar eu, e nós fomos lá paremos numa sombra e eu mandava ela olhá pra trás vê se eles vinham vindo, porque eu não queria olhá. Ela disse: “vem vindo, eles vem vindo”, chegamos lá naquela sombra, ela ficou, eu fiquei na sombra de uma casa era um açougue, ela na sombra de uma árvore mais do lado. Aí ele chegou e foi lá onde eu tava, e o outro que tava um “boca mole” foi lá com ela, foi a maior tristeza [risos!] pra ela. Daí nós começamos e continuamos até casar.²²¹

Dona Inês nos revela uma memória muito pessoal, recorda detalhes de como seu relacionamento com seu Jardelino teve início. Assim, também apresenta como acontecia a vida social no encontro com “as amigas” e os “namoros”, sempre ligados à vida religiosa das comunidades. No caso, tanto quando conheceu seu Jardelino, quanto quando inicia o namoro, ambos acontecem em eventos relacionados à igreja católica, que têm forte presença no município. Também vejo o apresentar uma memória tão pessoal ligada ao recente falecimento de seu Jardelino em 2009, percebo que durante toda a entrevista recorda seu marido, e que sua ausência ainda estava muito presente no seu dia a dia.

Neste sentido, pode-se considerar que o relato acima provavelmente não seria revelado se seu esposo ainda estivesse vivo. A ausência de seu Jardelino, e o forte sentimento entre eles, a fez refletir sobre aquilo que vivenciaram mesmo antes do depoimento. Neste intervalo entre a perda de seu marido e a entrevista, possivelmente sua memória relacionada a momentos felizes junto a ele já havia retornado inúmeras vezes ao momento em que se conheceram. Deste modo, seu depoimento, no contexto em que é apresentado, não é apenas um recordar a partir do contexto sugerido pelos entrevistadores, mas, um recordar recente, em que sua memória recente a faz refletir sobre momentos felizes e tristes vividos por ela e seu esposo.

Ainda refletindo o depoimento de dona Inês, quando trabalhamos questões relacionadas a 1957, suas recordações são mais sucintas, ou pelo menos não se atêm muito ao levante. Sempre que lhe era dirigida uma questão sobre o levante dos colonos no município de Verê, descrevia com receio e era muito sucinta:

Entrevistador: A senhora lembra de algum conflito que teve entre os funcionários da CITLA?

Inês: Não, não dessa parte.

Entrevistador: Mandavam cobrar dos colonos, eles queriam vender e cobrar de novo e cobrar bastante?

Inês: Não. Não tive conhecimento dessa parte.²²²

²²¹ Id. Ibid., p. 13, 14.

²²² Id. Ibid., p. 18.

É perceptível que ao mesmo tempo em que a entrevistada demonstra ter muitas memórias da década de 50, tanto com relação às experiências comunitárias, conforme descrito, ao conhecer seu marido, período de namoro, noivado e casamento, também, em inúmeros outros momentos em que relata suas vivências com seu pai, o qual igualmente apresenta uma relação afetiva muito próxima. Expõe poucas memórias, ou pelo menos não as revela em detalhes, relacionadas ao levante, apenas responde às indagações de forma sucinta, ou, quando não discorda, apenas afirma que não tem “conhecimento”, pelo menos “dessa parte”.

Por outro lado, conhecendo a proximidade que seu falecido marido tinha com o vereador Pedrinho Barbeiro, questionamos sobre os acontecimentos envolvendo o mesmo. Com isso, dona Inês destaca um depoimento com mais detalhes:

Porque, que ele foi assassinado, porque ele defendia os colonos. Defendia os colonos desses que tavam querendo medir e cobrar e não, e ele dizia que não era legal. Então ele ajudava os colonos. Esclarecia pros colonos que não era, que isso ali não era verdade. Era uma força, porque os colonos também não entendiam sabe se é ou não é, e ele como tinha esclarecimento, ele esclarecia para os colonos que não era verdade essa, ele ajudava e combatia.²²³

O presente trecho é apresentado após a questão de “por que o vereador Pedrinho foi assassinado”. O que mais chama atenção é que a entrevistada, neste momento, apresentava expressões sérias, ao mesmo tempo em que trazia características exaltando a figura do vereador assassinado como uma “força” para os colonos. Assim como apresentou seu Osvaldo, novamente o vereador Pedro José da Silva é visto como uma referência para os colonos do município de Verê, como aquele que “esclarecia pros colonos que isso ali não era verdade”. Isso explica por meio de memórias de pessoas simples que não participaram diretamente dos acontecimentos do levante como a figura do vereador foi uma referência para os colonos de Verê.

Merece destaque como memórias de agentes simples, como seu Osvaldo e dona Inês, possuem lembranças recheadas de significados e emoções, apresentadas com espontaneidade. Assim, o recordar a Revolta ou os acontecimentos da década de 50 não é apenas o repensar os acontecimentos do levante, mas, o recordar a partir das vivências ou experiências sociais vividas por cada indivíduo, ou seja, dona Inês e seu Osvaldo não relembram apenas a morte do Pedrinho Barbeiro em um contexto de luta pela terra, mas, o reflexo direto deste assassinato em suas vidas cotidianas.

²²³ Id. Ibid., p. 18.

Considerar suas trajetórias de vida visualizando o conflito como um evento dentro dela, difere do considerar o conflito e seu significado para sua vida. Assim, minha reflexão propõe pensar as experiências no sentido amplo, não apenas o levante e o quanto isso foi bom para eles, mas, em sentido diverso, pensando suas vidas e o quanto os acontecimentos de 1956 e 1957 se refletiram no dia a dia.

O que vemos nas trajetórias acima apresentadas são as vivências elaboradas pela memória dos entrevistados, ambos refletem seu reconhecimento e sua identificação com os acontecimentos de 1957. Seu Osvaldo elabora considerações a partir de sua realidade familiar, sempre com uma atenção especial aos acontecimentos em relação à posse da terra. Já dona Inês opta por um depoimento com memórias felizes, esquivando-se, na medida do possível, das indagações sobre a Revolta.

Em nosso trabalho com fontes orais, devemos observar esses “percursos” da memória elaborados a partir do presente, assim é muito importante considerarmos o aporte teórico da memória, já que a mesma é a nossa matéria prima, enquanto pesquisadores orais. Alessandro Portelli, em seu artigo, “O que faz a história oral diferente,” apresenta um item para ponderações relacionadas à história oral como narrativa. Neste sentido, alerta para uma questão que possibilita reflexão, ao recordar os depoimentos aqui expostos, Portelli expõe que “um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios”.²²⁴

As colocações de Portelli elencam alguns pontos apresentados, tais como os longos relatos que Osvaldo elabora sobre a Revolta de 1957 no município de Verê, ao mesmo tempo em que Inês pouco fala, praticamente abstendo-se a respeito deste ponto. Da mesma forma, percebo o contrário, com a entrevistada prolongando-se em acontecimentos familiares com forte conteúdo sentimental, enquanto Osvaldo evita tais questões. Portelli ainda alerta que “em todos os casos, há uma relação entre a velocidade da narração e a intenção do narrador”. Considerando tais colocações, a história oral como narrativa oferece um grande campo reflexivo, o qual deve sempre ser considerado pelo historiador oral, que no exemplo exposto é importantíssimo para a compreensão.

Antes de encerrar este item, ainda apresento mais uma pequena consideração de Portelli, que demonstra como eventos e significados podem ter sentidos diferentes

²²⁴ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo (14). Fevereiro, 1997. p. 29.

quando aplicados à história a partir de depoimentos orais. Em outro fragmento de “O que faz a história oral diferente”, encontro:

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* que sobre *significados*. Isso não implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas.²²⁵

As colocações acima apresentadas fazem recordar o depoimento de dona Inês, a qual talvez não diga tanto sobre os eventos de 1957, e isso demonstre justamente o que aquilo significa em sua vida, e que não seja agradável relembrar. A entrevistada prefere lembranças familiares, momentos felizes junto ao seu círculo afetivo. Ou seja, o evento que nos leva até ela e que a faz recordar são os acontecimentos de 1957, mas os significados que ela atribui para suas memórias são outros.

As colocações de Portelli também podem ser relacionadas ao depoimento de Osvaldo, quando “sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos”.²²⁶ O entrevistado revela “o que apoiô os colonos, que apoiava era o falecido Pedrinho e o Vasco, um que tinha uma camioneta, aquele Vasco, aquele alemão”.²²⁷ O sujeito chamado “Vasco” era um nome desconhecido até então nos acontecimentos de 1957 ocorridos em Verê, temos aqui eventos conhecidos, que ganham novos significados a partir das fontes orais. Como Portelli acrescenta, as entrevistas orais “lançam sempre nova luz”, nas experiências analisadas.

Em relação às memórias de Osvaldo Ferreira da Silva e Inês Moraes Guandalin, o objetivo foi apresentar brevemente os múltiplos significados e sentidos que as fontes orais possibilitam, para tanto trouxe para reflexão as diferentes vivências presentes nos depoimentos, vivências essas relacionadas tanto ao círculo familiar de ambos, como dos episódios relacionados ao litígio da terra. É justamente esta multiplicidade de memórias que “faz a história oral diferente”, e que possibilita conhecer os eventos ou a Revolta de 1957, para além daquilo que é constantemente apresentado na historiografia regional.

3.3- Outras memórias: trajetórias de vida e luta pela terra

²²⁵ Id. Ibid., p. 31.

²²⁶ Id. Ibid., p. 31.

²²⁷ FERREIRA DA SILVA, Osvaldo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural, Linha Nossa Senhora da Salete, Verê/PR, 20 de maio de 2013, duração: 56 min. 2 seg. p. 8.

Neste item, apresento outras memórias ligadas a acontecimentos vivenciados por sujeitos no município de Verê, para tanto destaco os depoimentos de Tereza Tartas, Antonio Thomé, João Miolla, Olivino Garbosa e Edmundo Santoro. Seguindo o raciocínio apresentado no item anterior, aponto alguns aspectos relacionados à vida no campo, na década de 50, e de que forma os eventos relacionados ao litígio da terra aparecem nas memórias.

Tereza Tartas é natural de Erechim, aos 78 anos, apresentou em seu depoimento inúmeras vivências junto ao meio rural. A entrevistada migra do Rio Grande do Sul para Santa Catarina, e, posteriormente, para a zona rural do município de Verê, no ano de 1956, justamente quando o litígio da terra se acirra. Assim, seu depoimento é marcado pela vida no campo junto às migrações, sempre à procura de um local melhor para sua família, e é com essa motivação que decidem migrar para o Paraná, em um momento em que a região recebia grande fluxo migratório, conforme relata quando interrogada sobre qual era o motivo que os fez ir para o Paraná:

A mãe tinha essa, ela ia pra Chapecó, nós ia ali, nós morava ali em Alvarana [zona rural de Chapecó] daí nós vinha pra Chapecó a-cavalo e ela vinha pra Chapecó e enxergava quanta mudança indo, quanta mudança sempre: “vai tudo pro Paraná” e “vai tudo pro Paraná”, e o irmão dela já tava morando ali no Bananal [zona rural de Verê] e veio e comprô aquela terra.²²⁸

No presente trecho, Tereza Tartas destaca que sua mãe tinha esse desejo de morar no Paraná, apontando que o estado passava por uma forte migração, o que era palpável no município de Chapecó, no oeste catarinense, local de passagem para quem se deslocava do Rio Grande do Sul ou mesmo de outras regiões de Santa Catarina para o sudoeste paranaense. Somam-se a isso os laços com pessoas que já moravam no Paraná, no caso, seu irmão, o que teria contribuído para que futuramente a família migrasse por completo:

Nós viemos de caminhão com a mudança e o meu irmão veio com carroça de boi e trouxeram o gado, as vacas e novilha que tinha, trouxeram tocando. Oito dias levaram pra vim de lá de Santa Catarina até aqui com a carroça de boi [...]. E quando eles saíram, numa terça feira de manhã de lá, do Rodeio Bonito, onde nós morava, na outra terça feira no escurecer eles chagaram ali no Kennedy, que morava a tia Madalena e o tio Chico, o pai do Pedro, eles moravam ali, que tinha o bolão na frente da igreja, pra baixo da rua era a bodega deles e eles tinham um bolão ali. Eles chegaram ali e pararam um

²²⁸ TARTAS, Tereza. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano, Verê/PR, 17 de janeiro de 2013, duração: 54 min. 20 seg. p. 3.

pouco ali, e foram até no Bananal pra levar aquela criação e soltar no potreiro, que aqui não tinha potreiro pra soltar, foram até lá no Bananal.²²⁹

A descrição de Tereza recorda as dificuldades enfrentadas na migração, apontando para a longa viagem de Chapecó até Verê. Neste sentido, ganha destaque o “trazer o gado tocado” e os “oito dias de viagem” necessários para completar o percurso. Ou seja, as vivências de dona Tereza apresentam não só suas dificuldades, mas também de toda a sua família, associada aos poucos recursos financeiros. No transcorrer da entrevista, dona Tereza ainda apresenta outras descrições desta viagem, com destaque para as dificuldades enfrentadas pelos seus familiares, durante os oito dias até Verê.

A instabilidade social é constantemente citada por Tereza, como quando interrogo como era viver no município assim que chegaram: “Nossa Senhora, o Verê era, tinha só umas casas de madeira assim véia e imagina era tempo daquela, da Revolta, ninguém queria morar aqui, quanta gente foram de volta embora, que deu aquela Revolta aqui aquela vez”.²³⁰ O presente trecho apresenta um dado interessante do depoimento de dona Tereza. Como foi exposto anteriormente, a entrevistada teria afirmado que a migração para a região era muito grande e que esse também foi um fator que influenciou na vinda de sua família. Ao mesmo tempo, os dados apresentados no capítulo I demarcam o quão significativo foi o fluxo migratório na década de 50 para o sudoeste do Paraná.

Alheio a isso, apresenta-se o trecho acima – cabe recordar que a pergunta feita a dona Tereza foi “como era viver em Verê assim que chegaram?”. Rapidamente a entrevistada recorda-se dos acontecimentos envolvendo o litígio da terra, apenas lembra que tinha algumas casas “de madeira velha”, e assinala que “era tempo daquela Revolta”, fato que influenciaria no “ninguém queria morar aqui”. Tais aspectos estariam ocasionando uma nova migração, já que muitos estavam voltando para seu estado de origem, conforme assinala a entrevistada: “quanta gente foram de volta embora”.

Esses elementos apresentam-se enquanto um diferencial que o depoimento oral possibilita à história. Neste caso, se atentarmos somente para os dados apresentados em gráficos ou levantamento populacional do período, veríamos um enorme aumento populacional nas décadas de 50 e 60, o que, de certa maneira, é aceitável, pois até a década de 40 a região era quase e unicamente ocupada por populações nativas. Assim, o

²²⁹ Id. Ibid., p. 7.

²³⁰ Id. Ibid., p. 8.

depoimento de dona Tereza apresenta essa “mão dupla”, quando associa a migração à Revolta, pois, segundo a entrevistada, nos anos de grande instabilidade social – isso significava 56 e 57 – a migração também era constante na volta para seu local de origem, como resultado do medo e da insegurança vividos naquele período.

Em todo caso, a família de Tereza Tartas decidiu ficar na região. Em seu depoimento, a entrevistada destaca os acontecimentos mais significativos do levante em Verê e em outras cidades. Neste sentido, também aponta o envolvimento de sua família com alguns sujeitos reconhecidos como jagunços, além é claro de sempre recordar as ações dos colonos junto ao local em que sua família vivia. É neste sentido que dona Tereza esclarece como efetivaram a compra do terreno onde moravam. Em um primeiro momento, sua mãe apenas adquiriu o terreno, e posteriormente a família migrou por completo:

E nós viemos aqui pro Paraná que a minha mãe comprô sítio aqui e, ela comprô o sítio e o meu irmão veio ali pra trabalhar, pra fazer a planta nas terras do trigo, que o homem ainda tinha plantado trigo, daí eu vim junto com o meu irmão, nós lavremos as terra ali com boi, e quando o meu irmão veio primeiro derrubá um pedaço de mato ali, entrô os jagunços. Quando os jagunços entraram e pediram e pediram que era pra dar dinheiro da entrada da escritura e a minha mãe pegô e mandô 12 mil, pra cá, 12 conto naquela tempo não se falava em mil, era conto de réis [...]. [...] E prenderam aquela companhia e aquele dinheiro foi perdido e pra nós aquela vez foi um dinheiro! [dando a entender que o valor fez muita falta para sua família].²³¹

O presente trecho apresenta elementos não só da compra do sítio em Verê, mas também, do dinheiro perdido para os jagunços. Dona Tereza exalta que inicialmente já haviam se deslocado até a região para preparar alguma plantação, para que já tivessem algo para colher, assim que chegassem com a mudança. Porém, nessa primeira vinda, com seu irmão, os jagunços já tratam de solicitar dinheiro de sua família, no caso, “12 contos de réis”, que seriam para encaminhar a escritura da terra. Assim, a entrevistada recorda que esse valor era significativo no período, e que para sua família “foi um dinheiro!”, dando a entender que fez falta, pois foi um valor extra que teve que ser desembolsado, já que foi um gasto além do empregado na compra da propriedade.

Além do exemplo de sua família, a entrevistada também recorda o ocorrido com seu futuro marido, José Tartas, o qual também teve a presença dos jagunços enquanto intimidação em relação à terra que havia comprado:

[...] eles davam uns papel que era válido e era tudo falso e, o meu marido que era solteiro tava com os jagunços abrindo picada no mato onde ele comprô o

²³¹ Id. Ibid., p. 1.

sítio. Aquele tempo comprava por uma porca ou uma, assim um pedaço de terra e ele tava junto com os jagunços lá fazendo picada abrindo por onde ele comprou, e veio ordem pra eles que eram pra se recolher tudo e ir embora, e quando veio a lei pra eles se recolher, o meu marido sempre dizia: “que aquela vez se ele quisesse podia ter matado aqueles pião lá com a foice”. Vieram embora com eles, trabalhavam assim e eram amigo e tudo, que ele diziam que era tudo legal.²³²

As colocações de dona Tereza confirmam uma descrição frequentemente encontrada em relação à ação dos jagunços, de que os mesmos diziam-se portadores de um documento oficial em relação à terra. Também observo que seu futuro marido teria consentido em demarcar sua propriedade para uma futura negociação, já que os jagunços agiam sempre através da intimidação, o que obrigava à demarcação e ao pagamento da terra. No exemplo acima, felizmente o desfecho em favor dos colonos veio antes do pagamento, e José Tartas reafirmaria que com o consentimento na demarcação da propriedade os funcionários da companhia demonstravam-se amistosos.

Tais características apresentam-se enquanto um desafio ao migrante. O depoimento de dona Tereza demonstra como o litígio da terra foi um problema a ser enfrentado por sua família, indicando como agiam, em vista aos poucos recursos financeiros de que dispunham. Neste sentido, seu depoimento demonstra como os acontecimentos de 1957 foram significativos para sua família, mesmo que não tenha participado diretamente dos principais acontecimentos, ou seja, dos levantes em Verê, Francisco Beltrão, Pato Branco e fronteira, a entrevistada apresenta em suas memórias inúmeras vivências ligadas ao litígio da terra, o que demonstra que não foram somente os levantes que fizeram os acontecimentos de 1957, mas sim, as vivências dos diferentes agentes e o quão significativo aquilo foi para suas vidas.

Essas considerações apresentam-se mais claras na sequência de seu depoimento, no momento em que assinala a dúvida em relação à validade dos documentos que as companhias apresentavam: “eles diziam que tavam certo, e depois quando veio a ordem pra eles se recolher, que daí cassaram tudo eles”. Ou seja, em tese na relação migrante X companhia ou jagunço pesava a argumentação de quem realmente estava certo, o que, somado à ação dos jagunços, obrigava o colono a pagar o valor requerido, como no caso, os “12 contos de réis” que fizeram significativa falta, no futuro: “Mas ela mandô quase todo o dinheiro ali, depois pra, pra fazer aquele dinheiro denovo!”²³³ Ou seja, a

²³² Id. Ibid., p. 8.

²³³ Id. Ibid., p. 8.

insegurança fez com que sua mãe envia-se o dinheiro, mesmo o valor fazendo muita falta.

Essas considerações também são expressas em outros depoimentos em relação ao levante, outro elemento que também é expresso por Tereza Tartas são as vivências em comunidade. A entrevistada dedica boa parte de seu depoimento para esses momentos, bem como para descrições em relação a sua família. Assim, se observada de uma forma ampla, os momentos em que se reporta ao litígio da terra ou a acontecimentos relacionados a isso são de certa forma sucintos. Já quando relata vivências em família apresenta longos relatos, nos quais considera o período, mesmo após o levante, como difícil. Como exemplo, destaco o momento em que caracteriza a rigidez de sua mãe, depois de seu casamento: “Como é que foi a vida, não foi fácil. A minha mãe era ‘Deus o livre’ [aperta a mão, demonstrando firmeza]”.²³⁴

Assim, de uma forma ampla, aquilo que a diferencia de outros entrevistados é que suas lembranças familiares ou em comunidade nem sempre são felizes, mas, de dificuldades e de superação, o que pode ter contribuído para seu depoimento se caracterizar mais por descrições de seu círculo familiar,²³⁵ do que, em relação ao levante. Já que não teve uma participação pessoal tão ativa em relação aos acontecimentos da Revolta.

Antonio Thomé é outro sujeito que vivenciou os acontecimentos de 1957. Natural de Nova Prata/RS – no período Nova Prata ainda pertencia a Lagoa Vermelha –, em 2013, quando concedeu seu depoimento, estava com 92 anos, dos quais vivenciou boa parte no Paraná, já que migrou aos 25 anos de idade para o sudoeste do estado, no ano de 1946. Isso ganha destaque em suas densas descrições recheadas de detalhes, em que assinala como eram as pequenas vilas que compunham a atual região sudoeste do Paraná.

Neste sentido, recorda-se que em 1946 o local onde vive hoje era praticamente desabitado, e assinala quantos moradores existiam: “O Verê tinha três moradores, a igreja era quatro forquilhas do mato e um ripão em cima. A única igreja que tinha aqui, que chamava por igreja, não tava terminada ainda, é a Nossa Senhora de Lurdes, lá do

²³⁴ Id. Ibid., p. 9.

²³⁵ Também deve se considerar aqui a proximidade familiar que tenho com a entrevistada, já que a mesma é minha avó materna.

Santana [comunidade de Verê] lá em baixo”.²³⁶ A presente descrição enfatiza tanto os poucos moradores existentes, quanto, o papel da religião, no caso da Igreja Católica enquanto um local comum e “necessário”, a qual é enfatizada neste momento ao lado da mata no sentido de sertão, e dos poucos moradores, tentando passar a ideia de que nem igreja existia, algo inconcebível para a organização social atual na região.

Além disso, nesta mesma argumentação Thomé enfatiza os poucos moradores existentes: “Fim de picada aqui, Alto Verê era o fim. Agora aquele tempo não existia cartório não existia nada, cada um fazia pra si, salva-se quem pudesse, agora só que naquele tempo não existia discussão, não tinha ou isso que aquilo a covardia de hoje em dia”.²³⁷ Tais considerações enfatizam alguns aspectos já apresentados, como o grande fluxo migratório a partir da década de 50, além de caracterizar alguns pontos de Verê – como a comunidade de Alto Verê – enquanto “fim de picada”, ou seja, dali em diante a ocupação – por parte dos migrantes – não havia acontecido ainda.

Em sequência, ainda apresenta um aspecto em relação à presença do Estado, pois afirma que não existia nada, “não existia cartório”, e cada um “fazia pra si” para superar as adversidades. Quando Thomé afirma tais aspectos, pode se esperar que em seguida apresentasse elementos de desorganização social ou instabilidade, mas em sentido diverso, Thomé demonstra certa insatisfação com o Estado atual, pois afirma que “não tinha a covardia de hoje em dia”.

Esses elementos demonstram a capacidade de interpretação do entrevistado, pois, ao mesmo tempo, questiona a realidade atual de uma região ou de um país “desenvolvido”. Em oposição, a desorganização do período, em um local em que o Estado ainda não estava presente, mas que mesmo assim era melhor para viver, pois através do respeito “não existia discussão”, o que possibilitava uma vivência harmônica.

Essas características poderiam ser mais exploradas em sentido teórico, mas como esse não é o aporte essencial deste trabalho, apenas pego o fio deste aspecto para refletir a participação ou presença de Antonio Thomé nos acontecimentos de 1956 e 57. Expresso isso, indico o cargo que o entrevistado passa a ocupar na região nos anos seguintes, e também durante o levante. Thomé era Inspetor de Quarteirão, que nos dias

²³⁶ THOMÉ, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural de Linha Bellé. Verê/Paraná, 12 de janeiro de 2013, duração: 57 min. 28 seg. p. 1.

²³⁷ Id. *Ibid.*, p. 1.

atuais pode ser comparado a um delegado de polícia, só que com jurisdição e funções reduzidas, porém para o período era uma função de extrema importância.

Thomé não percebe com bons olhos essa ocupação, em especial, quando associada aos acontecimentos envolvendo o litígio da terra, já que em 56 e 57 o governador do Paraná, Moysés Lupion, era conivente com as ações das companhias, o que tornava a polícia do estado também conivente com a situação, e, automaticamente, quem exercia a função de Inspetor de Quarteirão. Provavelmente por isso, o entrevistado afirma que depois do levante “nunca mais quis saber daquela ‘pendura’”, termo pelo qual qualifica a função que exercia. Neste sentido, ao descrever a função e de que forma tornou-se Inspetor, destaca o nome de Walter Pecóits, o qual, além de ser um importante nome do levante em Francisco Beltrão, também preocupava-se em manter nomes como seu Antonio ao seu lado: “Fiquei seis anos, e não tive cristo, chegava pegava os papel, saía a nomeação: [Pecóits] ‘segura a tua merda aí, eu tenho igual pra me incomodar’, não você enquanto eu to você fica pronto”.²³⁸

Essas considerações o entrevistado faz em referência a Pecóits, demonstrando a insatisfação com a função, o que também faz transparecer o desconforto vivido por Pecóits, que atuava enquanto liderança em Francisco Beltrão.

Assim, em seu depoimento demonstra como, mesmo estando em uma posição difícil, opta por dar apoio aos colonos, e juntar-se a algumas lideranças urbanas, de certa forma ignorando sua função, já que as lideranças lhe davam respaldo em Francisco Beltrão. Tais aspectos verbaliza junto à instabilidade que vivia frente aos jagunços, conforme descreve quando interrogado se era perseguido:

Má claro, era eu que administrava aqui, e o caso é que o dia que eu tinha o meu falecido, o meu filho mais velho que eu tinha pequenininho no colo, um dia, ele não me matou por causa da criança. Me rondaram o rancho uma semana, que aquele tempo matavam mesmo. [...]. “Porco dio”, sabe que eu era obrigado pra ir buscar um quilo de açúcar ou uma caixa de fósforo, ia por uma picada e voltava por outra, eles queriam me matar, não me prendê, por causa que eu descobri tudo o que era sujeira. Não era pra me prender, era pra me matar, mas que atirasse bem o primeiro tiro, por que senão nós contava os causos. Só tô te dizendo eu não sou mais do que ninguém, mas no meu direito eu sou homem.²³⁹

Observo as ameaças ou a pressão que os jagunços – funcionários das companhias – exerciam sobre Thomé, ao ponto de ser obrigado a deslocar-se somente por picadas e nunca pelo mesmo caminho. Outro aspecto importante é que seu Antonio

²³⁸ Id. Ibid., p. 9.

²³⁹ Id. Ibid., p. 4, 5.

ênfatiza que os jagunços não o queriam apenas preso, mas sim, morto, “eles queriam me matar e não me prender”, ou seja, diferente daquilo que acontecia aos colonos, com os quais a intimidação era mais comum, com Thomé aquilo que ocorria eram ameaças constantes, inclusive de morte. Isso o faz afirmar que estava disposto a agir até as últimas consequências, indicando que “não é mais do que ninguém”, mas no seu direito iria defender-se.

Em relação ao levante de 10 de outubro em Francisco Beltrão, Thomé destaca como foi avisado através do rádio, e apresenta características deste dia:

O doutor Walter, doutor Walter, tinha entre o Walter, o Prolo, o doutor Suplicy, em muitos em fim lá entraram a comissão lá, se levantaram pra fazer o levante. Então tinha aquele rádio de mesa assim sabe, que me avisava quando era, pra tal dia assim, assim. As armas que tiver é pra levar, faca, revólver, facão ou, é pra fazer tipo guerra mesmo. Eu nunca vi um espetáculo igual compreende. [...]. Mas o caso é que tinha horas sabe, que eu fazia plano, tinha hora era uma alegria! Tinha hora que dava um remorso, dava um arrepio, não tenho vergonha de te contar. Má sou obrigado a enfrentar sabe e os outros todo mundo me consideravam, não é certo, morrer mas morrer em honra de homem, eles vieram me acompanhando aqui meus cunhados e tios, na escura sem saber onde é que vinha, em confiança minha de um piá bem dizer, por que eu era solteiro. Deixar minha mãe sozinha ai, não, não; não é fácil.²⁴⁰

A descrição apresenta elementos de quem viveu o levante não como uma liderança, mas, como um sujeito simples, o qual, como vários outros, aguardou pelo rádio até ser convocado para o levante. Além disso, destaca os ânimos acirrados durante o levante na cidade, apontando que “nunca viu um espetáculo igual”, com momentos de tensão e de alegria, conforme as negociações avançavam para o desfecho em favor dos colonos. Outro aspecto importante é que Thomé faz uma avaliação própria, considerando-se solteiro e ainda um “piá”, mas que, ao mesmo tempo, já tinha responsabilidades, e que não poderia deixar sua mãe sozinha. Tais considerações apresentam-se como uma reavaliação do entrevistado em relação aquilo que viveu naquele dia, não tem vergonha de contar que em determinados momentos “arreprou-se”, porém, essa consideração só faz hoje ao considerar o acontecido, após mais de 50 anos, mas que era obrigado a enfrentar.

Dentre os agentes que participaram ou apenas viveram os acontecimentos de 1957 no município de Verê, destaco também o depoimento de João Miolla. Miolla é natural de Cacique Doble/RS, a família de seu pai chega à Verê em 1944, quando o entrevistado tinha apenas 3 anos de idade. Assim, em seu depoimento apresenta

²⁴⁰ Id. Ibid., p. 6.

memórias de quem viveu os acontecimentos envolvendo o litígio da terra em sua juventude, expondo uma percepção diferente, enquanto um mero espectador, demonstrando assim como a instabilidade social manifestava-se para sua família.

Seu depoimento tem como característica a descrição a partir do ouvir falar, e também de como viveu algumas experiências nos dias decisivos do levante. Assim, selecionei pequenos fragmentos em que expressa a ação das companhias e a posição do governo do estado frente à questão. Em relação às companhias, Miolla aponta para a CITLA – já que esta atuara na região de Francisco Beltrão e Verê –, com ênfase para a aproximação e sua percepção em relação à companhia:

Eu devia de ter lá, uns 14, 15 anos quando, é em 57. Se via falar, vinha um aviãozinho ele era vermelho por baixo, se dizia que era o avião da CITLA. A palavra CITLA, não sei por que se dizia CITLA, mas em fim que era, e aquele tempo lá eles falavam em jagunço, porque eles eram malvados, mataram muita gente, tem muita história feia.²⁴¹

A descrição de Miolla tenta expressar aquilo que ele conhecia em relação às companhias, porém apenas descreve que se tratava da CITLA, e de que a mesma tinha um avião que usava para fiscalizar as terras. Além disso, “falavam em jagunço”, ou seja, o entrevistado conduz seu depoimento a partir daquilo que era repassado a sua família, e não exatamente de experiências vividas pelo próprio. Aspecto que não desqualifica seu depoimento, já que era jovem quando o levante aconteceu, e que, mesmo assim, demonstra conhecer o litígio da terra e de que forma o estado era conivente.

Tais aspectos são explorados no momento em que tenta descrever o confronto entre colonos e funcionários das companhias em Verê e na comunidade de Alto Verê. Sua descrição ampara-se em sua experiência pessoal, e também em forma de denúncia, ao lembrar que a polícia, e, automaticamente, o governo do estado, eram favoráveis às companhias:

Nós tava lá em casa e nós pensava e se reunimos, uns 10, 12 piá, tudo mais ou menos dessa idade, quem de 10 anos até, tinha alguns mais velhos, tinha uns primos meus que já tavam com uns 17, 18 anos, já era moço. E planejava de se esconder no mato, se viesse, se visse alguém, mas com um barulhão daquele, foi muito feio aquele tiroteio. Eu não sei quanto que durou, lá eles se atiravam com a polícia, a polícia tava a favor deles, agora aqui no Verê não, aqui foi só os colonos.²⁴²

²⁴¹ MIOLLA, João. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano. Verê/PR, 3 de setembro de 2013, duração: 1h 11min. 11 seg. p. 2.

²⁴² Id. *Ibid.*, p. 3.

Essa descrição não apenas recoloca mais um sujeito que presenciou o medo e a insegurança no litígio da terra em 1957, mas, também, demonstra como o Estado era omissivo, e de que forma a polícia fazia-se presente em defesa das companhias. Ou seja, servidores públicos a serviço de interesse privado, característica que dificilmente é lembrada nas “celebrações comemorativas” da Revolta, e que a singularidade da fonte oral possibilita.

Ainda em relação à fonte oral, destaco o relato do senhor Edmundo Santoro. Natural de Jaraguá do Sul/SC, nasceu em 23 de junho de 1924, no momento da entrevista, no ano de 2011, estava com 87 anos, vive como agricultor no município de Verê, na comunidade rural de Linha Bananal, desde o ano de 1955.

Edmundo Santoro, em seu depoimento, apresenta com receio suas memórias em relação à migração para a região e sobre a Revolta. O receio em falar sobre o levante é característico em seu depoimento, ao inverso daquilo que se expressa nas comemorações da Revolta, em que as experiências dos colonos não são privilegiadas, a fonte oral permite a compreensão das vivências a partir de um passado que ainda se faz presente. Neste caso, Santoro tem receio em expressar todas suas experiências no levante, mesmo após mais de 50 anos do ocorrido, o que demonstra o quão significativo foi aquele acontecimento para sua vida, e o que também demonstra como ainda está vivo em sua memória aquilo que passou nos anos 50.

Dentre os inúmeros trechos de seu depoimento que mereciam destaque, um deles é em relação à compra da propriedade onde residia quando concedeu a entrevista. Santoro destaca que compraram a propriedade como “posse” de um sujeito chamado “Alcides Batista”, morador do município de Palmas, o qual não lhes forneceu nenhum documento da propriedade, apenas um papel escrito à mão: “o documento da posse é que o Batista desistiu da posse e deu a procuração pro pai”.²⁴³ Santoro recorda ainda que essa procuração foi registrada em cartório. Mesmo assim, destaca que tinham consciência de que mais tarde precisariam legalizar essa posse, porém não da maneira como se desenrolou o levante.

Como a família de Santoro chega em 1955 ao município, não demorou para a CITLA manifestar-se cobrando o valor referente à terra. Apesar de ser breve em seu depoimento, o entrevistado apresenta detalhes da presença da companhia em sua

²⁴³ SANTORO, Edmundo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Comunidade rural Linha Bananal. Verê/Paraná: 4 de julho de 2011, duração: 75 min. 40 seg. p. 2.

residência, por meio dos jagunços, assim destaca que eram ameaçados, se não saíssem da propriedade: “Se não sair, davam prazo ‘tal dia’ se não sair queimemos a casa. Que minha casa era pra ser queimada. E eu fui a Pato Branco pra ver se era, pra ver se eu conseguia falar com mais autoridades e enquanto isso o militar entrou”.²⁴⁴ A descrição provavelmente é relacionada a alguns dias depois dos levantes, pois, conforme descreve, o “militar entrou”, porém, os militares somente entram efetivamente depois que as companhias já foram retiradas.

Em todo caso, observo neste trecho as ameaças praticadas contra os colonos. No caso, foi estabelecido um prazo para o pagamento da terra, caso contrário a casa seria queimada. Foi essa insegurança, e a eminente possibilidade que o fez viajar até Pato Branco, na tentativa de falar com alguma autoridade, sobre sua situação e também de seus vizinhos.

Em relação à ida a Pato Branco, importa destacar a Revolta a partir dos líderes, no caso, Ivo Thomazoni, em Pato Branco, e o levante a partir do colono, sem desmerecer ou ocultar a participação de algumas lideranças urbanas. Neste sentido, em meu trabalho as lideranças aparecem após a ação dos colonos, assim a perspectiva se inverte, não estou apresentando o levante a partir de lideranças, mas, a partir de pessoas simples, expondo também seu protagonismo na Revolta, conforme acontece neste trecho, em que destaca novamente sua viagem até Pato Branco: “Não, porque eu fui, eu diretamente fui falar, fui pra falar com o prefeito que era de Pato Branco, um tal de Ivo Thomazoni”.²⁴⁵

Essa perspectiva de apresentar o levante a partir dos colonos, e vislumbrar como esses sujeitos percebem as lideranças urbanas do levante, apresentam-se enquanto uma especificidade do depoimento oral. Obviamente, isso não significa apenas privilegiar o colono ou o agricultor, mas, apresentar suas vivências, ao ponto em que elas consigam vislumbrar pessoas como Ivo Thomazoni, enquanto uma liderança ou uma referência, nome esse que já está presente na literatura sobre a Revolta, o que não é o caso de seu Edmundo Santoro.

Santoro ainda admite que foi incentivado a viajar até Pato Branco, graças aos apelos apresentados pelos radialistas da rádio Colmeia de Pato Branco e Francisco Beltrão, as quais foram um meio para manter os colonos informados. Isso justifica não apenas as ações dos colonos, mas, do próprio entrevistado, em consideração ao fato de

²⁴⁴ Id. Ibid., p. 4.

²⁴⁵ Id. Ibid., p. 7.

que os colonos não decidem de um dia para o outro: “amanhã vamos fazer a Revolta!”; ou o próprio Edmundo Santoro, também não decide de imediato ir a Pato Branco conversar com autoridades. Isso somente acontece, porque esses sujeitos, em algum momento, se sentiram injustiçados, pressionados ou que perderam seus direitos, e tinham consciência que possuíam direitos.

É exatamente nesse aspecto que as vivências em comunidade, que já foram apresentadas nesse trabalho, são fortalecidas. A união com os vizinhos e a confiança de que tinham algum respaldo em Pato Branco ou Francisco Beltrão fez Edmundo Santoro e outros sujeitos acreditarem em uma solução para a posse da terra, nem que para isso fosse preciso uma organização e mobilização no sentido de ocupar os centros urbanos.

Como último aspecto do depoimento de Santoro, destaco dois momentos. Primeiro é questionado sobre aquilo que significou o título da terra, adquirido em 1960, em seguida, como ficou a região após o levante. Em resposta a isso, destaca, de forma simples, com apenas uma palavra, que o título da terra significou “legítimo!”, já em relação a aquilo que mudou após o levante destaca: “Ah! Aí clareou o dia!. Daí apareceu o sol pra todos”.²⁴⁶ Essas duas frases mostram não apenas a conquista da terra, mas, a legitimidade daquilo que é válido, autêntico, o que faz clarear o dia e aparecer o sol para todos, não apenas para “privilegiados”. O que contrasta com o receio e as palavras contadas que seu Edmundo apresenta, pois, mesmo após a legitimidade e o sol voltando a brilhar, ainda tem receio em apresentar o que viveu durante a Revolta de 1957.

Outro sujeito que acreditou em uma definição em favor dos colonos foi Olivino Garbosa. Natural de Campos Novos/SC, nasceu em 2 de maio de 1931, no momento da entrevista, no ano de 2011, estava com 79 anos, migrou com sua família em 1944 para a comunidade rural de Barra do Santana, pertencente hoje ao município de Verê. O entrevistado destaca que assim que chegaram compraram uma posse de um sujeito chamado “Pedro França”, porém, pouco tempo depois ficaram sabendo que companhias imobiliárias cobriam essas terras novamente: “Apareceu as companhias dizendo que a terra era deles, companhia CITLA e companhia COMERCIAL”.²⁴⁷

²⁴⁶ Id. Ibid., p. 11.

²⁴⁷ GARBOSA, Olivino. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: modos de viver lutas e resistências no Sudoeste e Oeste do Paraná*. Por Tiago A. Orben, Paulo José Kolling e Francieli Pinheiro. Verê/Paraná – comunidade rural de Barra do Santana, 21 de maio de 2011, duração: 52 min. 28 seg. p. 1.

Ambas as companhias atuaram na região, porém, somente a COMERCIAL tinha escritório em Verê, assim Garbosa recorda que quando compraram a terra não sabiam que aquele terreno pertencia a terceiros: “Nem falavam em companhia ninguém falava. Que era de companhia esses terreno aí”. O entrevistado demonstra desconhecer qualquer indício da existência das companhias antes de 1948, assim Garbosa e seus irmãos e vizinhos decidem organizar-se e lutar pela posse que haviam comprado:

Nós tínhamos uma radialista em Pato Branco por nome Ivo Thomazoni, aquele ajudava os colonos aqui, era um radialista. Ele, o doutor Deni, outro companheiro que ajudava a colonada aqui o “Porto Alegre” é apelido “Porto Alegre”. Começaram a fazer pressão em cima dos colonos, e aí apareceu um sargento do exército ali no Alto Verê [comunidade de Verê] com seis soldados e jogou brasa em nós. O sargento falou: “olha comecem a prender essa jagunçada aí que nós ajudamos”. [...] [...] Eu não fui lá falar com ele, mas meus irmãos foram, ele disse: “comecem prender, prendam os que não querem se entrega mate, que nós ajudamos, vocês façam isso lá comecem prender a jagunçada e venham aqui que nós ajudamos”. E como já tava fervendo a coisa, comecemos a prender deles, aqui no, tinha uma barraca lá [aponta com a mão] e outra ali na capela, dos agrimensor e peão, se calcula que tinha, acho que dez ou doze pião, e o agrimensor e o guarda lá na estrada, e nós comecemos a chegar nas barracas e tomar as armas deles. Eles tinham três Winchesters e três revólver, essa turma aqui do [...]. Foi tomado tudo e foram lá avisar o sargento, e o sargento tinha ido embora pra Beltrão. Deixou, ele tava no barracão da igreja e tava furado de bala, mas eu pra mim foi ele mesmo que meteu-lhe bala pra pegar fogo. E correu foi pra Beltrão e deixou nós “numa carroça sem cabeçalho!”. Nós tava já mais ou menos nus oitenta aqui e tinha dez ou doze deles preso dessa gente, estavam dentro da escola preso.²⁴⁸

Essa descrição é referente ao dia que antecede o combate em Verê – já descrito no capítulo I –, assim cabe observar o contato estabelecido com lideranças, no caso, em Francisco Beltrão, além disso, Garbosa reconhece essa ajuda, e apresenta o contexto que ocasionou o conflito entre colonos e jagunços, em agosto de 1957. Neste sentido, o entrevistado apresenta inúmeros outros elementos da organização dos colonos, além da significativa interferência de um sargento do exército, que incitou às ações contra funcionários da companhia. Essa ação aparece de forma inesperada, pois a literatura sobre o levante não se refere há esse dia e também a este sargento.

A procura por uma orientação em Francisco Beltrão e a indicação do sargento, fez com que os colonos se tornassem protagonistas e agissem por conta própria. O depoimento de Garbosa também apresenta uma característica comum a outros depoimentos, ao destacar o levante a partir de suas experiências, e, como consequência, a conjuntura de lideranças em Francisco Beltrão e Pato Branco. Ou seja, somente quando não encontram uma saída pacífica para a questão, decidem agir e buscar apoio,

²⁴⁸ Id. Ibid., p. 7.

assim, a especificidade da fonte oral aparece enquanto diferencial que permite a compreensão do levante a partir das experiências individualmente vividas, que compreendem toda uma comunidade de práticas sociais e culturais compartilhadas, assim como recoloca esses sujeitos como protagonistas de uma conquista alcançada pela união de forças.

Esse trabalho teve a intenção de privilegiar memórias de pessoas comuns, que não participaram diretamente de movimentos comemorativos, e que também não estão na literatura que trata sobre o levante. Esses sujeitos apresentados e inúmeros outros, não só em Verê, mas em todas as cidades do sudoeste do Paraná em que o litígio da terra se fez presente em 1957, são pessoas simples, que não expressam suas memórias com cunho político, tampouco como parte de uma efeméride, mas apenas, expressam aquilo que vivenciaram, a luta, a organização e a resistência para garantir aquilo que já lhes era de direito, a terra.

As experiências orais presentes neste trabalho tinham como intenção privilegiar aqueles que até então não eram privilegiados, nas lembranças ou mesmo na historiografia que trata sobre a Revolta. Assim, aponto algumas peculiaridades da fonte oral no trabalho historiográfico, aspectos esses que se fizeram presentes neste trabalho e que merecem ser considerados junto à metodologia oral.

Deve-se considerar que o depoente elabora a memória no presente, e por isso ela pode ser subjetiva, considerando que para a elaboração de seu depoimento o entrevistado pode estar se utilizando de descrições já difundidas na região ou mesmo disseminadas a partir das efemérides de 2007 em diante. Ou seja, devemos atentar para a produção do depoimento oral no presente, com a memória constituída no momento da entrevista, para que a fonte oral não se torne no trabalho histórico apenas mais um artefato da memória oficial.

Alessandro Portelli é considerado um dos principais referenciais em relação à metodologia oral no trabalho histórico. A partir disto, apresento algumas considerações em que expõe o cuidado e a especificidade do depoimento oral enquanto fonte na pesquisa histórica. Portelli em seu trabalho “A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, elabora considerações a partir das narrações de Ferruccio Máuri e Frederick Douglass, problematizando a subjetividade e o ato interpretativo nas reflexões da memória no trabalho com fontes orais. Assim, no momento em que discute os dois exemplos, e os caracteriza como a memória de um ato interpretativo, destaca:

De fato, a narração de Ferruccio Máuri, como a de Frederick Douglass, é a memória de um ato interpretativo: pelos sinais que viram, tratam de resgatar a “verdade do coração”, constituída no caso de Máuri pela subjetividade operária, e no caso de Douglass, pelo estado de ânimo de seu feitor.²⁴⁹

Portelli considera a questão da memória junto à história oral a partir do ato interpretativo e da subjetividade. Os exemplos são construções da memória elaboradas pelos sujeitos no momento da reprodução do depoimento, localizados a partir de um ato interpretativo, assim como aquilo que permeia a produção do depoimento dos entrevistados. Essa questão emerge dentro da perspectiva da análise de depoimentos a partir da subjetividade, que, para Portelli, é uma das suas principais preocupações no fazer história a partir da metodologia oral.

Considerando a história oral enquanto uma importante metodologia para o trabalho histórico, elaborei este capítulo somente com fontes orais. Da mesma forma que Portelli qualifica, a fonte oral não é um mero suporte “para as fontes tradicionais escritas”, optei por direcionar todo um capítulo somente para a metodologia oral, em consideração às “qualidades específicas que fazem a história oral diferente”.²⁵⁰

Os trechos apresentados no último parágrafo referem-se ao artigo, “O que faz a história oral diferente”, em que Portelli procura elencar elementos dessa “especificidade” da fonte oral. Neste sentido, no item em que questiona “quem fala na história oral?”, apresenta considerações sobre de que sujeitos podemos tratar através da metodologia oral, destacando como o historiador pode privilegiar sujeitos no diálogo oral:

A história oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. A afirmação contrária, naturalmente, não seria totalmente infundada: o relato de uma greve nas palavras e memórias de trabalhadores, ao invés daqueles da política e da (sempre inamistosa) imprensa, obviamente ajuda (embora não automaticamente) a equilibrar a distorção implícita naquelas fontes. Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro muito mais abundante.²⁵¹

Este fragmento expressa alguns aspectos que permeiam todo esse capítulo em relação às fontes orais. Como primeiro item cabe considerar que optei por privilegiar os depoimentos orais no município de Verê, no intuito de “equilibrar” as lembranças

²⁴⁹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 1 n. 2, dezembro de 1996. p. 6.

²⁵⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo (14). Fevereiro, 1997. p. 26.

²⁵¹ Id. *Ibid.*, p. 37.

referentes a Revolta de 1957. Assim, não selecionei o levante a partir de lideranças urbanas – obviamente que elas aparecem como consequência nos depoimentos orais –, mas, as “palavras e memórias de trabalhadores”, no caso, de colonos, que também possuem seu protagonismo na conquista da terra. Desta forma, assim como assinala Portelli, as “classes dominantes”, que nas lembranças de 1957 se personificam em celebrações comemorativas de cunho político, têm deixado para trás registros mais abundantes. Como é o caso das memórias privilegiadas neste trabalho, referentes aos colonos do município de Verê.

Lidar com experiências de outras pessoas, como realizei neste capítulo, é um trabalho extremamente complicado, e que emana grande responsabilidade ao historiador. Os depoimentos selecionados e privilegiados neste trabalho não significam, de maneira alguma, a totalidade das experiências vividas pelos colonos em 1957, em sentido diverso, as experiências anteriormente apresentadas são, apenas, meros relatos, selecionados e apresentados de acordo com o contexto oferecido pelo entrevistador ao entrevistado, o que obviamente está longe de desqualificar o depoimento oral.

Para Portelli aquilo que faz a história oral diferente é que “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”.²⁵² Ou seja, Portelli consegue interpretar o discurso oral a partir das diferentes perspectivas em que se apresenta, seja aquilo que na visão do entrevistado ele fez em relação ao acontecimento histórico que está descrevendo, como também aquilo que queria – seu grupo – fazer. Além disso, deve-se considerar sua posição atual sobre aquilo que acreditava estar fazendo e aquilo que interpreta agora, cercado pela subjetividade do presente.

Nesse contexto, destaco novamente que, através da metodologia oral, consegui observar neste capítulo que “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos, ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”.²⁵³ Essas considerações expressam aquilo a que me dediquei fazer nessas páginas. Os eventos da Revolta de 1957 já são conhecidos no município de Verê e na região sudoeste do Paraná, bem como a historiografia que trata sobre o levante também já tem debatido esses eventos de forma exaustiva. Porém, a intenção desse capítulo e em outros momentos em que a história oral foi privilegiada, foi justamente apresentar esses fatos já conhecidos a partir

²⁵² Id. Ibid., p. 31.

²⁵³ Id. Ibid., p. 31.

de sujeitos simples, que permitem novas interpretações e “nova luz” a respeito daquilo que já é visto como algo dado, em relação à conquista da terra por parte dos colonos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentava como objetivo inicial e principal, privilegiar memórias de remanescentes da Revolta de 1957 ocorrida no sudoeste do estado do Paraná. Porém, não foi somente isso que o trabalho privilegiou, cabe destacar também, as indagações questionando a Revolta como um movimento atribuindo protagonismo a elementos conhecidos como “farrapos” ou “maragatos”.

Mas, como recorda Franklin Baumer ao se referir à história das ideias, o historiador deve preocupar-se com “questões perenes”, que segundo Baumer a história das ideias concentraria atenção na resposta destas questões. Neste sentido, lembra que são questões que o homem levanta através de todas as gerações e épocas, ou seja, não são questões oportunas, mas sim, são “perguntas mais profundas que o homem pode fazer acerca de si e do universo”.²⁵⁴

Ou seja, não se tratou aqui de apresentar apenas mais uma questão oportuna, mas sim, uma questão que sustenta questionamentos e por isso foi considerada. Baumer refere-se a essas “questões perenes” indicando-as para a história das ideias, mas aqui, tomo emprestadas tais considerações para o trabalho historiográfico como um todo, no que diz respeito às questões que considero importantes, como é o caso dos aspectos considerados no segundo capítulo deste trabalho.

É importante considerar neste momento não apenas os objetivos alcançados ou os caminhos traçados para a conclusão deste trabalho, mas sim, todos os percursos de um trabalho que se iniciou com um “Projeto” e consolidou-se, é claro, com considerações um tanto distintas desde “Projeto” inicial. Em relação ao caminho traçado, cabe considerar um projeto que tinha como aspecto metodológico somente fontes orais. O que se modificou em razão das contribuições que as disciplinas cursadas no desenvolver do Mestrado ofereceram.

Exemplo disto é o segundo capítulo, que advém de um artigo proposto na disciplina oferecida pelo professor René Gertz, o qual tinha como objetivo principal entrelaçar minha pesquisa, com aspectos tanto da historiografia que trata sobre o Rio Grande do Sul, como com eventos que essa mesma historiografia trata. Nesse sentido, observei a possibilidade de trabalhar com essas denominações de “farrapos” e “maragatos” em 1957 no sudoeste do estado do Paraná, denominações essas que se

²⁵⁴ BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 27.

observadas junto aos eventos ocorridos no Rio Grande do Sul não fazem sentido, isso, dado o período que os eventos com essas designações ocorreram.

Assim, se através das comemorações foram elaborados diferentes discursos de apropriação da luta social de 1957, o objetivo de apresentar fontes orais também foi pensar diferentes discursos, mas que, privilegiassem as memórias ligadas a conquista da terra, ou seja, abrir espaço para diferentes sujeitos que participaram do levante social, direta ou indiretamente, destacando suas conquistas na terra e pela terra. Neste sentido, o recorte elaborado inicialmente a partir de 5 municípios mostrou-se completamente inviável, em razão, da abrangência do levante e do grande número de sujeitos que precisaria entrevistar.

Assim, levando em consideração outros projetos já desenvolvidos no município de Verê e também a proximidade familiar e afetiva que tenho com os colonos deste local, optei por trabalhar somente com memórias de remanescentes da Revolta de Verê.

Com isso, ao apresentar as diferentes experiências, não só privilegiei esses eventos já conhecidos em âmbito regional e nacional, mas também, as experiências simples, de pessoas que viveram momentos de instabilidade política e social, junto as suas vivências cotidianas em comunidade. O que ficou evidente nas diferentes vivências apresentadas no terceiro capítulo, que objetivou expor o protagonismo de cada um dos sujeitos na luta social de 1957, valorizando suas trajetórias de vida no trabalho com a terra e na conquista do local onde viviam no momento da entrevista.

Destarte, merece destaque as poucas produções com fontes orais, sobre a luta social de 1957. O tema apresenta outras possibilidades de trabalhos, que possam privilegiar as memórias de outros sujeitos em que o litígio da terra se fez presente na década de 50. O que pode ser observado também ao lado das ainda constantes apropriações da Revolta que todo ano apresentam-se por meio de diferentes facetas, em especial nas principais cidades da região hoje – Francisco Beltrão e Pato Branco – nas quais também se observa a constante apropriação político partidária.

Em relação ao aspecto político acredito que seja possível observar com mais atenção o levante também sobre esta ótica, sobre tudo, a partir da imprensa, a qual, já foi privilegiada em trabalhos acadêmicos. Mas que, não indagou, por exemplo, a presença do periódico “*O Cruzeiro*”, que no período apresentava-se como um dos principais periódicos em âmbito nacional e que obviamente também tinha sua posição político partidária.

A partir destas questões, aponto que o findar deste trabalho deve ser observado não apenas a partir dos capítulos aqui apresentados. Mas também, ao observar toda a caminhada durante o Mestrado, com a especial contribuição das disciplinas cursadas, que colaboraram para o amadurecimento da pesquisa e ampliação de meus referenciais teóricos, os quais, alguns destes utilizei neste trabalho.

Em relação à Revolta de 1957, destaco que, como um movimento social que ganhou visibilidade nacionalmente, em especial, nos últimos anos, acredito que seja importante apresentar a conquista da terra a partir de seus protagonistas. Por meio dos depoimentos orais, ganhou destaque o sentido qualitativo das experiências de alguns sujeitos, que tiveram neste movimento uma referência para suas vivências e que compreenderam, que em ações coletivas podem superar os agentes do poder.

Por fim, destaco que considero a luta social de 1957 como um importantíssimo movimento de luta e resistência pela terra, em que colonos, tiveram o protagonismo de suas conquistas, em um dos eventos mais significativos das lutas camponesas no Brasil. Neste sentido, parte deste trabalho, procurou exaltar as distintas experiências de sujeitos que participaram ou vivenciaram aquele período de litígio, assim, as experiências narradas procuram exaltar a conquista da terra a partir da vivência de cada sujeito como parte de todo um movimento, o qual não tinha como objetivo a promoção política ou social, mas sim, a conquista do que lhes era de direito, a terra.

FONTES

50 ANOS REVOLTA DOS POSSEIROS 1957-2007. *Resgatar o passado de lutas, para valorizar a liberdade do presente*. Caderno comemorativo. Pato Branco-PR, 2007.

CADERNOS PARANÁ DA GENTE: N: 8, GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Sonhos utopias e armas: As lutas que ajudaram a construir o Paraná*. Editora do Governo do Estado do Paraná, 2010.

DAMBROS, Vanderlei. LENOCH, Marta W. RAFAGNIN, Justino. *1957-1997, A Revolta dos Colonos: de olho no passado e pés no futuro*. Francisco Beltrão-PR, Grafit, Gráfica e Editora Ltda. 1997.

DEPARTAMENTO DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO. *Um ano de eventos para comemorar os 50 anos da “Revolta dos Posseiros.”* Cronograma de atividades comemorativas: Organizado por, Tânia Maria Penso Ghedin. Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, 2007.

FERREIRA DA SILVA, Osvaldo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural, Linha Nossa Senhora da Salete, Verê/PR, 20 de maio de 2013, duração: 56 min. 2 seg.

GARBOSA, Olivino. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: modos de viver lutas e resistências no Sudoeste e Oeste do Paraná*. Por Tiago A. Orben, Paulo José Kolling e Francieli Pinheiro. Verê/Paraná – comunidade rural de Barra do Santana, 21 de maio de 2011, duração: 52 min. 28 seg.

GUANDALIN, Inês Moraes. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Perímetro urbano. Verê/PR: 21 de maio de 2011, duração: 74 min. 49 seg.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/estatisticas_previsao_safras/Previsao_safras.pdf>. Acesso em: 23 de janeiro de 2014.

MANFREDINI, Luiz. Fronteira em armas. *Revista Princípios*. Número avulso. Outubro/Novembro, 1987.

Mapa 1: Mapa divisão recente da região Sudoeste do Paraná. Marcos Leandro Mondardo, 2006.

Mapa 2: Mapa do Paraná com destaque para área em litígio que resultou na Revolta em 1957. Acervo Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão.

MIOLLA, João. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano. Verê/PR, 3 de setembro de 2013, duração: 1h 11min. 11 seg.

PERARDT, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano. Verê/Paraná, 3 de setembro de 2013, duração: 42 min. 8 seg.

SANTORO, Edmundo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *Memórias da terra: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná*. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Comunidade rural de Linha Bananal. Verê/Paraná: 4 de julho de 2011, duração: 75 min. 40 seg.

TARTAS, Tereza. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano, Verê/PR, 17 de janeiro de 2013, duração: 54 min. 20 seg.

THOMÉ, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: *A Revolta dos Colonos outras memórias*. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural de Linha Bellé. Verê/Paraná, 12 de janeiro de 2013, duração: 57 min. 28 seg.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Transformações na vida camponesa: O Sudoeste paranaense*. São Paulo: Dissertação – mestrado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo-USP, 1981.

AMÂNCIO, Silvia Maria. *Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná em suas variadas versões*. Maringá/PR: Dissertação – mestrado em História, Universidade Estadual de Maringá-UEM, 2009.

BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARNEIRO, Maria Esperança. *A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia, Cegraf, 1981.

COLNAGHI, Maria Cristina. *Colono e poder: A luta pela terra no Sudoeste do Paraná*. Curitiba: Dissertação – mestrado em História, Universidade Federal do Paraná-UFPR, 1984.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893*. Ed. Fac-similada de 1896, apresentação da obra Sérgio da Costa Franco; coordenação Rodrigues Till. Porto Alegre: Martins Livreiro-editor, 1977.

GOMES, Iria Zononi. *1957: A Revolta dos Posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª. Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBBSBAWM, Eric. *Pessoas Extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Tradução de Irene Hirsch, Lódio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LANGER, Protasio Paulo. Toldos Guarani na Gleba Missões na década de 1950. Os indígenas na memória dos colonos. *Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI/Campo Grande*, ano 9, n. 17, jul./dez. 2009.

LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. 3. ed., Francisco Beltrão: GRAFIT Gráfica e Editora Ltda, 1998.

LOPES, Sérgio. *O Território Federal do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, 5ª Edição: Editora Vozes, 1995.

MARTINS, Rubens da Silva. *Entre jagunços e Posseiros*. Curitiba: Studio GMP, 1986.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste paranaense (1960/66)*. Dissertação – mestrado em História, Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói/RJ: 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, nº 10, 1993.

OLIVEIRA, Licério de. *Estado do Iguazu – O regionalismo em questão*. Dissertação – mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1999.

ORBEN, Tiago Arcanjo. *As comemorações da Revolta dos Colonos/Posseiros no seu cinquentenário*: Francisco Beltrão/PR, 2007. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso/História, CCHEL-Colegiado de História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2011.

PEGORARO, Éverly. *Dizeres em confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na imprensa paranaense*. Guarapuava/PR, Unicentro, 2008.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

_____. *A Revolução Federalista*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

_____. *Memória, olvido, silencio: La producción social de identidades frente a situaciones limite*. La Plata/Buenos Aires: Al Margen, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, vol. 1 n. 2, dezembro de 1996.

_____. As fronteiras da memória: o massacre das fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. *História e Perspectiva*. Uberlândia, N. 25/26, jul./dez.2001 /jan./jun.2002.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo (14). Fevereiro, 1997.

RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. Um passe de mágica: Breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no Oeste paranaense. *Tempo da Ciência: Revista de ciências sociais e humanas*. CCHS/Toledo-PR, v. 8, n. 15, p. 59-68, jan/jun. 2001.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

SCHREINER, Davi Felix. *Entre a exclusão e a utopia: Um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. São Paulo: Tese – doutorado em História, Universidade de São Paulo-USP, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 2000.

VANDERLINDE, Tarcísio. Região. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

VOLTOLINI, Sitillo. *Retorno 2. Pato Branco na Revolta dos Posseiros de 1957*. 2 ed. Pato Branco: Fatex, 2003.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná-UFPR*. Curitiba: Departamento de História, n. 7, 1968.